



INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

ISMAEL AIRES MATOS

NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS (NAPNE) NO IFTO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Palmas/TO

2024

ISMAEL AIRES MATOS

**NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS (NAPNE) NO IFTO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Palmas do Instituto Federal do Tocantins, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Jair José Maldaner

Palmas/TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M425n Matos, Ismael Aires

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)
no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral /
Ismael Aires Matos, Jair José Maldaner. – Palmas, TO, 2024.

193 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica)
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas,
PALMAS, TO, 2024.

Orientador: Dr. Jair José Maldaner

1. Proposta pedagógica. 2. Formação humana integral. 3. Educação
profissional e tecnológica. I. Maldaner, Jair José.,. IV. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada
para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).**

ISBN: 978-65-01-06316-4

Título: Proposta Pedagógica de orientação aos NAPNEs: Contribuições na perspectiva da
formação humana integral dos estudantes

Formato: Livro digital (Proposta Pedagógica Digital)



INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ISMAEL AIRES MATOS

**NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS (NAPNE) NO IFTO: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA NA
PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 09 de Maio de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jair José Maldaner

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)
Orientador

Prof. Dr. Khellen Cristina Pires Correia

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)

Prof. Dr. Denise Amorim Ramos

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela vida, saúde e sabedoria.

As equipes multiprofissionais dos NAPNES.

Aos meus pais Darci Aires Amaral e Isabel Matos Moreira Aires pelo incentivo e apoio, a minha esposa Silviana Gonçalves Martins e as minhas filhas Yasmin, Helena e Mariana Gonçalves Matos pela paciência e apoio em todas as fases dessa formação. Expresso a minha Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Gratidão ao bom Deus pela vida, saúde e sabedoria.

À todas as pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas que buscam a educação profissional e tecnológica como meio de transformação de vida, em especial aos estudantes do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

À minha família. Aos meus pais que não medem esforços para apoiar todos os meus sonhos. Aos meus irmãos Sirley e Silany por sempre estarem ao meu lado nos momentos difíceis e de alegria.

À minha família, à minha esposa Silviana Gonçalves Martins pelo incentivo e apoio nesse projeto e às minhas filhas Yasmin, Helena e Mariana por suportarem a minha ausência, vocês são razões da minha vida filhas. Amo todos vocês Família!

Ao meu orientador, Jair José Maldaner, pelas valiosas contribuições em todas as etapas dessa formação, sempre de prontidão e disposto a contribuir, conduzindo as orientações com sabedoria, de maneira serena, inteligente e segura.

À banca avaliadora da qualificação desta pesquisa por todas as contribuições, em especial às Professoras Denise de Amorim Ramos e Khellen Cristina Pires Correia.

À todos os Professores do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que contribuíram com suas disciplinas na construção deste projeto, sobretudo, para o meu aprendizado.

À todos os colegas do ProfEPT pelo conhecimento compartilhado e as amizades construídas, em especial ao Wesley da Silva e Hugo Rivas pela parceria que realizamos durante várias fases do mestrado, resenhas e intercâmbios em diferentes momentos dessa formação. Avante ao Doutorado!

Ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO) pelo incentivo aos seus servidores, pela criação do Programa de Mestrado ProfEPT e de toda estrutura humana, física e tecnológica disponíveis para o desenvolvimento deste estudo.

Ao Sinasefe pela estadia e infraestrutura disponível durante o mestrado.

E por fim, meus agradecimentos às equipes multiprofissionais que atuam junto aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNES) do IFTO, em especial as servidoras Aline Albuquerque, Lelma Nunes e Suelene Albuquerque. Obrigado por acreditarem e apoiarem este projeto!

Temos de abrigar o combate a todas as formas
de preconceitos, também geradores de violência e
intolerância, por meio de uma educação
humanista e pacífica.
(Pacheco, 2015).

RESUMO

Este estudo aborda a educação especial na perspectiva inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e traz resultados de uma pesquisa sobre a organização pedagógica dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na formação suplementar ou complementar dos estudantes com necessidades educacionais específicas dos Campi Araguaína, Colinas, Gurupi, Porto Nacional e Reitoria do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). O problema de pesquisa gira em torno de como os NAPNEs se organizam no âmbito da educação especial no IFTO e como um documento orientador pode contribuir com o trabalho das equipes multiprofissionais desses núcleos. O estudo foi desenvolvido na linha de Organização e Memórias dos espaços pedagógicos do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Partiu de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e de um estudo bibliográfico e análise documental, de forma exploratória, fundamentado em autores que abordam a educação politécnica na perspectiva da formação humana integral como Ciavatta (2005), Pacheco (2015), Frigotto et. al (2005), Manacorda (2008), Saviani (2007) e de autores que contextualizam a educação Especial no Brasil como Almeida (2016), Machado (2016), Sassaki (2002) sob a égide de legislações que tratam da política de educação especial no Brasil e de autores que pesquisaram a educação especial na perspectiva inclusiva no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) como Sonza et al. (2020), Souza (2019), Vilaronga et al. (2022). Os resultados das análises documentais realizadas no IFTO e dos estudos teóricos no âmbito da EPT revelaram alguns fatores em comum que os NAPNES vem enfrentando para atendimento do seu público alvo como a falta de profissionais especializados, de diretrizes direcionadas para a educação especial na EPT e de investimento em formação continuada, o que deu base para elaboração da “Proposta Pedagógica de orientação aos NAPNEs: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes”, que tem como objetivo contribuir com o trabalho da equipe multiprofissional e na organização pedagógica dos núcleos do IFTO. Dentre os resultados da avaliação realizada com 18 (dezoito) profissionais que atuam nos NAPNES do IFTO, 100% (cem por cento) disseram que concordam (total ou parcialmente) que tal proposta pedagógica pode ser útil tanto para as equipes multiprofissionais, quanto para as coordenações dos núcleos, assim como para outros IFs no âmbito da EPT.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica; Formação Humana Integral; Educação especial; NAPNE- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas; Proposta Pedagógica.

ABSTRACT

This study addresses special education from an inclusive perspective within the scope of Professional and Technological Education (EPT) and presents the results of research on the pedagogical organization of the NAPNEs (Centers for Assistance to People with Specific Needs) in the supplementary or complementary training of students with specific educational needs at the Araguaína, Colinas, Gurupi, Porto Nacional campuses and the Rectory of the Federal Institute of Tocantins (IFTO). The research problem revolves around how the NAPNEs are organized within special education at the IFTO and how a guiding document can contribute to the work of the multidisciplinary teams of these centers. The study was developed in the line of Organization and Memories of pedagogical spaces of the Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). It started from a qualitative approach, of an applied nature, and from a bibliographic study and documentary analysis, in an exploratory manner, based on authors who address polytechnic education from the perspective of integral human formation such as Ciavatta (2005), Pacheco (2015), Frigotto et. al (2005), Manacorda (2008), Saviani (2007), and authors who contextualize Special Education in Brazil such as Almeida (2016), Machado (2016), Sassaki (2002) under the aegis of legislation that deals with special education policy in Brazil and authors who researched special education from an inclusive perspective within the scope of Professional and Technological Education, especially the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) such as Sonza et al. (2020), Souza (2019), Vilaronga et al. (2022). The results of the documentary analyses conducted at IFTO and theoretical studies within the EPT revealed some common factors that the NAPNEs have been facing to serve their target audience, such as the lack of specialized professionals, lack of guidelines directed to special education in EPT, and investment in continuous training, which provided the basis for the elaboration of the "Pedagogical Proposal for Guidance to NAPNEs: Contributions from the Perspective of Integral Human Formation of Students," which aims to contribute to the work of the multidisciplinary team and the pedagogical organization of the IFTO centers. Among the results of the evaluation conducted with 18 (eighteen) professionals working in the NAPNEs of IFTO, 100% (one hundred percent) said they agree (totally or partially) that such a pedagogical proposal can be useful both for multidisciplinary teams and for the coordinations of the centers, as well as for other IFs within the scope of EPT.

Keywords: Professional and Technological Education; Integral Human Formation; Special Education; NAPNE - Center for Assistance to People with Specific Needs; Pedagogical Proposal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Instituto Federal do Tocantins Campus Porto Nacional.....	59
Figura 2 - Roteiro para elaboração do Produto Educacional.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Avaliação do Produto Educacional pelas equipes multiprofissionais dos NAPNES do IFTO.....	126
Gráfico 2 - Avaliação dos participantes sobre a apresentação e objetivos do produto educacional.....	127
Gráfico 3 - Avaliação das participantes sobre a seção I que dispõe sobre a memória da educação especial na perspectiva inclusiva.....	128
Gráfico 4 - Avaliação das participantes sobre a seção II que dispõe a Perspectiva para Formação Humana integral dos estudantes na EPT.....	129
Gráfico 5 - Avaliação das participantes sobre a seção III que dispõe sobre a política de Inclusão do IFTO.....	130
Gráfico 6 - Avaliação das participantes sobre a seção IV que dispõe sobre as práticas e ações pedagógicas do NAPNE.....	131
Gráfico 7 - Avaliação dos participantes sobre o produto educacional em geral.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Marco históricos da educação especial e da educação inclusiva no Brasil.....	43
Tabela 2 - Classificação das ações e práticas dos Napnes Multicampi do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).....	71
Tabela 3 - NAPNES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) que participaram da pesquisa documental.....	72
Tabela 4 - Áreas de formação dos profissionais que compõem a Comissão do NAPNE ou que estão lotados no núcleo com base nas portarias de criação/designação das comissões e/ou coordenações.....	88
Tabela 5 - Áreas de formação dos Coordenadores dos NAPNEs IFTO.....	89
Tabela 6 - Ações de formação desenvolvidas pelos NAPNES do IF Tocantins no período de 2020 a 2022.....	97
Tabela 7 - Ações afirmativas, educativas e demais projetos desenvolvidos pelos NAPNES.....	112
Tabela 8 - Coordenação de Inclusão e Diversidade e as Políticas de Ensino, Extensão e Pesquisa do IFTO.....	122
Tabela 9 - Respostas discursivas da avaliação do produto educacional.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

NAPNES – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PEI - Plano de Ensino Individualizado

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PROFEPT - Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 Contextualização histórica da relação educação e trabalho.....	22
2.1.1 Do trabalho como princípio educativo aos Institutos Federais (IFs).....	27
2.1.2 Perspectivas para a formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).....	29
2.2 Espaço de organização e memórias nos Institutos Federais (IFs).....	33
2.2.1 Memórias da educação e inclusão das pessoas com deficiência: avanços e retrocessos.....	39
2.2.2 Das fases de: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão das pessoas com deficiência.....	47
2.3 A Educação especial nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	50
2.3.1 Da Política de Inclusão do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).....	54
2.3.2 Dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).....	57
2.3.3 Do Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	60
3 METODOLOGIA.....	68
3.1 Procedimentos metodológicos.....	68
3.1.1 Caracterização da pesquisa bibliográfica.....	69
3.1.2 Caracterização da pesquisa documental.....	69
3.1.3 Dos procedimentos e análise da pesquisa documental.....	71
3.1.4 Universo e do conteúdo da pesquisa documental.....	73
3.2 Do Produto Educacional (PE).....	75
3.2.1 Da avaliação e validação do Produto Educacional (PE).....	77
3.2.2 Do universo e sujeito da pesquisa avaliativa do Produto Educacional..	78
3.3 Aspectos Éticos da pesquisa avaliativa.....	79
3.3.1 Dos procedimentos de análise do resultado da avaliação do produto	

educacional.....	80
4 ANÁLISES E RESULTADOS.....	81
4.1 Da organização das práticas pedagógicas e das ações dos NAPNES no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).....	81
4.1.1 Da organização da equipe multiprofissional (EMP) dos NAPNES.....	84
4.1.2 Das disposições do regulamento dos NAPNES IFTO: definição, natureza, objetivos, público-alvo, composição e competências.....	91
4.2 Das práticas de formação dos educadores no âmbito da educação especial inclusiva desenvolvidas pelos NAPNES.....	95
4.3 Do serviço de atendimento educacional especializado (AEE) e o uso do Plano de Ensino Individualizado pelos NAPNES IFTO.....	98
4.4 Das ações afirmativas, educativas e de outras práticas desenvolvidas pelos NAPNES do IFTO.....	110
4.5 Do acesso a informação sobre os serviços dos NAPNES.....	119
4.6 Do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): O que diz sobre os NAPNES?.....	121
4.7 Análises e discussões da avaliação e aplicação do produto educacional....	124
4.7.1 Dos resultados e análises da avaliação.....	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS.....	139
APÊNDICES.....	146
APÊNDICE A - Produto Educacional.....	147
APÊNDICE B - Roteiro para levantamento de dados documentais junto às coordenações dos NAPNES do Instituto Federal do Tocantins.....	196
APÊNDICE C - Roteiro para levantamento de dados documentais junto à Coordenação Geral do NAPNE da reitoria do Instituto Federal do Tocantins.	198
APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	201
APÊNDICE E - Questionário de pesquisa avaliativa do Produto Educacional.	205

APRESENTAÇÃO

A criação do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no Campus Porto Nacional em 2017 foi um dos marcos dos meus trabalhos desenvolvidos na minha trajetória profissional no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), até então não existia na unidade e pouco difundido pela Instituição. Na época, atuava como Coordenador de Assistência Estudantil simultaneamente com os trabalhos do setor de Serviço Social em que exerço a função de Assistente Social até os dias atuais. Ano em que recebemos na nossa unidade uma profissional tradutora intérprete de libras e que em conjunto com alguns professores, técnicos administrativos e estudantes foi proposto a criação e implementação do núcleo.

O NAPNE foi criado com objetivo de realizar o atendimento e acompanhamento dos estudantes com deficiência, a fim de criar no Campus Porto Nacional a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e principalmente buscar quebras de barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais, de comunicação para os estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, em conformidade com objetivos do Programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) que apoia a criação dos NAPNES nos Institutos Federais do Brasil. Haja vista que, não havia um setor para atendimento dos estudantes público alvo da educação especial, eram realizados por diferentes setores e profissionais sem um atendimento educacional especializado.

A minha experiência profissional como membro da equipe do NAPNE é um misto de sensações, entre enriquecimento de novos conhecimentos e desafios. Por um lado, permitiu atuar por diferentes frentes de trabalho, como a elaboração de um projeto do primeiro curso básico de extensão em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Campus, o acolhimento e acompanhamento dos estudantes públicos alvo do NAPNE, dentre outras. Por outro lado, a atuação como Assistente Social ainda se esbarra em algumas dificuldades, como a complexidade para entender o processo de organização pedagógica da educação especial, ora por falta de capacitação ou mesmo por falta de diretrizes mais concludentes.

A falta de diretrizes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica para nortear o trabalho dos NAPNES são algumas lacunas que dificultam o trabalho das

equipes multiprofissionais dos núcleos. Com isso, faz com que se percam na pluralidade das legislações e dificultam o processo de organização pedagógica, principalmente no atendimento ao aluno público alvo da educação especial, cerceado por outros fatores como a falta de formação entre as equipes multiprofissionais como identificado em alguns NAPNEs no IFTO.

Pois, os NAPNES são constituídos por uma comissão formada por diferentes profissionais, onde a maioria não tem formação ou qualificação na área da educação especial e muitos não passaram por uma formação para atuar no núcleo, o que dificulta o trabalho e engajamento das EMPs.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é um dispositivo educacional especializado no atendimento às pessoas com necessidades específicas no âmbito da educação profissional e tecnológica, assim como nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo seu público-alvo aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e/ou com outras necessidades educacionais específicas.

Apesar da recente contratação de profissionais especializados e da criação da política de inclusão do IFTO, os desafios ainda persistem no âmbito pedagógico, na ação colaborativa dos educadores, na formação das equipes multiprofissionais e na falta de políticas financeiras para estruturação física das salas de recursos multifuncionais.

Condições que me motivaram a estudar e aprofundar sobre a realidade dos NAPNEs dos Campi do IFTO e propor um produto educacional “Proposta pedagógica de Orientação aos NAPNEs: contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes” no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal do Tocantins.

O projeto de pesquisa intitulado “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral” foi desenvolvido no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e consistiu em um estudo qualitativo, de análise documental e de forma exploratória, conduzido por uma revisão de autores que trazem abordagem sobre a educação politécnica na perspectiva de uma formação humana integral, como Ciavatta (2005), Pacheco (2015), Frigotto et. al (2005), Manacorda (2008), Saviani (2007) e o próprio Marx (1974), e de autores que

contextualizam a educação Especial no Brasil, como Almeida (2016), Gugel (2006), Machado (2016), Sassaki (2002), Sonza et al. (2020), sob a égide de leis e literaturas que abordam a educação especial no Brasil, no âmbito da Educação Básica, Técnica, Profissional e Tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), assim como no IFTO.

Nesse sentido, esta dissertação se organiza em quatro capítulos. O primeiro, consiste em uma contextualização histórica e ontológica sobre o tema trabalho e educação. Em seguida, o segundo capítulo, uma abordagem que traz reflexões sobre a perspectiva da formação humana integral de estudantes do ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

No terceiro capítulo, uma abordagem sobre o espaço de organização e memórias da educação inclusiva nos Institutos Federais (IFs), uma discussão sobre a educação inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) do Ministério da Educação apoiado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e de como se constitui no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

No quarto, são apresentadas discussões, interpretações e considerações das análises dos resultados pesquisados sobre a organização pedagógica, as ações e práticas da educação especial sobre a perspectiva inclusiva dos NAPNEs de cinco unidades do IFTO (Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional e Reitoria) e os resultados e discussões da avaliação do produto educacional. Em sequência são apresentadas as Considerações Finais e no Apêndice A o Produto Educacional desenvolvido nesta pesquisa.

Para subsidiar a elaboração do produto educacional, propôs-se pesquisar os NAPNEs do IFTO, o que possibilitou identificar e compreender a organização da educação especial inclusiva em 04 Campi (Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional), além da Reitoria, as legislações e normativas existentes, os serviços, com o objetivo de analisar as ações e práticas na formação suplementar ou complementar dos estudantes com necessidades educacionais específicas, principalmente no ensino de nível médio.

1. INTRODUÇÃO

A história na educação especial revela que houve avanços nos últimos anos que têm favorecido o acesso das pessoas com deficiência à educação. A força de movimentos sociais em defesa da pessoa com deficiência levou à aprovação de leis como as de cotas nos vestibulares das universidades, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Alteração da Lei de Diretrizes da Educação Brasileira e a inclusão das Línguas de Sinais Brasileira (LIBRAS), entre outras, que culminaram no aumento de ingressantes também na educação profissional e tecnológica.

Ao longo da criação dos Institutos Federais no Brasil em 2008, incluindo o Instituto Federal do Tocantins, observou-se que houve alguns avanços no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência, assim como àquelas com alguma necessidade educacional específica. O principal destaque foi a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) pelo Programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP), além das políticas de ações afirmativas e reservas de vagas que garantem o acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos de nível médio e superior nas universidades e Instituições Federais por meio das políticas de cotas, baseadas na Lei nº 12.711/12, alterada pela lei nº 13.409/16, de 28 de dezembro de 2016.

No entanto, não basta permitir apenas o acesso, é necessário a permanência e o êxito e uma “formação completa”, como explica Ciavatta (2015), que possibilite às pessoas com deficiência a participação na vida escolar/acadêmica no ensino, extensão e na pesquisa, nas suas relações sociais na vida econômica, social, cultural, ética e política, pois a educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, conforme Pacheco (2015).

Para isso, na experiência educativa é preciso ter clareza na prática que se exerce, assim “é preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que pode tornar mais seguro o próprio desempenho” (Freire, 2011, p. 67).

Por esse viés, com esta pesquisa, inicialmente buscou-se investigar como os NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins estão se organizando e quais ações e

práticas estão desenvolvendo. Ao mesmo tempo, procurou-se descobrir se a proposta “Proposta pedagógica de orientação dos NAPNEs: contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes” pode contribuir para a organização pedagógica no espaço de trabalho da equipe multiprofissional desses núcleos. Essas foram as razões que motivaram a realização da pesquisa documental dos NAPNEs do IFTO e a revisão da literatura e legislações que abordam a educação especial inclusiva no âmbito da EPT.

Através dos resultados das análises documentais desta pesquisa, confirmou-se a inexistência de uma proposta pedagógica dos NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins, sobretudo na perspectiva da formação humana integral, o que embasou a continuidade do projeto e a elaboração do produto educacional por esse viés.

Os estudos documentais apontaram os principais avanços no atendimento aos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) ou com outras necessidades educacionais específicas, assim como revelaram a dimensão da organização pedagógica dos núcleos. A criação da política de inclusão do IFTO em 2021, a implementação da sala de recursos e a criação da coordenação do NAPNE de forma gratificada são algumas dessas conquistas.

Por outro lado, a pesquisa revelou os desafios que os NAPNEs têm enfrentado, como a falta de profissionais especializados com cargos efetivos para o atendimento educacional especializado (AEE), a ausência de um plano de formação continuada no âmbito da educação especial inclusiva e, principalmente para as equipes dos núcleos, a inexistência de normatização das salas de recursos multifuncionais e do atendimento educacional especializado, dentre outros.

Os estudos documentais e teóricos permitiram um olhar crítico, reflexivo e propositivo, tanto para as discussões sobre os resultados da pesquisa quanto para a elaboração do produto educacional “Proposta pedagógica de Orientação aos NAPNEs: contribuições para a formação humana integral dos estudantes”. Isso possibilitou identificar espaços ainda não implementados ou em desenvolvimento pelos núcleos e introduzir novos elementos ou práticas complementares, como um fluxograma de atendimento do NAPNE, abordagem sobre o Plano de Ensino Individual (PEI), exemplos de instruções normativas da sala de recursos multifuncional, recursos pedagógicos e tecnologias assistivas.

Tendo em vista que o Instituto Federal do Tocantins encontra-se em fase de reformulação da equipe que compõe os núcleos, bem como de implementação da política educacional inclusiva, a proposta de um produto educacional “Proposta pedagógica de orientação aos NAPNEs: Contribuições para uma formação humana integral dos estudantes” se fez relevante de forma a contribuir com a equipe multiprofissional do IFTO, podendo ser útil tanto àqueles Campus que vão criar o núcleo ou que estão em fase de implementação, quanto àqueles que já estão constituídos.

Neste caso, uma espécie de documento orientador que visa orientar o trabalho da equipe multiprofissional dos NAPNEs do IFTO, na implementação, estruturação e organização dos seus serviços, assim como no planejamento e execução de ações interventivas sobre uma perspectiva da formação humana integral dos estudantes, principalmente para os grupos minoritários historicamente excluídos da sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência.

Uma construção ancorada nas premissas que fundamentam a formação humana integral do estudante, que busca não apenas uma perspectiva inclusiva, mas participativa, crítica e emancipatória de todos os estudantes.

O Produto Educacional (PE) foi pensado principalmente com o objetivo de orientar o trabalho da equipe multiprofissional dos NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins, contribuir para a organização pedagógica dos núcleos e, conseqüentemente, para a melhoria na formação suplementar e complementar, preferencialmente dos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais no ensino de nível médio.

Uma proposta que pode ser replicada por outras instituições de ensino no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica que desejem implementar o núcleo em suas unidades.

A apresentação e avaliação do produto educacional para as equipes multiprofissionais dos NAPNEs consistiu na última fase deste projeto, momento que possibilitou apresentar a proposta para 21 profissionais de 05 CNAPNEs do Instituto Federal do Tocantins. Seguido das análises das avaliações e discussões dos resultados em que apontam a proposta de forma satisfatória.

A pesquisa, assim como o produto educacional, estão situados na linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica, relacionada à organização e ao planejamento de espaços

pedagógicos denominados macroprojetos 06 (seis) do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica que introduz o desenvolvimento deste estudo é pautada pela concepção materialista histórica dialética, por autores que trazem discussões acerca de uma educação politécnica e de uma escola unitária, portanto, de uma perspectiva de formação humana integral, seguida de autores e legislações que, respectivamente, abordam e regulamentam a educação especial no Brasil, especialmente no âmbito da EPT.

Este capítulo se divide em quatro seções. Primeiramente uma contextualização histórica e ontológica sobre o trabalho e a educação, o trabalho como princípio educativo, que traz concepções críticas e reflexivas sobre a trajetória histórica dessa dualidade (educação e trabalho) e os rumos para um movimento de luta em busca de uma educação emancipatória, inclusiva e transformadora. Em seguida, na segunda seção, uma abordagem que traz reflexões sobre a perspectiva de formação humana integral dos estudantes no ensino médio integrado da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Na terceira seção, é feita uma abordagem sobre o espaço de organização e memórias da educação inclusiva nos Institutos Federais (IFs). São apresentadas narrativas das memórias da educação e inclusão das pessoas com deficiência sob a égide das legislações que regem a política de educação especial Brasileira, além de uma discussão sobre a educação inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com uma descrição e aprofundamento sobre o Programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) do Ministério da Educação. Também são abordadas a função do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e como ele se constitui no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Na última seção, são apresentadas discussões, interpretações e considerações das análises dos resultados pesquisados sobre a organização pedagógica, as ações e práticas da educação especial sobre a perspectiva inclusiva dos NAPNEs de cinco unidades do IFTO (Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional e Reitoria). Além do resultado e discussões da avaliação do produto

educacional "Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNEs: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes" pela equipe multiprofissional desses núcleos.

2.1 Contextualização histórica da relação educação e trabalho

A relação entre trabalho e educação se constitui desde a criação do homem. Sua interação com a natureza e os animais é uma referência para entender como o trabalho fez parte da vida humana e como a educação teve início e contribuiu para a modificação do homem.

Marx, no livro "O Capital", e Marx e Engels, em sua obra "A Ideologia Alemã" (1974), citados por Saviani (2007), explicam que podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira, mas o homem se diferencia dos animais quando começa a produzir seus meios de vida, produzindo assim os bens de consumo e uso, ou seja, a vida material. Para o autor, nas comunidades primitivas, os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência, e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalecia, portanto, o modo de produção comunal, também chamado de "comunismo primitivo" (Saviani, 2007, p. 152).

Assim, no sentido ontológico do trabalho, o homem teve relação com o trabalho e a natureza para a objetividade da vida material, mas inicialmente de modo comunal e para sua sobrevivência, com objetivação para sua sobrevivência e da coletividade, sem uma consciência de classe. Dessa forma, os sentidos do trabalho tiveram diferentes compreensões ao longo de toda a história da humanidade.

Maldaner (2016) explica que

Ao longo da história, como sabemos, o trabalho assumiu diferentes conotações e sentidos, ora entendido como expressão de vida e degradação, criação e infelicidade, ora como atividade vital e escravidão. Na Bíblia ganha conotação de castigo a Adão e Eva por terem sido infiéis a Deus. A própria palavra trabalho vem do termo *tripalium*, instrumento de tortura, ou seja, sinal de punição e sofrimento. Na modernidade, sob a sociedade capitalista, o trabalho assume definitivamente uma conotação positiva, como caminho para a salvação, fim mesmo da vida. Esta dimensão contraditória presente no mundo do trabalho que cria e subordina, humaniza e degrada, libera e escraviza, emancipa e aliena, manteve o trabalho como questão central na vida humana (Maldaner, 2016, p. 19).

Saviani (2007) esclarece ainda que o trabalho sempre esteve presente na vida do homem e essa relação se inicia a partir do momento em que precisa produzir continuamente a sua própria existência, transforma a natureza e adapta-a para sua necessidade material de uma forma planejada e objetiva, diferente dos animais que se adaptam à natureza. Assim, o que define a existência humana, o que caracteriza a realidade humana é exatamente o trabalho. O homem se constitui como tal à medida em que necessita produzir continuamente a sua própria existência. Os animais têm sua existência garantida pela natureza, o homem ajusta a natureza às suas necessidades e finalidades humanas, o que é feito através do trabalho.

A relação da educação e trabalho na vida do homem sempre existiu, o homem aprendia a trabalhar trabalhando e se relacionando com a natureza, educava a si mesmo e educava as novas gerações, o que configura o processo de aprendizagem, a preservação e o ensinamento aos remanescentes para continuidade da vida humana.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (Marx, Engels, 2001, p.10).

De acordo com esses autores a essência do homem é o trabalho e que a educação é um processo associado a essa essência, contudo, aprendia-se fazendo, adquiria-se uma experiência prática e repassava-se todo conhecimento para as suas gerações, o que se configurava como um verdadeiro processo de aprendizagem.

Nas comunidades primitivas, os homens se apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Prevalencia aí, o modelo de produção comunal, também chamado de “comunismo primitivo”. Não havia divisão em classes. Tudo era feito em comum. Na unidade aglutinadora da tribo dava-se a apropriação coletiva da terra, constituindo a propriedade tribal na qual os homens produziam sua existência em comum e se educavam nesse mesmo processo (Saviani, 2007, p. 154).

Entretanto, o desenvolvimento da produção gerou a divisão do trabalho, assim como a divisão do processo educativo sobre o que pensa e os que exercem a força de trabalho. Marx e Engels (2001) na sua obra Ideologia Alemã explica que “a

tarefa exclusiva de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes de esforços físicos entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas”, assim, segundo Eles o gerenciamento do trabalho se torna privilégio de um grupo de poucos indivíduos, os quais isentos de exercer esforços físicos, restando toda a força de trabalho físico para uma massa de proletários/servis.

Essa divisão ocorreu em razão do aumento e desenvolvimento da produção, o que proporcionou uma ruptura nas comunidades primitivas e o surgimento das classes sociais, dos proprietários de terras e não proprietários, os conhecidos proletários.

[...] O controle privado da terra onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor.[...] essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho (Saviani, 2007, p. 155).

Dessa forma, a educação se dividiu em duas: uma para a classe proprietária (intelectuais) e a outra para os proletários (escravos e servis), o que desencadeou uma forma específica de educação para o processo produtivo. Surgiu assim a primeira escola e o início do processo de institucionalização da educação, embora perpetuando-se a separação da educação do trabalho. A educação da classe dominante passou a se organizar na forma escolar, enquanto a educação da classe majoritária (proletária) se interligava com o processo do trabalho.

Saviani (2007) explica ainda que, na origem, a instituição educativa recebera o nome escola e deriva etimologicamente do lugar do ócio, tempo livre. Desde a antiguidade, foi tomando dimensões mais largas e complexas até atingir, na contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, servindo como referência para medir todas as demais formas de educação.

Nessa perspectiva, Manacorda (2008) esclarece que a separação entre instrução e trabalho, a discriminação entre a instrução para os poucos e o aprendizado do trabalho para os muitos, e a definição da instrução institucionalizada como institutio oratória, que se traduz como uma formação do governante para a parte da palavra entendida como arte de governar, excluindo-se desta educação as classes dominadas. Por esse viés, Saviani (2007) esclarece que o objetivo do

Estado era utilizar a escola como um aparelho ideológico do Estado em benefício do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo que forjava a ideia de uma escola pública obrigatória para os leigos, garantindo o acesso a todos. Isso remete a uma análise histórica da educação desde a antiguidade, destacando a típica divisão do trabalho manual e intelectual.

Esses autores apresentam que os avanços do modo de produção capitalista passaram da economia de subsistência para a comercial e, mais tarde, industrial, onde passa a converter o saber de potência intelectual em potência material, o que provoca historicamente uma mudança na educação. O direcionamento do público educacional da classe apenas dominante para uma sociedade em geral, sendo a escola um instrumento para mudança dessa cultura.

Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistema nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu-se a escola em forma principal e dominante de educação (Saviani, 2007, p. 159).

Com isso, a revolução industrial levou ao nível de educação básica para a educação de caráter técnico, o que proporcionou a socialização da classe proletária com a classe moderna. Além da operacionalização das máquinas, gerou inúmeras formas de trabalho, como manutenção das máquinas, fabricação de peças, entre outras atividades, o que impôs um patamar mínimo de qualificação e fez surgir uma bifurcação no sistema de ensino entre escola de formação geral e escolas profissionais. Isso também tendenciou a educação para qualificações gerais aos intelectuais em detrimento da qualificação específica e os cursos profissionalizantes ligados à produção, o que também gerou a manifestação de duas propostas de modelos de escolas: "Escolas de Ciências e Humanidades" para os futuros dirigentes e a proposta de escolas diferenciadas que efetuavam internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais de acordo com sua origem social (Saviani, 2007, p. 159).

Segundo o autor, Gramsci (2001) comenta que a base em que se assenta a estrutura do ensino fundamental no Brasil é o princípio educativo do trabalho na contemporaneidade. O modo como se organiza a sociedade atual é a referência para a organização do ensino fundamental, e ele cita exemplos dos acervos referenciais como a matemática, linguagem escrita, ciências naturais e sociais. Na

sua opinião, o ensino fundamental Brasileiro não necessita ter uma relação direta com o processo de trabalho, pois constitui-se de instrumentos elementares para entender o processo do mundo do trabalho, ainda não integrante de uma proposta no ensino médio. Sendo assim, acrescenta como se deve organizar o ensino básico nesta fase final, conhecida como segundo grau.

O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho...[...] o ensino médio já não basta dominar os elementos básicos e gerais do conhecimento que resultam e ao mesmo tempo contribuem para o processo de trabalho na sociedade. Trata-se, agora, de explicitar como o conhecimento (objeto específico do processo de ensino), isto é, como a ciência, potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. Tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático sobre o modo como o saber se articula com o processo produtivo...[...] os horizontes que devem nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicas especializadas, mas de politécnicos (Saviani, 2007, p. 34).

A politecnia significa, no entanto, a especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna, que a formação do ensino médio dará base à multiplicidade de processos e técnicas de produção. A capacidade de reflexão e compreensão do que é o trabalho como formação, do trabalho que estará inserido, do sistema produtivo e suas múltiplas expressões, das relações com a vida social, é contrária à mera execução técnica, o que o autor coloca como adestramento no ensino profissionalizante. Contudo, o autor completa que, sob uma concepção terminológica, a politecnia ou educação politécnica é considerada um sinônimo conceitual da Educação Tecnológica, e por razões filológicas, destaca-se a omnilateralidade do homem, o que, segundo Saviani, foi constatado por Manacorda nas obras de Marx extraídas de sua obra "O capital" (Saviani, 2007, p. 162).

Contudo, apesar das apresentações conceituais de Marx, Saviani chama a atenção para o período histórico em que Marx vivia. Na época, o termo "tecnológico" era pouco utilizado, ao contrário do cenário atual, em que é amplamente empregado pelo Estado e todo o poder econômico e político. Dessa forma, ele incorpora o termo

politecnia por se referir à obra de Gramsci relacionada à instrução e ao trabalho produtivo, considerando o caminho da humanidade como o cerne da problemática.

2.1.1 Do trabalho como princípio educativo aos Institutos Federais (IFs)

Ao analisar as obras de Gramsci do início do século XX dispostas no caderno 8-XXVIII, Manacorda (2008) explica que "é na escola única que se encontra a raiz" daquele processo de união entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial, que é depois realizado em um nível mais alto pelas academias, as quais realizam assim, também, a unificação entre os intelectuais e as massas populares (Manacorda, 2008, p. 207).

Como explica o próprio Gramsci

[...] criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige (Gramsci, 2001, p. 49)

No entanto, Gramsci busca apresentar uma reflexão embrionária acerca de uma concepção da escola única (do trabalho) necessária para a classe subalterna, cuja crítica, se faz acerca das propostas ocorridas na câmara dos parlamentares por um movimento fascista, uma proposta de escola dividida (profissional, média técnica e clássica) e totalmente celetista, sendo a formação intelectual (clássica) oferecida para as classes dominantes (dirigentes) e a média técnica para os pequenos burgueses, restando aos operários e camponeses a formação de instrução com recusa de qualquer formação crítica/intelectual, apenas para operacionalização das indústrias e para venda da sua força de trabalho especializada.

Manacorda (2008) explica que o surgimento de modelos de escolas italianas, como as progressistas, trouxe em seus currículos propostas relacionais da teoria e prática para formação do conhecimento ao aluno, assim como a abordagem conteudista liberal pelo sistema Dalton, o qual levou Gramsci a um olhar prudente e a denunciar o caráter esnobe do trabalho realizado nestas escolas, assim como a indissociação de valores culturais e humanos, embora considerado avanços para chegar à escola ideal "unitária" (Manacorda, 2008, p. 208).

De acordo com o autor, para que efetivamente os alunos possam aprender a aplicar seus conhecimentos e a desenvolver suas capacidades práticas, é necessário realizar a união entre teoria e prática. No entanto, o problema está na relação escola-sociedade, escola-produção, cultura-profissão, o que Gramsci definiu como "tecnicamente, industrialmente" e "manualmente". Assim, em suas conclusões, Gramsci define que esses modelos de escolas progressistas são exemplos de não execução de escolas, embora não devam ser descartadas, visto que são passos para o desenvolvimento da escola "unitária", colocando as escolas soviéticas como as que mais se aproximam do modelo ideal.

Nesse sentido, Frigotto e Carvalho (2003) defendem a necessidade de um debate sobre a escola unitária, colocando-a como crucial na sociedade Brasileira atual, levando em conta os embates que se travam na busca por romper com todas as formas de exclusão social, rumo à possibilidade de se construir um industrialismo de novo tipo e processos educativos não imediatistas que concorram para a formação omnilateral e a emancipação humana. Dessa forma, a busca radical da escola unitária, no plano do conhecimento e no plano político organizativo, torna-se fundamental. Nesse caminho, Frigotto e Carvalho (2003, p. 132) afirmam que a "escola unitária e o ensino politécnico, como forma de sua realização, continuam em pauta", sua necessidade e possibilidade indicam uma perspectiva de luta, na qual os movimentos já estão vinculados à realidade concreta.

Por esse viés, Pacheco (2015) esclarece que a Rede Federal tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e que busque a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capazes de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século, sendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia uma síntese daquilo que de melhor construíram ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal (Pacheco, 2015, p. 12).

Define ainda o autor que a organização verticalizada dos Institutos Federais, da educação básica à superior, é um dos fundamentos que permite ao docente atuar em diferentes níveis de ensino e espaços de aprendizagem para discentes, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso

técnico ao doutorado. A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

2.1.2 Perspectivas para a formação humana integral dos estudantes do ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

O ensino médio que defendemos aqui consiste em uma perspectiva de formação integral do ser humano como sujeito autônomo e crítico, preparado para a vida social, política, ética e cultural, para além de uma formação tecnicista. Deve ser capaz de compreender as relações de exploração do capital e enfrentá-las. É uma perspectiva de escola omnilateral que recusa a unilateralidade da educação e rompe com a seletividade das escolas tradicionais, em prol de uma educação inclusiva para todas as classes sociais trabalhadoras e dominadas, como negros, favelados, pobres, filhos de operários, indígenas, pessoas com deficiências, etc., totalmente pública e de qualidade.

Como explica Frigotto et al. (2005) no livro “Ensino Médio: concepções e contradições - a integração do ensino médio com o ensino técnico”, é uma necessidade conjuntural, social e histórica que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar a formação geral e a formação técnica no ensino médio, visando a uma formação integral do ser humano, é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao ensino médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes.

Nessa concepção, Saviani (2007) traz a educação politécnica como forma de possibilitar ao homem o exercício de uma profissão como condição de humanização e de transformação social. A ideia propõe desenvolver aspectos manuais e intelectuais, contudo proporcionando uma educação integrada, crítica, multilateral e multiprofissional. Ao mesmo tempo, os autores Moura et al. (2015), em sua obra “Politecnia e formação integrada”, explicam que Marx e Gramsci consideram a Politecnia como possibilidade e a profissionalização quando associada à educação

intelectual, física e tecnológica, e como um movimento de luta para superação do capital, um germe para a educação futura.

Pacheco (2015), ao discorrer sobre a educação profissional e tecnológica, explica que a educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão numa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Para ele, o restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão, da emancipação e da radicalização democrática e esclarece que o Proeja é parte indissolúvel dessa política por seu potencial inclusivo e de restabelecimento do vínculo educacional para jovens e adultos (Pacheco, 2015, p. 11).

Esse autor completa ainda, dizendo que a formação humana omnilateral inclui o trabalho, a ciência e a cultura, dos quais o trabalho tem que ser compreendido tanto em seu sentido ontológico, enquanto realização humana, quanto prática econômica associada ao modo de produção.

Na educação profissional,

[...] o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (Brasil, 2010).

Frigotto (2005) considera que o ensino médio tem uma função estratégica central dentro de uma construção do país no âmbito cultural, social, político e econômico para uma relação soberana e não subalterna e aponta como a melhor instituição para cumprir essa tarefa, afirma, portanto, como necessidade para uma nova política educacional.

Neste horizonte, a expectativa social mais ampla é de que se possa avançar na afirmação da educação básica (fundamental e média)

unitária, politécnica e, portanto, não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e da democracia efetivas. Não se trata de uma relação, pois, linear com o mercado de trabalho, mas mediada, sem o que não se cumprem os dois imperativos: de justiça social e de acompanhamento das transformações técnicas-científicas do mundo do trabalho (Frigotto, 2005, p. 74).

Assim, esses autores colocam que a educação, na perspectiva de uma formação integrada e humanizada no ensino médio, é entendida e estruturada como espaço estratégico e necessário para um movimento de luta (e superação) frente às expressões da produção capitalista. A necessidade de uma estrutura curricular interdisciplinar, multidisciplinar e humanista que possibilite ao estudante, em plena formação do ensino médio, o conhecimento intelectual além da técnica profissional, de forma a alcançar autonomia e conviver nas relações sociais que perpassam o ofício, uma capacidade crítica de decifrar as expressões da realidade da vida cotidiana no meio político, cultural, econômico e social, coloca a educação “politécnica” como necessária para essa mudança.

Ciavatta (2005) coaduna com essa ideia e explica que a formação integrada torna o ser humano íntegro, por inteiro, frente à divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar. Busca, como formação humana, garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política, o que oferece condições de compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos.

Para Pacheco (2015), a formação humana integral trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí (Pacheco, 2015, p. 29).

Ferreira e Garcia (2005), em uma análise sobre a estruturação e organização curricular do ensino médio integrado à educação profissional nos Estados do Paraná e Espírito Santo, momento marcado por longos debates em prol da reforma da educação profissional no Brasil, que culminou na promulgação do Decreto nº 5.154/2004, trazendo consigo algumas mudanças importantes para a educação

profissional no país, acentuam que a “integração do ensino médio à educação profissional pressupõe a formação de pessoas que compreendam a realidade e que possam atuar como profissionais” e definem o trabalho como “princípio educativo” que valoriza o homem em sua totalidade, levando em consideração os fatores históricos (Ferreira; Garcia, 2005, p. 164).

No que concerne às práticas pedagógicas no projeto de ensino integrado, Araújo e Frigotto (2015) explicam que

o ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, comprometido com o desenvolvimento de ações formativas integradoras (em oposição às práticas fragmentadoras do saber) capazes de promover a autonomia e ampliar os horizontes (a liberdade) dos sujeitos das práticas pedagógicas, professores e alunos, principalmente (Araújo; Frigotto, 2015, p. 63).

A ideia de integração do ensino médio, segundo esses autores, é uma forma orientadora pedagógica de práticas formativas que possibilite ao estudante a ampliação da capacidade de compreensão das relações da realidade que vive com a realidade social. Eles completam que "considerar a possibilidade de um único método ser válido para todas as situações de ensino integrado seria um equívoco", para os autores, existem uma série de procedimentos da matéria e da finalidade educacionais específicas que podem favorecer a ampliação da compreensão do mundo, conforme propõe o projeto do ensino médio integrado (Araújo; Frigotto, 2015, p. 64).

Ainda de acordo com esses autores, o ensino integrado é reconhecido como uma proposta de educação inspirada na ideia gramsciana de escola unitária, mas que não se confunde com ela, uma vez que seus limites de formação integral são determinados pela sociabilidade capitalista contemporânea. No entanto, só pode cumprir sua finalidade de formar na perspectiva da totalidade se assumir a liberdade como utopia e manter uma íntima vinculação com o projeto político de construção de uma sociabilidade para além do capital (Araújo; Frigotto, 2015, p. 66).

Na proposta dos Institutos Federais, como esclarece Pacheco (2015), agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico), bem como discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes, lança luz sobre elementos

essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica.

Por esse viés, a contextualização a seguir se faz fundamental para não se desprender de uma verdade histórica da relação entre educação e trabalho, seu princípio, os percursos transitados na história da formação educacional e profissional, a fim de sustentar uma reflexão crítica e propositiva na busca incessante de uma melhor educação em todos os níveis de ensino, seja ela básica, técnica, tecnológica e/ou profissionalizante, principalmente para os trabalhadores e trabalhadoras deste país que dela necessitam.

2.2 Espaço de organização e memórias nos Institutos Federais (IFs)

As memórias remetem a um rápido reflexo de imaginação de histórias, mas sua gênese conceitual ultrapassa essa concepção, não podendo, por sua vez, ser confundida como sinônimo de história, embora se relacionem em seu processo operacional. Entretanto, a memória-história não é sinônimo, essa foi uma interpretação do passado. Nora (1993) explica que “a memória possui características dialéticas, cheia de vida e mudanças, enquanto a história é carregada de lembranças do passado, seja total ou incompleta.

Assim, para levá-lo a uma compreensão das discussões que emergem nos espaços de organização e memória nos Institutos Federais (IFs), que serão tratadas neste capítulo, vejamos algumas definições de Nora (1993) em sua obra “Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares”.

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque a operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que dá um vocação ao universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (Nora, 1993, p. 3).

A autora, no entanto, não apenas traz distinção sobre o que é a memória e a história e sua intrínseca relação, mas revela o rompimento desse elo

(história-memória) de identidade vivido por um tempo antigo. É uma apreensão da passagem de uma memória tradicional conservadora para a memória moderna, o sentido mais amplo da memória contemporânea, colocando em questão a ideia de que "uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, mais do que uma sociedade tradicional, lugares onde ancorar sua memória" (Nora, 1993, p. 9). Pois, segundo a autora, a memória é quem dita e se ancora em lugares, enquanto a história registra os acontecimentos. Assim, a memória de hoje pode ser a história de amanhã.

Dessa forma, as memórias produzem um tipo de registro que serve à história, mas não é a história propriamente dita, pois mesmo que se utilizem dos registros como documentos ou testemunhos visuais, o historiador se julga a partir da subjetividade, o que pode ressignificar a história, tanto do passado quanto a contemporânea.

Nesse sentido, o registro das memórias da educação especial se faz importante como espaços de organização na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), seja ela escrita em texto (documental) ou por imagens, pois são fundamentais para manter viva as memórias, "esse rio do tempo que é a memória e o lugar que ocupa na escola, permitindo aflorar lembranças e formas de ser que constituem uma identidade", como explica Ciavatta (2005, p. 11).

Como apresentam esses autores, as memórias revelam a leitura de um tempo passado ao presente, não só permitindo resgatar lembranças, mas também contribuindo para a formação de uma identidade da escola.

Dessa forma, a proposta pedagógica de orientação aos NAPNES do IFTO (produto educacional), na forma de um documento orientador, se faz relevante para manter vivas as lembranças do lugar que a educação especial ocupou e ocupa na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Os IFs são espaços que devem ocupar as memórias, desde a institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) até o surgimento para reestruturação da educação profissional por meio dos Institutos Federais, embora seu processo identitário se fragilize em meio às correlações de força dos interesses do capital.

Pacheco (2015), em sua obra "Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: Diretrizes para uma Educação Profissional e Tecnológica

Transformadora", esclarece que no mundo há uma perda identitária em diversas áreas da sociedade, e a educação foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais. Isso impulsiona a busca por uma transformação na vida humana por meio de projetos emancipatórios, criativos e desafiadores.

Assim, o autor coloca a Educação Profissional e Tecnológica como um dos avanços durante o governo Lula e que tem direcionado para essas mudanças, favorecendo oportunidades para milhares de jovens e adultos da classe trabalhadora.

A expansão da educação profissional (EPT) por meio de financiamentos do Governo, no período de 2003 a 2010, possibilitou a ampliação da rede EPT e, conseqüentemente, a inserção de sujeitos sociais até então excluídos do sistema de ensino, proporcionando-lhes acesso e garantia de formação em diferentes modalidades de ensino, superiores, Proeja e técnicos integrados ao ensino médio. Embora as conseqüências de décadas de políticas privatizantes, neoliberais deixem resquícios no âmbito das políticas públicas que emergem sobre o estado, contudo, defende-se que

não podemos nos submeter a essa política na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente. Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista (Pacheco, 2015, p. 8).

A educação necessita estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Essa sociedade em construção exige uma escola ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social. Assim, o autor explica que deve existir uma ação conjunta do poder público e da sociedade na função educadora na busca pela formação humana integral.

Para Pacheco (2015), a formação humana integral trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho presente na formação voltada ao "treinamento" para a execução de determinadas tarefas. Define-se que "antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu

papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí" (Pacheco, 2015, p. 29).

O autor explica que a formação integrada e humanizadora emerge por meio de possibilidades mediante um conjunto de ações como

a construção de uma formação integrada como projeto social; a manutenção na lei da articulação entre ensino médio de formação geral e a educação profissional; a adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação específica; a articulação da Instituição com os alunos e familiares; o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa; e a garantia de investimentos na educação (Pacheco, 2015, p. 20-21).

Ressalta ainda que esse modelo e processo educacional têm em suas premissas a transversalidade e a verticalização, que constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que é diferente das universidades. Considera a transversalidade

como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. A verticalização, extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações (Pacheco, 2015, p. 20-21).

Assim, qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, ela é facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, sejam estes as instalações físicas dos ambientes de aprendizagem (como salas de aula convencionais, laboratórios, bibliotecas, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos), "são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos" (Pacheco, 2015, p. 22). Completa-se que a verticalidade permite aos profissionais da educação, não só aos professores, a possibilidade de, num mesmo espaço, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação,

estabelecendo a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

Um caminho para a construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal. Defende-se ainda que todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação, e suas atuações devem ser integradas pedagogicamente, com o reconhecimento da escola enquanto ação educativa. Portanto, enaltece-se que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia "são uma síntese daquilo que de melhor construíram ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal" (Pacheco, 2015, p. 12).

Assim sendo, a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais que permite que os professores atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado. A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão dessas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (Pacheco, 2015, p. 13).

Dessa forma, esse novo desenho constituído tem como principal função a intervenção na realidade, sob a perspectiva de um país soberano e inclusivo, com a responsabilidade de garantir a continuidade das ações que visam incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. "Tal desafio legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma a EPT como instrumento realmente vigoroso na construção e no resgate da cidadania e da transformação social", explica Pacheco (2015, p. 18).

A inclusão acontece da mesma forma que a emancipação também ocorre: são incorporados os princípios básicos da cidadania, como consciência, organização e mobilização, quando se constroem. O sujeito é o principal partícipe da história da transformação. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio dos Institutos Federais, afirma-se como um instrumento que tem avançado na construção e no

resgate da cidadania. No entanto, para a transformação social, é necessário um modelo de educação que se apresente com democracia, equidade e justiça social.

Mas qual a função social da escola numa perspectiva inclusiva? A respeito desse tema, Scherer (2022, p. 12) explica que dentro de uma compreensão de justiça escolar que não se resume à igualdade de oportunidades, nem à igualdade de resultados, “importa ressignificar a função social da escola sob a perspectiva da educação inclusiva”, a fim de aproximar esta justiça ao indivíduo. Nesse sentido, a autora, Scherer (2022, p. 12), citando Dainez e Smolka (2019) em um estudo recente, afirmam que a função que a escola tem assumido em relação aos alunos com deficiência ainda carrega marcas do discurso médico, através da estimulação e do trabalho assistencialista, convergindo para uma compreensão da inclusão escolar que se resume à socialização desses sujeitos.

Dessa forma, conforme esses autores, a função social no âmbito educacional inclusivo está mais voltada para cumprir um papel assistencialista, clínico e talvez de integração, do que propriamente a função de proporcionar o conhecimento às pessoas com deficiência, distorcendo a real função da Instituição de Ensino e distanciando-se de uma perspectiva inclusiva.

Conforme Scherer (2022, p. 13), é a partir desses resultados que as autoras (Dainez, Smolka) defendem que “a função social da escola não se resume à socialização/convivência, relaciona-se, sim, ao trabalho de ensino e à apropriação do conhecimento valorizado, condição de desenvolvimento cultural orientador da personalidade”.

Nesse sentido, cabe entender como os Institutos Federais estão se organizando e que papel têm desenvolvido no processo de inclusão social, aqui principalmente no que concerne às pessoas com deficiência. De fato, existe uma justiça educacional no âmbito da EPT, especialmente nos Institutos Federais? É certo que o direito de ingressar na Instituição é uma prerrogativa legal e deve ser garantido a todos, mas não deve ser um medidor da inclusão educacional.

Apoiamos a ideia Scherer Apud Dainez, Smolka (2019), pois a educação básica, técnica e tecnológica tem que chegar ao alcance das pessoas com deficiência com o mesmo peso dos demais estudantes, carregada de cientificidade, tecnologia e profissionalização. Mas para isso, os IFs têm que estar preparados, superar o modelos de ensino pragmático e fragmentados de assistir o aluno de forma capacitista ou segregadora somente na sala de recurso, para socialização etc,

contudo, romper barreiras atitudinais e construir uma nova cultura de ensino aprendizagem da educação especial pautada em princípios transformadores, emancipatório e colaborativos para que favoreça uma justiça educacional.

É certo que a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, nos IFs, permite que os educadores (gestores, professores e técnicos administrativos) atuem em diferentes níveis de ensino, assim como os estudantes desfrutem e compartilhem espaços de aprendizagem.

Mas, esses espaços devem ser visto como facilitadores para um trabalho educativo de diferentes formas de ensino, de forma que possibilite acesso à todos os alunos que buscam a EPT, principalmente àqueles que historicamente têm sido excluídos da sociedade, como os estudantes com deficiência ou aqueles com alguma necessidade educacional específica. Caso contrário, a perspectiva inclusiva estará longe de ser alcançada.

Nesses espaços, o programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) tem se destacado ao proporcionar uma formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos educacionais, por meio da realização de pesquisas que integram os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Como resultado da força deste programa de pós-graduação, destaca-se o projeto de pesquisa em análise e a criação do produto educacional "Proposta pedagógica de orientação aos NAPNES: Contribuições para a formação humana integral dos estudantes".

Projeto este situado na linha de organização e memória dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica, tendo como objetivo contribuir na organização dos espaços de trabalho da equipe multiprofissional que atua nos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal do Tocantins, cujas memórias da educação especial e inclusiva se tornaram indispensáveis e necessárias.

2.2.1 Memórias da educação e inclusão das pessoas com deficiência: avanços e retrocessos

Por muitos anos, a pessoa com deficiência era considerada incapaz e

excluída da sociedade. Conforme Almeida (2016, p. 22), "não havia estudos sobre quais os motivos das deficiências", e as práticas voltadas a esse público estavam relacionadas à assistência, à caridade e até mesmo à extinção. Somente com os avanços da ciência, a partir do século XVI, após pesquisas dos médicos Paracelso e Cardano, é que "a deficiência intelectual (conhecida por muito tempo como idiotia e depois deficiência mental) tem suas origens em problemas fisiológicos, referentes ao funcionamento do cérebro humano, necessitando de acompanhamento médico", no entanto, uma assistência no âmbito da saúde e da benevolência.

Gugel (2006) explica que em 1993 as Nações Unidas estabeleceram as normas sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas portadoras de deficiência (ONU, Resolução nº 48/96, 1993), termo destinado à época, onde estabelecem requisitos e formas de implementação de medidas para a igualdade de oportunidades com foco na acessibilidade, educação, emprego, renda, seguro social, vida familiar e integridade pessoal, cultural, lazer, esporte, pesquisa tecnológica, políticas de planejamento, legislação e políticas econômicas.

Um período marcado por conquistas como a Declaração de Salamanca em junho de 1994, comprometendo-se com a educação para todos e reconhecendo a necessidade e a urgência de providenciar educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, a Declaração de Washington de 25 de setembro de 1999, comprometendo-se a promover uma ampla divulgação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência e incentivar políticas públicas voltadas ao fomento da vida independente, pela educação inclusiva, comunicação, moradia acessível e disponível, transporte, saúde e meio ambiente sem barreiras e tecnologias assistidas nos países, dentre outras como a declaração de Caracas, Sapporo e Madri (todas de 2002), que declaram o respeito à diversidade das pessoas com deficiências e exigem políticas públicas de igualdade de condições no transporte, emprego, a educação inclusiva e outras que permitam a inclusão social deste grupo social (Gugel, 2006, p. 29-31).

Contudo, o autor esclarece que os tratados e declarações nacionais e internacionais surgiram por forças de movimentos organizados em todo o mundo na tentativa de romper preconceitos e discriminação contra as pessoas com deficiência, na criação e reformulação dos direitos e da dignidade humana para acesso às políticas públicas e privadas iguais às demais pessoas da sociedade, um largo

passo na busca intransigente na implementação de direitos das pessoas com deficiência. Todavia, os denominados aleijado, inválido, incapacitados, defeituoso e diversos outros termos (infelizmente alguns termos ainda usados na contemporaneidade) passariam a uma nova designação terminológica e sustentados por longos tempos preconceitos e exclusão de que tratavam as pessoas com deficiência como dispensáveis na vida social e sem qualquer valor (Gugel, 2006, p. 25).

Nesse sentido, a partir do contexto mundial e da atuação corajosa do movimento nacional de pessoas com deficiência, nascido simultaneamente em diversas cidades do Brasil, a designação "pessoa portadora de deficiência" é introduzida na Constituição da República de 1988, o que provocou a alteração de várias legislações nacionais e internacionais, propostas e a implementação de políticas públicas em prol das pessoas com deficiência, nas quais a educação inclusiva foi incluída.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil com status de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº. 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6.949/2009, estabelece o compromisso dos Estados-Parte de assegurar às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena. Isso implica na adoção de medidas para garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, e possam ter acesso ao ensino de qualidade em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Vale destacar que, de acordo com Sassaki (2002), o termo utilizado para designar as pessoas com algum tipo de deficiência passou por várias mudanças, levando em consideração as influências históricas e conjunturais no país e no mundo. A expressão atual é "pessoa com deficiência", conforme orientação do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência no Brasil, tendo como base a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Nepomuceno et al. (2020), citado por Shakespeare (1994 e 2010), esclarece que alguns termos podem reduzir as potencialidades da pessoa, reforçando a sensação de déficit e fracasso pessoal, tais como "inválido" e "deficiente". É fundamental discutir sobre o assunto, considerando que reflete as percepções e os

valores de uma sociedade, bem como pode carregar, de modo implícito, o preconceito.

No Brasil, segundo Almeida (2016), os primeiros atendimentos destinados às pessoas com deficiência no âmbito das atividades pedagógicas surgiram direcionados às deficiências sensoriais (visual e auditiva), iniciados por estudos e elaborações, marcados sequencialmente pela criação de escolas especiais com o objetivo de integrar esses grupos minoritários. As primeiras estratégias de inclusão no Brasil ocorreram a partir do século XX, com a criação de escolas especiais como a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), além da promulgação de leis, como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), as quais trazem algumas manifestações do processo inclusivo. Neste contexto, a Educação Inclusiva foi ganhando espaço cada vez mais em âmbito nacional, o que possibilitou a criação de programas com o objetivo de atender às pessoas com deficiência.

Para uma melhor síntese do processo legal e histórico da educação especial no Brasil, vejamos a seguir alguns marcos regulatórios.

Tabela 1 - Marco histórico da educação especial e da educação inclusiva no Brasil

Marco histórico da educação especial e da educação inclusiva no Brasil	
Período/Ano	Como se deu
Século XIX a meados do século XX	Surge o desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, como a criação da Escola de Meninos Cegos (hoje "Instituto Benjamin Constant"), visando oferecer à pessoa com deficiência uma educação à parte, específica para essas pessoas, conhecida como segregação (Miranda, 2008, p. 3).
1960	Promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Lei nº 4024/61, que sinaliza a integração da educação dos excepcionais ao sistema geral de educação, com o objetivo de integrá-los à comunidade. A escola especial começa a cumprir o papel de substituta da escola regular (Almeida, pgs. 23-24). Toda distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino (UNESCO, 1960, Art. 1º).
1970	Surge uma nova LDB Brasileira, nº 5692/71, que prevê a garantia de tratamento especial aos alunos que "encontrem atraso considerável quanto à idade regular de matrícula" (Almeida, 2016, p. 24).
1973	Criado o Centro Nacional de Educação Especial (CNESP) para tratar de políticas da educação especial, uma secretaria ligada ao Ministério da Educação, Órgão Central de Direção Superior, com autonomia administrativa e financeira (Kraeme, 2020, p. 12).

1990 e 1994	Promulgação da Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, com o objetivo de universalizar o acesso à Educação e promover a Equidade; em Salamanca, reconhecida como o grande marco, ou "o divisor de águas" na construção de uma escola inclusiva, uma Educação para todos (Miranda, 2008, p. 25).
1996	Reformulação da LDB, surge a Lei nº 9394/96, que reconhece e sustenta a criação de estratégias de atendimento às pessoas com deficiência na rede regular de ensino, reforçando o artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, preferencialmente na rede regular de ensino, sinalizando a proposta de Atendimento Educacional Especializado, com início na Educação Infantil (Almeida, 2016, p. 27).
2008	Regulamentação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) pelo Decreto 6.571/08, que regulamenta tal serviço, a partir de investimentos para a constituição de sala de recursos multifuncionais (Almeida, 2016, p. 28).
2011	No instrumento legal que retoma a questão da Educação Especial, regulamentado pelo Decreto 7.611/11, coloca como prioridade o Atendimento Educacional Especializado, o que para alguns pesquisadores da área foi um retrocesso na construção de políticas públicas de inclusão. Sugere-se duas matrículas quando o aluno é incluído na rede regular de ensino (Almeida, 2016, p. 29). Estabelecimento da meta 4 (quatro) para o período de 2011 a 2020, como parte do Plano Nacional de Educação, por meio do Projeto de Lei nº 8.035/2010, que consiste em universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino (Almeida, 2016, p. 30).

Fonte: Almeida (2016), Brasil (2011), Kraeme (2020), Miranda (2008).

Ao longo de um período de mais de 170 anos, o Brasil passou por muitos avanços e retrocessos em relação ao atendimento educacional ao público-alvo da educação especial. Atualmente, urge reconhecer que muitos educandos não estão sendo beneficiados com a inclusão em classes regulares e que educandos, familiares, professores e gestores escolares clamam por alternativas (Brasil, 2020, p. 6).

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil (1988), a educação é garantida como direito de todos, dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Constituição assegura que a Instituição de Ensino tem a competência de garantir a educação e o desenvolvimento integral do aluno, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, buscando sua formação para o exercício da cidadania, preparando o aluno para o ingresso no mundo do trabalho e para a participação na sociedade (Brasil, 1988).

Por essa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

(LDB, 1996), com alterações da lei nº 12.796/2013, estabelece que a educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, destinada a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No entanto, a lei, ao se referir preferencialmente à rede básica, não exclui a oferta para os demais níveis de ensino. Além disso, a oferta não se restringe apenas às pessoas com deficiência, mas também àquelas que, por algum motivo, encontram-se com alguma dificuldade de aprendizagem, seja por uma doença, incapacidade física ou intelectual momentânea, ou outras condições que impeçam ou dificultem sua aprendizagem na sala regular, incluindo os estudantes com altas habilidades/superdotação.

Em seu Artigo 59, a LDB assegura a esse público

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

Já a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), foi dos recentes marcos legais na luta e defesa das pessoas com deficiência em diferentes áreas e determina que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

Nesse sentido, nota-se que as legislações asseguram a educação especial

em todos os níveis de ensino, do básico ao superior ou pós-graduação, mas o que se percebe é que a organização e regulação política da educação inclusiva tendencialmente se dá no ensino inicial, ou seja, na educação básica, deixando aquém outras áreas de ensino, como as profissionalizantes e tecnológicas.

Com os avanços nas últimas décadas da educação especial, Souza e Lima (2020) explicam que a inclusão, no contexto educacional, vem exigindo a reformulação dos sistemas educacionais, que foram constituídos numa perspectiva homogeneizadora/padronizada. Tais mudanças são exigências de uma proposta pedagógica da escola na perspectiva inclusiva que implica uma educação de qualidade para todos, na remoção das barreiras para aprendizagem e participação nos espaços educativos.

Essa condição recentemente permitiu a alteração de algumas legislações, como a recente Lei 14.191/2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente, antes incluída como parte da educação especial. Além disso, ocorre a constante revisão da Política Nacional de Educação Especial, sendo a última ocorrida em 2020 com o tema “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”, voltada para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, tendo como pressupostos norteadores a valorização das singularidades e o inalienável e preponderante direito do estudante e das famílias no processo de decisão sobre a alternativa mais adequada para o atendimento educacional especializado (Brasil, 2020, p. 6).

De acordo a PNEE a

a intenção, hoje, não é mais discutir “se” cada instituição de ensino deve atender a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação em uma perspectiva inclusiva – em classes regulares inclusivas, classes especializadas, classes bilíngues de surdos, escolas regulares inclusivas, escolas bilíngues de surdos ou escolas especializadas – pois, como sinaliza a Lei de Diretrizes e Base – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no art. 58, § 2º: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes regulares de ensino regular”. A questão fundamental é “como” atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de

desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional (Brasil, 2020, p.11).

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial prevê uma forma de garantir ao estudante ingressante na educação a sua permanência, aprendizagem e participação escolar como os demais estudantes, assim como a sua formação de qualidade. Entretanto, para que o plano se torne realidade, é necessário mais do que planejamento, investimento e ação do Estado.

Para Heleno (2022), "não basta apenas receber alunos com deficiência nas escolas para que eles figurem meramente como números nas estatísticas dos governos". Para esse autor, o Estado deve proporcionar condições à escola, como a contratação de pessoal especializado e formação continuada aos professores, assim como aquisição de tecnologia assistiva (produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços que maximizem a autonomia, a mobilidade pessoal e a qualidade de vida). Ao mesmo tempo, a escola precisa se organizar e adaptar à diversidade, seja no currículo ou no Plano Político Pedagógico, para que assim alcance uma real educação inclusiva (Heleno, 2022, p. 8).

O modelo de escola influencia diretamente nesse processo. No âmbito da educação de nível médio Frigotto e Carvalho (2003) coloca o ensino politécnico e a escola unitária em pauta como crucial na sociedade Brasileira contemporânea para buscar romper com todas as formas de exclusão social, construir um industrialismo e um processo educativo que caminhe rumo à formação omnilateral e à emancipação humana.

Destarte, a diversidade consiste na pluralidade cultural, social, racial e em todos os conjuntos de manifestações de gênero, línguas, comunicação e outras existentes no meio social, dificilmente terá espaço em escolas com modelo de ensino tradicionais ou escolas militares, dos quais possuem doutrinas ou regras conservadoras.

A cultura da escola é um espaço de produção e trocas, sendo um ponto de encontro de pessoas, pois é um ambiente onde o convívio entre diversos sujeitos, saberes e práticas é dinâmico e se reconfigura mutuamente.

Nesse sentido, os atores da educação precisam ter conhecimento de como a escola foi construída e o lugar que ocupou e ocupa na sociedade, pois seja qual for o nível educacional, é primordial para garantir a manifestação e valorização dessas

diversidades, cuja a educação é um espaço estratégico de discussões e debates, para o enfrentamento e na superação de discursos e de ações discriminatórias e excludentes dentro e fora da escola.

2.2.2 Das fases de: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão das pessoas com deficiência

A dualidade exclusão e inclusão traz em seu teor discussões amplas, complexas, dialéticas e por diferentes dimensões e categorias. Como apresentado por Wanderley et al. (2006), a concepção de exclusão continua ainda fluida como categoria analítica (temporal, conjuntural, geográfica etc.), difusa, apesar de permanentes estudos, é provedora de intensos debates. Por uma série de manifestações e categorias, ela aparece como fraturas e rupturas do vínculo social de diferentes grupos, como pessoas idosas, com deficiência, minorias étnicas, homossexuais, desempregados e outros.

Ressalta-se ainda que alguns estudiosos consideram a exclusão como um novo paradigma em construção, manifestando-se de diferentes formas e sentidos advindos da relação dual entre inclusão e exclusão. Do ponto de vista epistemológico, é tão vasto que é quase impossível delimitá-lo: "são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores" (Wanderley et al, 2006, p. 17, Apud Xiberras).

A exclusão das pessoas com deficiência é gerada pelo capitalismo, pela desigualdade social que se dá com o processo de afastamento e isolamento social em diferentes contextos da sociedade, no trabalho, na educação, na cultura, no esporte e em outras áreas da sociedade. Para alguns, ocorre com a perda do exercício da cidadania e, para outros, um distanciamento do direito à cidadania, o que as tem colocado ao longo do tempo às margens da sociedade.

Para entender um pouco as fases que permeiam a exclusão até a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito da educação, buscou-se algumas definições sustentadas em Almeida (2016), Machado (2016) e Sassaki (2002).

Sassaki (2002) explica que a história da atenção educacional para pessoas com deficiência passou por fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. O autor ainda destaca a identificação de barreiras atitudinais,

arquitetônicas e programáticas presentes na escola, no mercado de trabalho, no lazer e em outros setores da sociedade.

Conforme Almeida (2016) e Sassaki (2002), a fase de exclusão das pessoas com deficiência perdurou por um longo período da história da humanidade, deixando resquícios desumanos de crueldade, violência, mortes e isolamento social. Não existia atenção educacional para pessoas com deficiência, embora infelizmente alguns desses resquícios insistam em permanecer até os dias atuais, em meio às lutas pela justiça e igualdade em diferentes setores da sociedade.

Sassaki (2002), ao diferenciar as fases da exclusão e inclusão, explica de forma sintética que na exclusão não existia atenção educacional, e as pessoas com deficiência eram consideradas indignas de educação escolar. Já na segregação institucional, havia uma absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, levando suas famílias a se unirem para criar escolas especiais, onde até hospitais e residências eram utilizados como locais de educação especial.

Na fase de integração, havia seletividade das pessoas que seriam destinadas à escola regular, somente as crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos. A integração sempre procurou diminuir a diferença da pessoa deficiente em relação à maioria da população, através da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois ela partia do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe à aceitação social.

Já na inclusão, segundo o autor, todas as pessoas são incluídas nas salas comuns, os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos.

Sassaki (2003) explica ainda que a criação e a implementação de soluções para as barreiras das pessoas com deficiência mostraram a todos os militantes que a prática da integração, tão defendida durante muitos anos, ocorria e ainda ocorre de três formas.

A primeira forma consiste na inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da

empresa comum, do clube comum etc. A segunda forma refere-se à inserção daqueles que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas sem deficiência. Por último, há a inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. "Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa" (Sasaki, 2002, p. 12).

A inclusão educacional tem sua origem no Brasil através da Organização Mundial de Pessoas Portadoras de Deficiência, uma instituição não governamental criada por lideranças de movimentos com deficiência, quando em sua Declaração de Princípios, de 1981, definiu o conceito de equiparação de oportunidades.

O modelo social da deficiência, elaborado basicamente por entidades de pessoas com deficiência, aponta as barreiras da sociedade (escola, empresa etc.) que impedem o desenvolvimento das pessoas e sua inserção social (inclusão escolar, inclusão profissional etc.). Essas barreiras se manifestam por meio de: seus ambientes restritivos; suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças; seus discutíveis padrões de normalidade; seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico; seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria aparentemente homogênea; sua quase total desinformação sobre necessidades especiais e sobre direitos das pessoas que possuem essas necessidades; suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (escolas, empresas, locais de lazer, transportes coletivos etc.).

Para Machado (2016), a inclusão escolar é complexa e exige comprometimento por parte de todos, além de demandar muitas transformações no âmbito da escola, principalmente na prática cotidiana. Ele explica ainda que "mudar a cultura excludente da escola é o grande desafio, a transformação da escola para que haja respeito à diversidade e igualdade nas diferenças" (Machado, 2016, p. 1355).

Nesse sentido, o autor é taxativo ao afirmar que o processo de exclusão escolar ocorre a partir do momento em que os sistemas de ensino universalizam o acesso ao ensino, pois é a partir daí que os grupos não considerados em um padrão

escolar homogeneizado se revelam à exclusão.

Esclarece ainda que os efeitos de uma escola excludente são resultado do abandono da escola, da aprovação sem as devidas competências, da negação das diferenças humanas e sociais. No entanto, isso ocorre em razão de uma desorganização curricular não adaptada à realidade do estudante e distante de suas possibilidades de realização, "o que conseqüentemente leva à desmotivação, desinteresse, reprovação e até ao abandono escolar" (Machado, 2016, p. 1356-1357).

Ainda segundo a autora, a educação inclusiva não é uma tarefa de apenas um dia, mas sim cotidiana, e deve envolver todos os atores sociais nela envolvidos (educadores, alunos e família). Trata-se de uma construção que requer constância e mudanças de paradigmas, de um olhar crítico frente à realidade contemporânea, sobretudo sobre a necessidade de superar modelos e culturas enraizadas há décadas.

2.3 A Educação especial nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

A educação especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial do Brasil (PNEE), consiste na modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para os educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2020).

Considera-se pessoa com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Nº13.146/2015 aquela que tem impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas - (Brasil, 2015).

De Souza et al. (2021) explicam que, no histórico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), o programa Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) foi o que mais se destacou. Esse programa prevê que ao estudante público-alvo da Educação Especial (PAEE) ou com outras necessidades específicas seja oferecido o apoio do

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), composto por diferentes profissionais da Equipe Multiprofissional, docentes de várias áreas e, em alguns campi específicos, docentes com formação em Educação Especial.

No início do século XXI, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), especificamente em 2000, expandiu as ações institucionais com o objetivo de garantir o ingresso e a permanência dos estudantes com deficiência nos IFs. Soares e Melo (2016) afirmam que o Programa de Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC NEP) foi criado visando à promoção de acesso, permanência e aprendizagem das pessoas com deficiência e/ou com algumas necessidades específicas, sendo o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) o dispositivo dessas ações. Tal programa foi reformulado em 2010 em uma ação do SETEC/MEC passando a ser denominado de ação TEC NEP.

Sonza et al. (2020) explicam que os NAPNEs têm, para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a mesma importância que as Salas de Recursos Multifuncionais exercem nas redes municipais e estaduais de ensino, assim como o Projeto INCLUIR nas Universidades Federais. Isso demonstra a relevância da criação e da atuação desses núcleos nessas instituições, que funcionam como espaços de reflexão, luta e concretização de ações em prol da inclusão plena, permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas (SONZA et al., 2020, p. 3 e 4).

Este programa busca, por meio de atividades e ações, promover um espaço inclusivo e acolhedor para pessoas com deficiência, bem como para aquelas com necessidades específicas, a fim de estimular o desenvolvimento dos aspectos educacionais, sociais, comportamentais e cognitivos desses sujeitos. Trata-se de um programa que tem como objetivo promover a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, programática e atitudinal.

Em relação ao público-alvo dos NAPNEs, esses autores explicam que ao adotar o conceito de estudantes com "necessidades educacionais específicas", nomenclatura utilizada em algumas das instituições que compõem a Rede Federal de EPCT, propõe-se

a ampliação do público para além dos discentes com alguma deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Estudantes com transtornos funcionais específicos ou com severas limitações no aprendizado, em decorrência de perda de memória ou outras condições causadas por AVC, acidentes diversos, dentre outros, também são comumente assistidos pelas instituições (SONZA et al.,2020, p. 4)

No âmbito específico da educação profissional de nível médio, a inclusão das pessoas com deficiência encontrava-se até 2021 nas disposições da Resolução CNE/CEB nº 6/2012 (Brasil, 2012), que estabelecia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Essa resolução foi revogada em 2021 com a aprovação da Resolução nº 1/2021 CNE/CP pelo Conselho Nacional de Educação do país. Dentre os princípios norteadores desta resolução, destaca-se a

observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade (Brasil, 2012).

É salutar que ambas as resoluções apenas façam menção à observância dos estudantes com necessidades educacionais específicas, mas não definam claramente essa organização na educação profissional e tecnológica (EPT). Borges (2019) deduz isso como uma subsunção por outras leis ou mesmo um esvaziamento, o que tende a minimizar a relevância da política de inclusão educacional.

O NAPNE é um espaço formal que possibilita discussões, debates e proposições complementares à formação curricular, na tentativa de contribuir para a formação educacional e profissional nos Institutos Federais.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com práticas pedagógicas. Foram criados pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

De acordo com o inciso I do artigo 7º da Lei de criação dos Institutos

Federais, metade dos cursos é destinada à educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos. Além disso, 20% dos cursos são destinados a atender às licenciaturas, bem como a programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, especialmente nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

O cumprimento dos percentuais supramencionados no caput da lei deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação. Isso facultará às regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem prioridade. Assim, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice relativo à ação de nível médio (Brasil, 2008).

Segundo Borges (2019), em uma pesquisa realizada com o objetivo de investigar como estavam sendo implementadas as ações do TEC NEP, identificou-se que 32 campi haviam instituído os NAPNE. Essa pesquisa revelou algumas dificuldades para a implementação e funcionamento desses Núcleos, tais como: i) escassez de profissionais especializados para atuar na educação especial; ii) barreiras atitudinais das pessoas envolvidas no processo; iii) insuficiência de recursos financeiros; iv) carência de infraestrutura física e de profissionais capacitados; v) ausência de ingresso na instituição por meio de processos seletivos específicos e adaptados; vi) lacunas nas adaptações/adequações do Projeto Pedagógico, como alterações nos currículos e avaliações.

O núcleo depara-se com diversos desafios, como explicam Vilaronga et al. (2022, p. 75): "como o de conciliar as demandas educacionais cada vez maiores e a necessidade de seus membros conciliarem o exercício do cargo de origem com as atividades do núcleo", além da ausência do professor de Educação Especial para o desenvolvimento do AEE.

Sobre esse aspecto, Borges (2019, p. 46) alerta sobre a importância e a necessária participação de todos os atores no processo educacional, incluindo gestores, professores, técnicos administrativos, alunos e seus familiares, assim como representantes da sociedade. Como explica Vilaronga (2022, p. 73), não se pode responsabilizar exclusivamente o estudante pelo sucesso ou insucesso em seu

processo de aprendizagem, pois essa responsabilidade deve competir a todos os envolvidos no processo: estudantes, professores e gestores.

De Souza et al. (2021) explicam que, com base na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), deve ser assegurada a "transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior", assim como a oferta do "atendimento educacional especializado" (Brasil, 2008, p. 13).

A transversalidade nos Institutos Federais é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático, principalmente por meio do diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais. A verticalização extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis sem a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações (Pacheco, 2015, p. 20-21).

Qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, ela vem facilitada pela infraestrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (Pacheco, 2015, p. 22).

Ainda segundo este autor, a verticalidade permite aos profissionais da educação, não só aos professores, a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando metodologias que melhor se apliquem a cada ação, e estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.3.1 Da Política de Inclusão do Instituto Federal do Tocantins (IFTO)

O Instituto Federal do Tocantins (IFTO) possui 11 Campi em diferentes cidades do Estado do Tocantins (Araguaína, Araguatins, Colinas, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso, Pedro Afonso

e Porto Nacional), nos quais oferece diferentes níveis de ensino (Superiores, Técnicos Subsequentes, Técnico Integrado ao Ensino Médio, Concomitantes). É composto ainda pela Reitoria, órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, sediada na capital Palmas (IFTO, 2019, p. 44).

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, define-se que a Política de Inclusão e Diversidade busca promover, coordenar e executar ações para a inclusão dos estudantes com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais, no atendimento às demandas de pessoas com necessidades específicas, bem como no atendimento ao público diverso, com foco no trabalho dos núcleos de estudo e de atendimento e em ações que envolvam os direitos humanos, respeito à diversidade sexual, de gênero, raça, cor, etnia, credo, geração e outros segmentos da sociedade (IFTO, 2019, p. 80).

A Organização Didático-Pedagógica (IFTO, 2015), que regulamenta os cursos da Educação Básica (Fundamental e Médio) articulados com a Educação Profissional do IFTO (Técnicos de Nível Médio Profissionalizantes; Formas de articulação: integrada, concomitante e subsequente; Modalidade Educação de Jovens e Adultos - PROEJA) na modalidade presencial, estabelece diretrizes para o acompanhamento do estudante e da educação especial.

os Campi do IFTO assegurarão ao público-alvo da educação especial - às pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação - as condições para adquirir as competências e habilidades técnico-científicas e sociais necessárias, de modo a possibilitar a sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade (IFTO, 2015, p. 30).

Dentre as suas medidas, estabelece-se que

I - os Projetos Pedagógicos e demais projetos educacionais adotem currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades; II - as pessoas com necessidades educacionais específicas possam ter acesso ao ensino inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem; III - essas pessoas recebam o apoio necessário, de acordo com as necessidades individuais, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a garantir sua efetiva educação; IV - medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena V - certificação específica seja garantida para aqueles

que não puderem atingir o nível exigido no curso escolhido, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os com altas habilidades/superdotação; VI – o público-alvo da educação especial tenha acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (IFTO, 2015, p. 31).

A política inclusiva educacional do IFTO abrange diferentes políticas afirmativas, de acordo o Plano de Desenvolvimento Institucional

a Política de Inclusão e Diversidade busca promover a inclusão, permanência e êxito das Pessoas com Deficiência – PcD e o respeito à diversidade em suas diversas manifestações. Está assentada no trabalho realizado por núcleos especializados, sendo eles: 11 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, 6 Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas – NEABI, 2 Núcleos de Estudos de Gênero e Sexualidade – NEGES, Núcleo de Atendimento aos Direitos Humanos e Igualdade de Gênero – NADHIG e correlatos (IFTO, 2019, p. 155).

Recentemente, o Instituto Federal do Tocantins aprovou no Conselho Superior a sua política de inclusão por meio da Resolução CONSUP/IFTO nº 48, de 6 de maio de 2021, que define as diretrizes e princípios norteadores para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), com o objetivo de afirmar o seu compromisso e responsabilidade no processo de educação inclusiva no ensino, extensão e pesquisa. Essa iniciativa resultou em alguns avanços, como a nomeação de coordenação remunerada para o NAPNE, além da contratação de profissionais especializados. No entanto, é importante mencionar que a maior parte dos capítulos e artigos desta política tem enfoque na educação especial.

A política de inclusão do IFTO considera que

a educação inclusiva é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético, ético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito de todos os estudantes no IFTO, especialmente dos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação; e dos estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e com transtornos específicos da aprendizagem, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada estudante (IFTO,

2021, p. 2).

Ainda neste artigo, em seu parágrafo 1º, cita-se que o IFTO deve incluir todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas, culturais ou outras, bem como as pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem; pessoas em situação de risco, de origem remota ou de populações nômades; pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, discriminadas, marginalizadas ou que apresentem vulnerabilidade socioeconômica. Assim sendo, o conceito de educação inclusiva é mais amplo e atende a todas as interfaces da acessibilidade.

Sobre a educação especial, o Artigo 3º da Política de Inclusão do IFTO define que trata-se de uma das modalidades da educação nacional que perpassa o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Deve ser oferecida na educação básica, técnica, superior e na pós-graduação do IFTO, como um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e suplementar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência permanente ou transitória. Visa garantir o desenvolvimento integral e suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã, necessária para aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a aprender, com o objetivo de prosseguir nos estudos e progredir no trabalho, respeitando as características individuais e a igualdade de direitos entre todos os seres humanos (IFTO, 2021, p. 2).

2.3.2 Dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)

De acordo Borges (2019) o NAPNE é responsável pela articulação de pessoas e setores para o desenvolvimento, implantação e implementação de ações inclusivas no âmbito dos Institutos Federais e visa

promover a educação profissional e tecnológica inclusiva por meio do desenvolvimento de ações de tecnologia, educação, cidadania e profissionalização para pessoas com deficiência, necessidades

educacionais específicas, pessoas excluídas e/ ou marginalizadas (Borges, 2019, p. 7)

Em uma busca realizada no site do IFTO (<http://www.ifto.edu.br/ifto>), foi possível identificar que todos os Campi possuem o NAPNE constituído em suas unidades, incluindo a Reitoria, que possui uma coordenação-geral responsável por apoiar as coordenações do campus no desenvolvimento das diversas ações do núcleo.

Esses NAPNEs são constituídos por meio de resoluções e/ou portarias e regulamentos. No entanto, não foi possível identificar integralmente se todos estão em pleno funcionamento, todavia, os resultados e discussões deste estudo apresentam a realidade de 05 núcleos.

Figura 1- Instituto Federal do Tocantins Campus Porto Nacional



¹**Fonte:** IFTO (2023)

Descrição da imagem: entrada do Campus Porto nacional, uma via de mão dupla com um canteiro ao meio, em seguida, do lado direito um prédio de dois andares e um complexo administrativo ao lado esquerdo, com cores verde e branco.

No Campus Porto Nacional (Imagem 1), unidade em que atuo como Assistente Social desde 2013, o NAPNE foi instituído por meio da Portaria nº 25/2017/PNA/REI/IFTO. Recentemente, em 2021, houve a transição da coordenação para o CNAPNE, composto por uma equipe multiprofissional, incluindo intérpretes em Libras e professores especialistas da sala de atendimento educacional especializado contratados por empresa terceirizada.

São objetivos deste Napne de acordo com o artigo 5º:

¹ Imagem disponível em: <https://www.facebook.com/campusporto/> Acesso em 03 de Abril de 2023.

- I – identificar os discentes com necessidades específicas no campus;
- II – Orientar os discentes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- III – Orientar os servidores e prestadores de serviços do campus quanto ao atendimento aos discentes com necessidades específicas;
- IV – contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental;
- V – promover junto à comunidade escolar, ações de sensibilização para a questão da educação inclusiva e de formação continuada referente a essa temática;
- VI – articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva.
- VII – colaborar com a Comissão de Processo Seletivo no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos da instituição.
- VIII – Assessorar outros setores do campus na promoção da acessibilidade de forma extensiva a toda a comunidade escolar.
- IX – Contribuir para que o Projeto Pedagógico Institucional do IFTO contemple questões relativas à Educação Inclusiva e à Acessibilidade;
- X – Acompanhar e mediar o processo de ensino aprendizagem dos discentes favorecendo a interlocução dos diversos segmentos da comunidade escolar.

(IFTO, 2017, p. 2)

O NAPNE é um núcleo de natureza consultiva e executiva, composto por profissionais de diversas áreas, instituído por meio de Portaria do IFTO Campus Porto Nacional, e é responsável pelas ações do Programa TECNEP. Suas atividades visam cumprir a legislação (nacional e internacional) relacionada à dignidade da pessoa, ao respeito às diferenças, à promoção da diversidade e à inclusão para eliminar o preconceito e a discriminação.

Sendo o núcleo atuação em regime de colaboração com as áreas de ensino, pesquisa e extensão em suas atividades, tem por finalidade promover a 'cultura da educação' para a convivência, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, visando à inclusão de todos na educação (IFTO, Art. 2º).

Em uma simples busca realizada no site do IFTO (<http://www.ifto.edu.br/>), com a sigla “NAPNE”, observou-se que existem diferentes ações que estão sendo desenvolvidas pelos Campi, dirigidas à comunidade interna e externa, em sua maioria para ouvintes e comunidade e povos surdos. Dentre essas, estão oficinas temáticas, cursos em Libras, campanhas orientativas e de sensibilização da cultura

da Língua Brasileira de Sinais, formação na semana de planejamento pedagógico e outras, a maioria nas áreas de ensino e extensão. No entanto, dentre as ações não observadas na área de formação da equipe multiprofissional do NAPNE e poucas são relativas ao atendimento educacional especializado (AEE).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações integradas ao NAPNE e consiste em um serviço realizado por profissional especializado em educação especial. No Campus Porto Nacional, por exemplo, ocorre na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Tal iniciativa tem contribuído significativamente para o acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, proporcionando flexibilização e adaptação curricular, além da disponibilização de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

2.3.3 Do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (2008), o AEE é um serviço educacional da educação especial voltado para pessoas com deficiência, com o objetivo de promover novas oportunidades e possibilidades para o aprendizado significativo. Destaca-se a função do AEE na educação de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Brasil, 2008, p. 10).

As recomendações das legislações indicam que a Instituição de Ensino organize um horário específico no contraturno para que seja trabalhado o desenvolvimento das habilidades, levando em conta o processo de escolarização e buscando alternativas para a eliminação de barreiras.

Barreiras que Sassaki (2009, p. 1) define em seis dimensões: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre

peessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com pessoas que têm deficiência).

A avaliação do estudante para a identificação das necessidades do atendimento educacional especializado é uma questão abordada pela política de inclusão do IFTO. Em seu artigo 9º, essa política define que

o encaminhamento de estudantes para o atendimento educacional especializado no contraturno nas salas multifuncionais do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) pode ocorrer, desde que motivado e justificado, como complemento e/ou suplemento do processo educativo (IFTO, 2021, p. 4)

Além disso, a Organização Didático-Pedagógica, que regulamenta os cursos de nível médio e superior do IFTO assegura ao aluno o atendimento domiciliar, o qual trata do processo que envolve tanto a família quanto a escola e possibilita ao estudante realizar atividades acadêmicas quando houver impedimento de frequência às aulas. A ODP dos cursos superiores define que

§ 1º As Atividades Acompanhadas caracterizam-se pela execução em condições específicas, de atividades designadas pelos professores e realizadas pelo estudante que, se cumpridas a contento, compensarão as ausências nas aulas. § 2º Entende-se por regime especial de Atividades Acompanhadas a equivalência de estudos, por ausência às aulas, concedida ao estudante amparado pelo Decreto-Lei n.º 1.044/1969 e Lei n.º 6.202/1975. § 3º O estudante no regime de Atividades Acompanhadas poderá receber orientação acadêmica fora da instituição, dentro das possibilidades do campus do IFTO (IFTO, Art. 164-166, 2016).

Neste contexto, são promovidas condições educacionais para o período de afastamento na disciplina por meio da adaptação e disponibilização de material, conforme os termos da ODP. Assim, o estudante que possui uma condição específica poderá solicitar o atendimento domiciliar. Quando deferido, ele terá suporte com recursos pedagógicos-assistivos, levando em conta a sua especificidade.

Flexibilização curricular, conforme Silva (2023), é uma estratégia que pode ser

usada para criar um ambiente de aprendizagem inclusivo. Ela permite que os professores adaptem o currículo para atender às necessidades individuais dos estudantes e ofereçam atividades e avaliações que sejam significativas para cada um. Para o autor, é importante que a escola promova a convivência humana, onde todos são respeitados em suas individualidades e diferenças.

Cada sujeito é um ser diferente e com necessidades singulares, portanto, as adaptações/modificações e atividades relacionadas à inclusão dos estudantes públicos do AEE precisam passar por um processo de reflexão dos elementos institucionais-pedagógicos que poderão ser acessados e/ou construídos para a efetivação da ação. Por isso, na experiência educativa, é preciso movimentar com clareza a prática que se exerce, "conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que pode tornar mais seguro o próprio desempenho", afirma Freire (2011, p. 67).

Furtado (2022) esclarece que o currículo flexibilizado implica compreender situações diferenciadas, buscando maneiras diversificadas de apresentar conteúdos que facilitem a aprendizagem. Nunca será permitida a adaptação do currículo com a intenção de selecionar quais conteúdos o aluno com deficiência terá condições ou não de aprender. Conforme a autora, "seria um equívoco pensar adaptação de currículo neste formato" (Furtado, 2022, p. 16 apud Costa).

Essa autora ainda destaca que fazem parte das adaptações curriculares todas as estratégias de ensino que envolvem intervenções político-administrativas superiores, por demandarem modificações de cunho administrativo, financeiro, burocrático e político, dentre outros (Furtado, 2022, p. 26).

A diferenciação curricular, segundo Scherer (2022), pela adaptação e flexibilização, busca atender às demandas específicas dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem através de estratégias e recursos diferenciados a partir do currículo adotado, fazendo os ajustes necessários à construção do conhecimento por meio de múltiplas e variadas formas de organização e disponibilização do conhecimento. Isto é, os estudantes teriam acesso aos conhecimentos essenciais de forma diferenciada. De acordo com a autora, a diferenciação curricular assume três sentidos no contexto do EMI: i) a criação de recursos acessíveis, ii) as estratégias de mediação pedagógica, e iii) o trabalho colaborativo.

No âmbito da educação básica, o Ministério da Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, estabeleceu as diretrizes com o objetivo de

identificar as necessidades educacionais do aluno, incluindo o Plano de Ensino Individual (PEI) para avaliação do estudante encaminhado ao atendimento educacional especializado (AEE), bem como atribuições do professor especialista e os recursos e atividades a serem desenvolvidos com o estudante (Brasil, 2009).

Santos (2020), em uma pesquisa realizada sobre inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado na perspectiva da educação especial, mostra que no Brasil, a ausência de regulamentação legal faz com que o planejamento para o estudante público-alvo do atendimento educacional especializado tenha diferentes concepções e nomenclaturas, como Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado (PDPI), Plano de Atendimento Individualizado (PAI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (Plano de AEE).

Em sua pesquisa, a autora explica que o Plano de AEE é um documento direcionado ao planejamento para o estudante Público Alvo da Educação Especial (PAEE), sugerido pela política Brasileira através da Nota Técnica nº 4/2014 (Brasil, 2014a), para o planejamento da atuação do professor da educação especial exclusivamente no AEE. Esse planejamento é realizado normalmente na sala de recursos multifuncionais, mas há uma preocupação com o viés do isolamento entre as atividades do AEE e o ensino comum, que é diferente do Plano de Ensino Individualizado (PEI).

O PEI é mais amplo, afirma Santos (2020). Consiste na elaboração de um documento (uma espécie de contrato) que direciona o estudante, a família e todos os profissionais da Instituição de Ensino que atuam junto a esse estudante no caminho a ser percorrido para oferecer condições de potencializar o processo de aprendizagem, que, segundo a autora, "vem sendo apontado pela literatura como um caminho necessário". É um planejamento elaborado colaborativamente, com metas e objetivos que possibilitam a escolha dos serviços necessários ao desenvolvimento do estudante PAEE e à construção de estratégias de ensino que permitam o acesso do estudante ao currículo formal e, quando isso não for possível, ao currículo funcional (Santos, 2020, p. 30).

Segundo essa autora, o estudo de Tannús-Valadão (2011) contextualiza as propostas oficiais de planejamento individualizado de quatro países, entre eles, Espanha, Estados Unidos, França e Itália. Revela que a legislação em alguns países como Estados Unidos sugere que o processo de avaliação para o uso ou não do PEI

deve ser realizado no prazo de 60 dias a contar da data de solicitação pela família ou da autorização da mesma, ou quando a demanda partir da escola. Uma das suas funções é nortear o processo de transição educacional para a vida adulta nos casos dos alunos que cursam o ensino médio ou superior. Todavia, a autora afirma que o PEI “precisa integrar um planejamento amplo, que englobe todas as disciplinas” (Santos, 2020, p. 34). Apresenta que a aplicação da avaliação nesse país e por esse método deve ser pautada por testes que objetivam identificar aspectos como:

- Inteligência geral;
- Compreensão de leitura;
- Estado psicológico;
- Desenvolvimento social;
- Habilidades físicas e comportamentos que possam interferir na aprendizagem do estudante;
- Relatórios de professores e pais;
- Avaliações de especialistas;
- Laudo médico e relatórios emitidos anteriormente sobre o estudante.

Esses autores indicam que a utilização do PEI e, principalmente, dos critérios de acompanhamento, como os de avaliação e reavaliação do processo de escolarização, teve efeitos positivos na educação de pessoas PAEE e existe uma variação entre os modelos de planejamento centrado na pessoa, referindo-se à abrangência ou ao escopo do planejamento. Eles elegem o modelo da França (um modelo mais geral) e dos Estados Unidos (mais específico) como os mais completos e abrangentes, apesar dos desafios ainda existentes.

Esses modelos diferem de países como o Brasil, que, segundo Tannús-Valadão e Mendes (2018, p. 13), afirmam que "quando há propostas de planejamento educacional destinadas a alunos do PAEE, essas podem ser consideradas como planejamentos com foco nos serviços prestados pelo professor de Educação Especial", com pouca centralidade no estudante e sem referências de como o ensino na classe comum é planejado. Para esses autores, um planejamento independente, na classe comum e nos serviços especializados, dificilmente trará avanços no processo de escolarização do estudante.

Assim, em linhas gerais, Tannús-Valadão e Mendes apresenta definições sobre o PEI como

- um documento redigido, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demandados por um estudante em particular, tomando como base avaliações aprofundadas dos pontos fortes do aluno e de suas necessidades e que afetam a habilidade ou comportamento do aluno para aprender e para demonstrar a aprendizagem;
- um registro das diferenciações individualizadas que serão necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem para ele estipuladas;
- um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno, o currículo padrão e a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso necessário;
- um registro dos conhecimentos e das habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos, se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante;
- um instrumento que permite prestar contas para o aluno, para seus pais e/ou representantes legais e para todos aqueles que têm responsabilidades para que os objetivos da educação sejam cumpridos.

(Tannús-Valadão; Mendes, 2018, p. 11)

De acordo Santos, citado por Stainback (1999), "este tipo de planejamento consiste na elaboração de um plano com ênfase na subjetividade do estudante PAAE, mas não deixa de atender ao currículo comum da escola" (Santos, 2020, p. 33).

Embora seja importante esclarecer que a elaboração do PEI para o estudante PAAE não deve ser entendida como uma regra, como explica Vilaronga et al. (2022, p. 71), "a escolha dos instrumentos, meios e serviços para a exequibilidade desse planejamento exige uma avaliação criteriosa para mensurar a sua elegibilidade", além da necessidade de interação com outros setores da Instituição que fazem parte do processo de escolarização do estudante.

No IFTO a sua política de inclusão (2021, p.3) define, em seu artigo 9º, que a unidade escolar, ao receber o estudante com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de aprendizagem e explica que deve realizar avaliação circunstanciada ou diagnóstico devidamente endossado por profissionais de áreas especializadas. Essa avaliação evidencia os limites e potencialidades do estudante no contexto escolar, visando à identificação de suas necessidades de atendimento educacional especializado, com

o objetivo de buscar e propiciar apoio e recursos necessários à aprendizagem.

O artigo 28º da política de inclusão do IFTO adota ainda algumas ferramentas para operacionalizar a proposta pedagógica voltada aos estudantes com deficiência: I - Plano de Ensino Individualizado (PEI), considerando as questões sociais e emocionais; II - lista de atividades semanais; III - anamnese pedagógica; IV - tecnologia assistiva; V - atendimento educacional especializado; e VI - material estruturado (IFTO, 2021).

Assim, observa-se que a política de inclusão do IFTO já adota o PEI como instrumento de operacionalização do atendimento educacional especializado (AEE). O quarto capítulo deste estudo revela algumas características de como esse modelo está sendo empregado na prática por alguns Campi.

O atendimento educacional especializado requer do profissional especializado a capacidade de decifrar as diferentes realidades do seu público-alvo, de adaptar o currículo à especificidade do estudante, sendo pragmático, crítico, flexível e propositivo. É fundamental que seja capaz de dialogar com outras categorias, professores, técnicos administrativos e setores da Instituição, considerando que se trata de um espaço de atuação multiprofissional e interdisciplinar.

A Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, no âmbito da educação básica, esclarece mais sobre este aspecto no seu art. 9º, que a elaboração e execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Abreu et al. (2011) explicam que o professor é responsável por adaptar o saber e o currículo à sua realidade e se adaptar a ele para a realização da práxis pedagógica. Dessa forma, é o professor quem introduz significados no processo de mediação entre o aluno e a cultura representada no currículo. Pois, segundo Paulo Freire “ensinar exige uma consciência do inacabado e requer uma postura exigente, difícil, mas que deve ser assumida diante dos outros e com os outros” (Freire, 2011, p. 48).

Assim, na perspectiva de contribuir para alcançar os objetivos da política de educação inclusiva do IFTO, os resultados deste estudo permitiram uma visão

abrangente da organização prática pedagógica dos NAPNEs do IFTO, bem como compilaram os principais arranjos pedagógicos da educação especial nos Campi do IFTO e identificaram as lacunas existentes, a fim de possibilitar a elaboração do Produto Educacional (PE) Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNEs de uma forma usual aos NAPNEs, em consonância com as legislações brasileiras que regem a educação especial e levantado em consideração os diferentes contextos do IFTO.

Como visto, o PE consiste em uma proposta pedagógica, cuja adesão deve sempre derivar de uma reflexão sobre os elementos técnicos-pedagógicos constitutivos da realidade de cada Instituição de Ensino, público-alvo e condições humanas e físicas existentes. Entendemos que há um conjunto de fatores peculiares e circunstanciais que devem ser considerados no planejamento e na operacionalização da prática pedagógica com o estudante, suas necessidades educacionais específicas e seus potenciais, bem como nas condições que permeiam a realidade educacional do aluno.

Como alerta Araújo e Frigotto (2015, p. 63) ao tratar sobre práticas pedagógicas e ensino integrado, usar um único método para todas as situações de ensino integrado seria um equívoco. Segundo ele, "há uma miríade de procedimentos que, em função da matéria, dos alunos e das finalidades educacionais específicas, podem favorecer a ampliação da compreensão do mundo".

Nessa ótica, Sonza et al. (2020, p. 8) esclarece que não pode ocorrer no ensino inclusivo "a utilização da mesma estratégia sempre ou do mesmo recurso/serviço para todos os alunos". Conforme a autora, alguns alunos podem necessitar de apoio individualizado para determinadas atividades, enquanto outros não.

3 METODOLOGIA

3.1 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa consistiu em um estudo bibliográfico sobre o tema educação especial na Educação Profissional e Tecnológica e uma análise documental sobre a realidade de 05 NAPNES do Instituto Federal do Tocantins.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi empregado um modelo de pesquisa qualitativa de natureza exploratória, visando uma aproximação com o objeto de investigação, permitindo uma visão geral acerca do tema estudado e “averiguando lacunas do conhecimento nas quais o presente estudo poderia contribuir na produção do saber” (Gil, 2002).

A princípio, realizou-se um levantamento e uma análise sistemática de um referencial teórico acerca do tema educação especial na Educação Profissional e Tecnológica, educação especial nos Institutos Federais, além da revisão das bases conceituais do programa de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Isso possibilitou explorar e aprofundar sobre o temário, além de fazer uma descrição e interpretação sobre os temas estudados. Uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica, como explica Gil (2002, p. 45), “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

O estudo bibliográfico partiu-se principalmente de temas relacionados à educação especial no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Esse levantamento teve como fontes de buscas majoritária no Google Acadêmico e Scielo utilizando como descritores as seguintes siglas e nomenclaturas: NAPNE, Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Profissional e Tecnológica, Plano de Ensino Individualizado (PEI) na Educação Profissional e Tecnológica.

A análise documental partiu-se de um estudo sobre os documentos que regulamentam e apresentam as ações e práticas dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas de 05 (cinco) NAPNES do Instituto Federal do Tocantins.

Para o desenvolvimento do estudo documental, optou-se pela análise documental de Bardin a fim de “permitir a classificação-indexação dos dados” (Bardin, 1977, p. 46), pois a indexação permite a classificação em palavras-chave dos elementos de informação dos documentos, constituindo as categorias dessa classificação, na qual estão agrupados os documentos que apresentam alguns critérios comuns.

Este método tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação para consultas e armazenamentos (Bardin, 1977, p. 45). Isso, portanto, permitiu condensar as ações pesquisadas no site do IFTO e dos relatórios de gestão dos NAPNES, possibilitando a compilação do conteúdo e proceder a análise e interpretação dos dados com maior efetividade.

3.1.1 Caracterização da pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica foi introduzida por uma revisão de autores que abordam a educação e o trabalho, o princípio educativo e a formação humana integral.

Em seguida procedeu-se a pesquisa de artigos, dissertações, capítulos de livros com temas relacionados aos NAPNEs, a implementação e funcionalidade dos núcleos, do atendimento educacional especializado (AEE), da sala de recurso multifuncional (SRM) e do plano de ensino individualizado (PEI).

As discussões dos resultados e uma revisão bibliográfica das teorias sobre a educação especial, possibilitaram aprofundar em literaturas que abordam as práticas inclusivas na educação especial no âmbito da educação profissional tecnológica, autores como Braun e Vianna (2011), Borges (2019), Calheiros (2019), Dalmonech (2023), De Souza e Vilaronga (2021), Ferreira e Garcia (2005), Furtado (2022), Mendes et al. (2020), Pinheiro (2016), Santos (2020), Tannús-Valadão e Mendes (2018), Vilaronga et al. (2022), Zerbato, Vilaronga e Santos (2021) contribuíram significativamente para a fundamentação das discussões e para nortear as propostas pedagógicas inseridas no produto educacional.

3.1.2 Caracterização da pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada inicialmente por meio de consultas nas páginas virtuais do IFTO (<http://www.ifto.edu.br/>), buscando dados e informações primárias, como relatórios e documentos oficiais públicos, que registram as ações, práticas e regulamentações da política de educação inclusiva desenvolvidas pelos NAPNES, incluindo a política de inclusão do Instituto Federal do Tocantins. As buscas foram realizadas utilizando as nomenclaturas “NAPNE” e “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas” no campo de buscas do portal do IFTO, onde foram identificados 46 itens, incluindo ações afirmativas, educativas e formativas, além de legislações como regulamentos, regimentos, política de inclusão do IFTO, resoluções e portarias de criação dos núcleos e relatórios de gestão.

A pesquisa permitiu identificar a organização pedagógica das unidades, suas práticas, a existência ou não de regulamentos, de atendimento educacional especializado e as ações desenvolvidas com os estudantes dos cursos técnicos integrados ao nível médio e demais cursos, visto que a maioria das ações identificadas contempla diferentes públicos. Tal estudo possibilitou uma visão acerca da realidade da atuação dos NAPNES no âmbito da educação especial, assim como subsidiou a elaboração do produto educacional proposto no programa de mestrado ProfEPT.

Após o levantamento documental, procedeu-se à análise dos dados e à relação com as fundamentações teóricas estudadas, o que permitiu trazer uma discussão e interpretação acerca dos resultados pesquisados, momento em que foi possível organizar as práticas e ações e classificá-las em duas categorias, conforme segue.

Tabela 2 - Classificação das ações e práticas dos Napnes Multicampi do Instituto Federal do Tocantins (IFTO)

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Documentos	Portaria, resoluções ou outros documentos de regulamentação do NAPNE e dos serviços inerentes o atendimento educacional especializado, sala de recurso multifuncional.
	Caderno, cartilha, guia ou outro documento que subsidie ou oriente o trabalho da equipe multiprofissional do NAPNE.
Ações e práticas	Oficinas e palestras.
	Ações como curso e formações para servidores e equipe multiprofissional do NAPNE (Docentes e Técnicos Administrativos de diferentes áreas)
	Eventos como seminários, Fóruns e outros da natureza.

	Projetos de Ensino, Pesquisa ou Extensão no âmbito da educação especial inclusiva.
	Espaços de divulgação das ações e práticas do Napne no portal do IFTO

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos de buscas na plataforma digital do IFTO (2023).

Com base nos resultados das análises documentais, das ações/práticas e dos estudos bibliográficos, iniciou-se a elaboração do produto educacional acerca do problema identificado no projeto de pesquisa, pois, através desses resultados, constatou-se que não existia um documento para subsidiar o trabalho da equipe multiprofissional do NAPNE no IFTO no formato proposto, tampouco na perspectiva da formação humana integral, exceto a própria política de inclusão, do qual consiste em um documento regulatório e não de natureza orientativa, como se propõe com a “Proposta pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes”.

Considerando um estudo de natureza documental, inicialmente não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), pois a pesquisa partiu-se de um levantamento de documentos sobre as práticas pedagógicas, ações e regulamentações dos NAPNEs, de acesso público, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), com o objetivo de fornecer respostas ao objetivo desta pesquisa e subsidiar a elaboração do produto educacional 'Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNEs: Contribuições para a formação humana integral dos estudantes'. Nesta fase, não foram feitas perguntas que expressassem opiniões ou concepções de pessoas (coordenadoras ou coordenadores), tampouco houve a revelação de sujeitos. No entanto, foi mantido total sigilo durante as análises, tanto na identificação de servidores quanto de estudantes registrados nos documentos pesquisados.

3.1.3 Dos procedimentos e análise da pesquisa documental

A análise documental partiu da referência às categorias elencadas no Tabela 1 sobre as normas e regulamentos que fundamentam e normatizam os serviços da educação especial e inclusiva no IFTO, seguida das ações e práticas desenvolvidas pelos NAPNEs, tais como o atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncionais e as ações formativas e educativas na área do ensino e

extensão.

Para isso, utilizou-se como base a teoria de análise documental e de conteúdo de Bardin (1977, p. 45 e 46), que permite condensar os documentos pesquisados e categorizá-los, possibilitando a realização de consultas através de palavras-chave, além de manter as informações fiéis sobre a realidade de cada campus. Todavia, os documentos foram a base para a elaboração do produto educacional "Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: perspectiva para uma formação humana integral dos estudantes".

Os documentos identificados e analisados referem-se aos relatórios de ações anuais (dos exercícios 2020, 2021 e 2022) de 02 (dois) NAPNES do IFTO (Campus Gurupi e Porto Nacional); portarias e/ou resoluções de aprovação dos regulamentos e/ou regimentos do NAPNE dos núcleos de Araguaína, Gurupi e Porto Nacional; portarias de criação da comissão do NAPNES (nº 46/2020/ARN/REI/IFTO, de 12 de maio de 2020; nº 18/2021, de 02 de março de 2021) e de designação da Coordenação do NAPNE (Portaria REI/IFTO nº 300/2022, DE 22 DE Março de 2022 e Portaria nº 37, 15 De Fevereiro De 2022); e a Resolução nº 48, de 06 de Maio de 2021, que dispõe sobre a Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Optou-se, durante a pesquisa, analisar ainda o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019 a 2023) do IFTO, especificamente sobre as disposições que definem os objetivos, público-alvo e competência do NAPNE, a fim de obter uma melhor compreensão sobre as diretrizes que norteiam a organização pedagógica da educação especial e inclusiva, assim como o delineamento desta política no IFTO.

Foram identificados e analisados no portal do IFTO 46 itens relativos às ações e práticas pedagógicas desenvolvidas pelos NAPNES, promovidas principalmente no período de 2020 a 2022. A pesquisa ocorreu entre 21 de julho a 06 de setembro de 2023, de forma intercalada, tendo como fonte de busca a sigla “NAPNE” e “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas” no campo de busca na página digital dos Campi do Instituto Federal do Tocantins pelo endereço eletrônico <http://www.iftto.edu.br/>.

Dentre os diversos pontos observados durante os estudos, chamou-se bastante atenção o volume de ações majoritárias ligadas à difusão da identidade e cultura dos povos surdos e ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Tais condutas podem se justificar pelo aumento de profissionais tradutores-intérpretes de

Libras ingressados nas unidades do IFTO nos últimos anos, sobretudo, a participação em Comissões e Coordenações dos NAPNES, o que tendencialmente pode ter levado a uma maior mobilização desses profissionais com as comunidades surdas locais, resultando em um aumento considerável de ingressantes surdos nos cursos do Instituto Federal do Tocantins e, conseqüentemente, a promoção de ações para essas áreas.

Um outro ponto a se destacar é que as ações analisadas, em sua maioria, foram oferecidas de forma concomitante para diferentes públicos, abordando a mesma temática em diversos níveis de ensino, envolvendo participantes de cursos de nível médio, superior, técnico subsequente, além de servidores (professores e técnicos administrativos) e comunidade externa.

Essas práticas revelam o formato vertical da EPT por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como a transversalidade por meio do diálogo temático com diferentes modalidades e níveis de ensino, conforme esclarece Pacheco (2021, p. 20).

Para Vilaronga et al. (2022, p. 99), essa dimensão educacional da EPT "colabora para uma organização diversa em relação aos demais sistemas educacionais" e entre suas próprias unidades de ensino, "principalmente no que se refere ao desenvolvimento de capacidades e avanços tecnológicos para superar barreiras físicas e digitais", conforme revelado na recente Carta de Manifestação dos Representantes dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e setores correspondentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IES) sobre o Programa Viver sem Limite no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, encaminhada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em 24 de Novembro de 2023.

3.1.4 Universo e do conteúdo da pesquisa documental

A pesquisa documental foi realizada de acordo com o cronograma do projeto de pesquisa, entretanto, não foi possível contemplar integralmente o universo de 11 Campi do IFTO, haja vista que não foram identificados documentos suficientes durante as buscas realizadas no portal digital do IFTO (www.ifto.edu.br) e no levantamento realizado junto aos núcleos para proferir uma análise de forma aprofundada por parte de alguns NAPNES.

A falta de relatórios de gestão dos NAPNES no portal IF Tocantins dificultou o levantamento de dados mais precisos sobre o funcionamento do atendimento educacional especializado, salas de recursos multifuncionais e fluxogramas. Infelizmente uma realidade observada em outros Institutos Federais no país, como apontam Dalmonech et al. (2023, p. 11), em um estudo realizado sobre a implementação e funcionalidade dos NAPNES na rede federal de ensino.

Diante dessa condição, utilizou-se como critério de exclusão a falta majoritária dos seguintes elementos:

1) Portaria ou resolução de criação do NAPNE, a fim de identificar se os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) do IFTO estão em funcionamento.

2) Os documentos regulatórios (regulamentos, regimentos, resoluções, portarias etc.) dos NAPNES que designam a coordenação do NAPNE.

3) Documento de cunho explicativo e informativo sobre a funcionalidade do NAPNE ou sobre como se organiza no Campus.

4) Relatórios anuais das práticas desenvolvidas (acolhimento e atendimento ao estudante, serviços, projetos, ações interventivas e outras).

5) Documentos que regulamentam os dispositivos existentes, como sala de recursos multifuncionais ou sala do NAPNE.

6) Instrumentos de cadastro/acolhimento/atendimento educacional especializado, como o plano educacional individualizado.

As análises documentais foram realizadas sobre as unidades que atenderam os requisitos elencados, conforme ilustrado na tabela a seguir.

Tabela 3 - NAPNES do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) que participaram na pesquisa documental

NAPNES DO IFTO	Participam da pesquisa documental
Araguaina	Sim
Araguatins	Não
Colinas	Sim
Formoso do Araguaia	Não
Gurupi	Sim
Lagoa da Confusão	Não
Palmas	Não

Paraíso	Não
Pedro Afonso	Não
Porto Nacional	Sim
Reitoria	Sim

Fonte:Elaboração própria a partir de dados do extraídos dos NAPNES IFTO (2023)

A tabela acima apresenta com clareza os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas que apresentaram documentos neste estudo. Eles são representados pelos NAPNEs Campi Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional e Reitoria. Haja vista que durante a pesquisa, não foram encontrados documentos suficientes no portal para permitir uma análise multidimensional da realidade dos demais NAPNEs, acredita-se por falta criação de uma espaço de divulgação do NAPNE no site do IFTO, pois nem todos têm esse espaço e alguns não estão sendo alimentado com informações.

Vale esclarecer que o objeto deste estudo focou-se na organização pedagógica dos NAPNEs e de suas práticas e ações inclusivas. Assim, compreende-se que podem existir diferentes ações no âmbito da educação especial inclusiva desenvolvidas pelo IFTO nas áreas de pesquisa, ensino e extensão que não estejam diretamente ligados ao NAPNE. Por exemplo, Trabalhos de Conclusão de Cursos, materiais didáticos acessíveis e outros. Além disso, pressupõe que podem existir ações desenvolvidas pelos NAPNEs que não foram divulgadas no portal e/ou que não foram incluídas nos relatórios de gestão dos núcleos ou talvez não identificadas pela nomenclatura do núcleo durante as buscas no portal, ainda que tenham sido divulgadas.

3.2 Do Produto Educacional (PE)

O Produto Educacional (PE) 'Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: perspectiva para a formação humana integral dos estudantes' é composto por quatro seções: a) Memórias da Educação Especial Inclusiva, b) Perspectiva para a formação humana integral na EPT, c) Conhecendo a educação inclusiva do IFTO, e d) Práticas e ações do NAPNE, além da capa, apresentação, sumário, objetivos, considerações e referências.

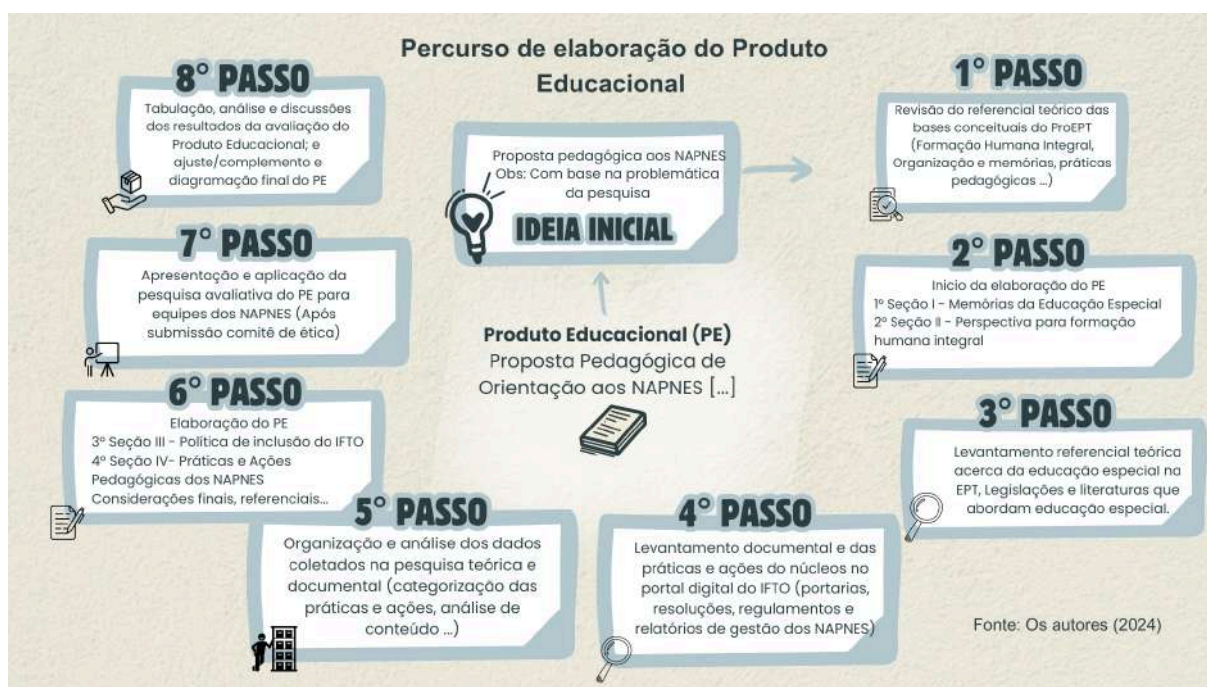
O PE foi desenvolvido pelo aplicativo CANVA (software livre), mas com ampliação de serviços de forma custeada.

Os resultados e análises documentais referentes aos 05 NAPNES pesquisados na primeira fase deste projeto permitiram conhecer de forma dimensional como os NAPNES estão se organizando no âmbito da educação especial e inclusiva no IF Tocantins, o que possibilitou a elaboração da seção III e VI do produto educacional mantendo a identidade e os arranjos pedagógicos, seguindo as disposições da política de inclusão do IFTO, bem como os regulamentos e regimentos dos NAPNES, embora se constituíram espaços de análise crítica e propositiva para novas implementações.

Nessa fase foi possível proceder a análise acerca do conteúdo contido nos regulamentos e relatórios pesquisados.

Veja na figura a seguir 8 passos que foram percorridos para elaboração do produto educacional.

Figura 2 - Roteiro para elaboração do Produto Educacional



O percurso traçado na figura 2 acima permite compreender os passos percorridos para a elaboração do produto educacional de forma sistemática e dialógica com os resultados das pesquisas, das bases conceituais do programa, dos

estudos teóricos específicos sobre tema e dos estudos documentais, contudo, como se organizaram todas as seções da proposta pedagógica.

3.2.1 Da avaliação e validação do Produto Educacional (PE)

A apresentação da proposta pedagógica às Coordenações do NAPNE do Instituto Federal do Tocantins consistiu na última etapa deste projeto e ocorreu entre os meses de março e abril de 2024 logo após a aprovação do projeto de pesquisa pelo comitê de ética em pesquisa do Instituto Federal do Tocantins. A apresentação do produto educacional às equipes aconteceu de forma presencial e/ou online (via Meet), momento que foi possível explicar aos participantes e tirar dúvidas acerca do conteúdo da proposta.

Após esse momento, procedeu-se à avaliação do produto educacional pelos NAPNEs do IF Tocantins, o que permitiu avaliar a qualidade de seu conteúdo (nas 04 seções da proposta pedagógica) pelo questionário Apêndice E.

A avaliação consistiu em um questionário semiestruturado *online*, criado no *Google Forms* (Apêndice E), do qual foi enviado por e-mail e pelo *whatsapp* aos participantes, conforme melhor adequado ao interessado. O questionário incluiu informações preliminares no cabeçalho, como o nome do produto educacional e uma breve descrição explicativa sobre o objetivo da avaliação, bem como os contatos do pesquisador para esclarecimento de dúvidas sobre o questionário ou a pesquisa. Além disso, foi fornecido um *link* de acesso em PDF do produto educacional proposto, permitindo que os participantes revissem todas as seções quantas vezes fossem necessárias.

A avaliação o conteúdo das 04 (quatro) seções da Proposta Pedagógica, seguiram 29 (vinte nove variáveis) sobre as temáticas:

Seção I - Memórias da Educação Especial Inclusiva;

Seção II - Perspectiva para Formação Humana Integral;

Seção III - Política de Inclusão do IFTO;

Seção IV - Práticas e Ações Pedagógicas dos NAPNES.

Avaliou-se ainda o produto educacional em geral, verificando se a proposta pedagógica é usual e funcional para contribuir com o trabalho da equipe

multiprofissional e coordenação do NAPNE. Além disso, buscou-se avaliar se o produto proposto pode ser usual a outras Instituições no âmbito da EPT.

O questionário de avaliação foi elaborado com base na Escala de *Likert*, considerando um método que apresenta nas questões afirmações autodescritivas, permitindo descobrir níveis de intensidade da opinião das pessoas sobre um mesmo assunto ou tema. Essa abordagem é capaz de extrair dados qualitativos de uma pergunta estruturada, que pode ser quantitativa.

Aguiar (2011, p. 2) explica que as Escalas *Likert* são uma das escalas de autorrelato mais difundidas, consistindo em uma série de perguntas formuladas sobre o pesquisado, onde os respondentes escolhem uma dentre várias opções, geralmente cinco.

Para tabulação e análise do conteúdo, procedeu-se a transposição de dados nominais para dados numéricos a fim de mensurar os resultados em escalas de 01 a 05, sendo 1 (um) Discordo Totalmente, 2 (dois) Discordo Parcialmente, 3 (três) Não sei responder, 4 (quatro) Concordo Parcialmente e 5 (cinco) Concordo Totalmente. Após essa etapa, procedeu-se à transposição em gráficos de barras para melhor visualização dos resultados.

Depois, realizou-se a análise e interpretação dos dados em escala e em seguida a análise de conteúdo das respostas discursivas sobre uma abordagem de análise de conteúdo de Bardin (2011).

A disseminação e publicação do produto educacional final aos NAPNES do IFTO, assim como a disponibilização pública no observatório do Programa de Mestrado ProfEPT consistirá nas últimas fases após a defesa da dissertação.

Considera-se que a publicação no observatório do ProfEPT possibilitará o acesso público para servidores dos Institutos Federais e demais Instituições de Ensino da Educação Profissional e Tecnológica que se interessarem em fazer uso do produto educacional, seja para a prática do trabalho ou para novas produções científicas acadêmicas.

3.2.2 Do universo e sujeito da pesquisa avaliativa do Produto Educacional

A pesquisa avaliativa foi aplicada às equipes multiprofissionais dos NAPNES, compostas por servidores e colaboradores terceirizados, maiores de 18 anos, que

atuam na equipe multiprofissional dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas (NAPNES) dos Campi Araguaína, Colinas, Gurupi, Porto Nacional, além da Reitoria do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). As mesmas unidades que fizeram parte da pesquisa e análise documental.

Pretendia-se avaliar 25 profissionais dos 05 núcleos participante desta pesquisa, o que representaria mais de 60% (dos 34 membros). Mas, como não houve manifestação por parte de alguns profissionais em responder o questionário, os resultados atingiram o universo de 05 núcleos e a participação de 18 profissionais, o que representa mais de 50% dos profissionais que atuam nesses núcleos, dessa forma, considerado ainda um número expressivo de participantes.

3.3 Aspectos Éticos da pesquisa avaliativa

A fase de avaliação da 'Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na Perspectiva da Formação Humana Integral dos Estudantes', ocorreu após à submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa do IFTO em 09 de fevereiro de 2024 do qual foi aprovado em 13 de março do mesmo ano sob parecer nº 6.697.591.

A pesquisa avaliativa teve como principal objetivo identificar a qualidade do conteúdo do produto educacional e sua utilidade aos NAPNES, a fim obter uma resposta dos trabalhadores que atuam diretamente com a política em questão, isto é, identificar se o Produto Educacional é usual ou não para as equipes multiprofissionais e para organização pedagógica dos núcleos no âmbito do IFTO.

Apesar da pesquisa avaliativa envolver seres humanos, a intenção consistiu em identificar se o produto educacional foi exequível e útil para o trabalho dos NAPNES pela própria equipe multiprofissional que atuam nesses núcleos, sendo eles os Tradutores Intérprete de Libras, Assistentes Sociais, Pedagogos, Professores e outros que compõe as comissões multiprofissionais, mantendo assim o sigilo e confidencialidade de todos os participantes envolvidos.

Nesse sentido, a pesquisa seguiu o que determina a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012), prezando pelo mínimo possível ou com nenhuma possibilidade de riscos ou danos aos participantes.

Por isso, o estudo foi conduzido com cautela e cuidado, garantindo a preservação e proteção dos participantes em todas as dimensões físicas, psíquicas,

morais, intelectuais, sociais, culturais e espirituais, com o intuito de mitigar os riscos e desconfortos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado a todos os participantes da avaliação, garantindo as prerrogativas supramencionadas, além de outras (riscos e benefícios) devidamente esclarecidas no teor do documento TCLE (Apêndice D).

Os benefícios diretos decorrentes da participação na pesquisa incluíram a disponibilização de uma ferramenta digital e/ou impressa, um documento orientador intitulado 'Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes', que auxiliará no desenvolvimento do trabalho e na disseminação do conhecimento sobre a atuação desses profissionais. Indiretamente, haverá oportunidades de aprimoramento das atividades do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Além disso, os participantes terão acesso aos resultados desta pesquisa.

3.3.1 Dos procedimentos de análise do resultado da avaliação do produto educacional

A análise dos dados da pesquisa avaliativa se constitui com base nas respostas do questionário (Apêndice E). Assim, após o armazenamento desses dados, realizou-se as tabulações por meio das escalas de Likert. Em seguida, as interpretações e discussões dos dados coletados.

Para análise dos dados em escala, inicialmente realizou-se a transposição dos dados nominais para numérico para chegar a conclusão do total de respostas de cada variável sobre as escalas de 1 a 5 (1 Discordo Totalmente, 2 Discordo Parcialmente, 3 Não sei responder, 4 Concordo parcialmente e 5 Concordo Totalmente). Após isso, gerou-se gráficos em barras horizontais, sendo o primeiro para todas as respostas e os demais para cada seção avaliada do produto educacional.

Para a análise dos dados discursivo, utilizou-se o método de análise de conteúdo de Bardin (1977), que consiste em três partes:

- 1) pré-análise: consistiu na formulação da pergunta do questionário e na coleta das respostas das equipes multiprofissionais dos 05 NAPNES do IFTO.

2) exploração do material, categorização ou codificação: análise e divisão dos descritores codificados.

3) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação: momento que foi realizado as análises e interpretações dos dados, ou seja, a opinião dos profissionais sobre o produto educacional sobre as 04 seções do produto e/ou do PE em geral.

Como explica Bardin (1997) validade dos achados da pesquisa é resultante de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante. Assim, os resultados obtidos são vistos como testes para validação do produto educacional proposto foram divididos em duas categorias: satisfatório ao NAPNE e não satisfatório.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 Da organização das práticas pedagógicas e das ações dos NAPNES no Instituto Federal do Tocantins (IFTO)

As análises e discussões a seguir trazem referências acerca da realidade de 05 (cinco) NAPNES dos Campi Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional, do total de 11 unidades existentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), incluindo também o NAPNE Reitoria. Dessa forma, antes de iniciar as discussões e análises dos resultados, buscou-se introduzir um breve histórico da criação dos NAPNES e do Campus a que pertence.

O NAPNE do Campus Araguaína foi criado através da Portaria Normativa ARN/REI/IFTO nº1, datada de 11 de março de 2021. O Campus Araguaína é resultado da política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica estabelecida na Lei ordinária nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Sua implantação ocorreu por meio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins e o IFTO, e suas atividades efetivas tiveram início em 11 de setembro de 2009, dando continuidade ao curso Técnico em Enfermagem da Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína. A unidade desempenha um papel importante na região, oferecendo cursos de qualidade e gratuitos para atender à crescente demanda por profissionais. Com ênfase na oferta de cursos nas

áreas de Saúde e Tecnologia da Informação, conta com uma estrutura de laboratórios de Análises Clínicas, Anatomia e Informática, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aplicado à prática.

O NAPNE do Campus Colinas não possui regulamento e não enviou outros documentos, como a portaria de comissão ou criação, portanto, não foi possível identificar o ano de sua criação, nem foi identificado por outros documentos, como o PDI. Apesar disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO revela que o Campus Colinas foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto de 2011. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 505, de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC. A implantação da unidade em Colinas do Tocantins partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município. Os indicadores econômicos e populacionais assinalados pela população colinense apontaram para o eixo Agropecuário. Atualmente, oferece cursos técnicos nas áreas de Agropecuária e Informática, além dos seguintes cursos superiores: Bacharelado em Engenharia Agrônoma e Licenciatura em Computação, e especialização em Agropecuária Sustentável.

O Campus Gurupi conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) desde 2017, quando foi aprovado pelo Conselho Pedagógico em 22 de Novembro. O núcleo visa atender não só aos discentes, mas também aos professores e à comunidade escolar, em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como à comunidade em geral. Composto por uma equipe multiprofissional, tem o objetivo de prestar atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas. Dentre suas funções, busca estimular a cultura de educação para a convivência, a aceitação da diversidade, defendendo e assegurando os direitos previstos em lei, e busca sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade do acolhimento, da valorização das diferenças e da implementação de ações e práticas inclusivas (IFTO, 2017).

O Campus Gurupi é fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário de Gurupi – UNIRG. A unidade encontra-se em funcionamento desde o dia 20 de setembro de 2010 e oferece cursos técnicos e superiores nas áreas de Administração, Agronegócio, Artes e Construção Civil, além de especialização em

Arte Educação. Também oferece cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) voltados para a capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho, além de diversas atividades de Extensão e Pesquisa (IFTO, 2019, p. 45).

O NAPNE do Campus Porto Nacional foi constituído em 03 de fevereiro de 2017 por meio da Portaria nº 25/2017 PNA/REI/IFTO, com uma composição multiprofissional que inclui estudantes. Atualmente, é o único que possui sala exclusiva de recurso multifuncional (SRM), o que resultou na ampliação do serviço de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas pelo profissional especializado em educação especial em 2021, quando foi instalado. Essa organização humana e física contribuiu para a ampliação do desenvolvimento de ações afirmativas e formativas aos profissionais da educação, sendo também útil para a função de laboratório pedagógico para os estudantes dos cursos de licenciatura em pedagogia.

O Campus Porto Nacional foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, com início das atividades em 2 de agosto do mesmo ano. O funcionamento da unidade foi autorizado pela Portaria nº 102, de 29 de janeiro de 2010, do Ministério da Educação – MEC. A unidade busca possibilitar à região o desenvolvimento socioeconômico por meio de cursos profissionalizantes e cursos superiores, abrangendo, inclusive, a formação de docentes. As áreas dos cursos são: Administração, Informática, Logística, Meio Ambiente e Vendas, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que concorre para sua conquista profissional em excelência e denota as funções típicas desta instituição em promover o desenvolvimento social.

Assim, observa-se que os núcleos do Campus Gurupi e Porto Nacional foram alguns dos primeiros a serem criados no IFTO, respectivamente em 2016 e 2017.

Essas unidades foram as únicas que enviaram os relatórios anuais durante a pesquisa, o que possibilitou analisar as práticas e ações dos NAPNES por diferentes dimensões. Por sua vez, as pesquisas apontam as que possuem maior engajamento no desenvolvimento de ações e práticas pedagógicas inclusivas dos serviços do núcleo, principalmente no que diz respeito à organização do atendimento educacional especializado.

O Campus Gurupi se destaca no desenvolvimento e organização das ações pedagógicas da política de educação especial em diversas categorias: projetos de

ensino e extensão, organização do espaço no site do IFTO e canal de redes sociais, atendimento educacional especializado, além da utilização de recursos pedagógicos na AEE.

O Campus Porto Nacional também tem revelado avanços significativos nos últimos anos, principalmente com a implantação do serviço de atendimento educacional especializado e a criação da sala de recurso multifuncional (SRM), ambos no ano de 2021, além de diferentes ações afirmativas e educativas.

Em geral, acerca das ações e práticas desenvolvidas pelos NAPNES do IFTO, percebeu-se que algumas unidades apresentam uma organização mais consolidada ou em andamento, enquanto outras ainda estão em fase de construção e estruturação dos serviços.

Assim, as análises e discussões a seguir trazem um panorama acerca dessa realidade dos NAPNEs IFTO, das disposições contidas no regulamento, das práticas de formação dos educadores, do serviço de atendimento educacional especializado (AEE) e o uso do Plano de Ensino Individualizado, assim como a Sala de Recurso Multifuncional (SRM), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), das práticas e ações formativas e educativas, e por fim, sobre o canal de informações dos núcleos no portal do IFTO.

4.1.1 Da organização da equipe multiprofissional (EMP) dos NAPNEs

Ao examinar as Portarias de criação da comissão do NAPNES e/ou de designação da Coordenação do NAPNE, observou-se que existe distinção de uma comissão para outra, ou seja, uma comissão é composta por servidores docentes e técnicos administrativos, enquanto outra não tem a definição do cargo ou função, ou apenas a designação da coordenação dos profissionais. Dessa forma, a identificação dos cargos de alguns membros da equipe multiprofissional se deu por meio de outros documentos, como o relatório de gestão e das ações pesquisadas no portal do IFTO.

Observou-se ainda, por meio das portarias de alterações da comissão dos NAPNES, que a composição da Comissão nos Campi está em fase de transição, embora não seja identificado em nenhum dos documentos regulatórios (PDI, Regulamento do NAPNE e Resoluções) que explique essa condição, o que sugere a

necessidade de normatização e/ou orientação por parte dos NAPNES ou mesmo do NAPNE Reitoria.

Sobre as portarias de criação e composição dos núcleos, examinou-se que os Campi Araguaína e Porto Nacional (Portaria nº 66/2017/PNA/REI/IFTO, de 24 de março de 2017, Portaria ARN/REI/IFTO nº 170/2023, de 31 de agosto de 2023) possuem entre os membros servidores técnicos administrativos e professores, e em alguns casos estudantes do ensino técnico subsequente (de nível médio) e superior (tecnólogo).

O núcleo do campus Gurupi se constitui apenas de servidores (professores multiáreas, técnicos administrativos), embora o artigo 6º do Regulamento do NAPNE desta unidade aponte a garantia de discentes e representação dos pais de maneira facultativa.

Já no campus Colinas, não foi identificada na pesquisa uma portaria de criação de comissão, apenas a designação da coordenação do NAPNE (Portaria nº 326, de 27 de Março de 2023). No entanto, outros documentos examinados durante o levantamento documental (por exemplo, o Termo de Referência de Seleção Simplificado pela Empresa Terceirizada Fênix) revelam a presença de profissionais especializados que compõem a Equipe Multidisciplinar Permanente (EMP) desse NAPNE.

Além disso, uma pesquisa realizada sobre educação inclusiva por Silva (2023, p. 61) indica que o NAPNE do Campus Colinas oferece atendimento educacional especializado realizado por três Tradutores e Intérpretes de Libras, com a contratação em andamento de mais um Tradutor e Intérprete de Libras e um Profissional em Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa condição aponta para a existência da Equipe Multidisciplinar Permanente (EMP).

Quanto à equipe multiprofissional do NAPNE Reitoria, não foi constatada em documentos uma portaria de composição dessa equipe, apenas a lotação de alguns profissionais que atuam junto à Coordenação do NAPNE como tradutores intérpretes em Libras, conforme dados apontados no levantamento das ações e práticas no portal digital do IFTO.

Durante as análises, foi possível identificar apenas a Portaria REI/IFTO nº 300/2022, de 22 de março de 2022, que designa uma professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para exercer a função de coordenadora do NAPNE Reitoria, de forma remunerada (código FG1), na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Vale mencionar que, após a designação do NAPNE para uma coordenação em 2021 em todos os Campi, não foi constatado, por meio de documento público, nenhum ato de revogação ou anulação das Comissões supramencionadas, apenas alterações dos membros, principalmente no que se refere à designação do primeiro membro como presidente da comissão. Portanto, mantêm-se vigentes as comissões. Um espaço que merece atenção do Instituto Federal do Tocantins na organização formal dos núcleos e configuração das equipes multiprofissionais. Tal conduta está inserida no produto educacional proposto.

Sobre esse aspecto, Vilaronga et. al (2022) explica que as orientações legais para a composição dos NAPNEs apontam que o núcleo pode ser composto por um coordenador e uma equipe multiprofissional, denominada pela SETEC de "membros".

Diante do exposto, considera-se que, além de se tratar de uma prerrogativa do Programa TECNEP, a existência de uma coordenação no NAPNE não reduz a relevância da formação da equipe multiprofissional por meio de uma Portaria ou por ato formal dentro dos IFs. Pelo contrário, torna-se relevante para a consolidação da equipe multiprofissional dos núcleos, a definição de responsabilidades e a integração dos profissionais de diversas áreas com a política de educação especial inclusiva. O Instituto Federal possui uma ampla dimensão pedagógica e é constituído por vários profissionais (psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, técnicos em laboratórios, bibliotecários, entre outros) que muitos não compõem a equipe da Coordenação do NAPNE, mas que são potenciais colaboradores que devem estar envolvidos no atendimento e acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas dos Campi, assim como no desenvolvimento de diferentes ações de responsabilidade dos núcleos.

Apesar desses profissionais geralmente se encontrarem em lotações distintas dos NAPNEs, dividindo funções em outras frentes de trabalho, compreende-se que a educação especial inclusiva se constrói por uma "ação colaborativa", como apresenta Santos (2020), e precisa "envolver todos os educadores", como defende Pacheco (2015), assim como a rede de apoio externa.

Nesse sentido, Vilaronga et al. (2022) afirmam que as ações desenvolvidas pela equipe multiprofissional (EMPs) são relevantes para a inclusão escolar dos estudantes PAEE nos IFs, considerando diversas as possibilidades de serviços de

apoio para atendimento das necessidades relacionadas à escolarização dos estudantes. Assim como também são diversos os agentes envolvidos na oferta de cada um desses suportes, permitindo que as instituições adequem o rol de serviços disponibilizados em consonância com a disponibilidade de seu quadro de servidores e as demandas educacionais apresentadas pelos estudantes e comunidade escolar.

As redes de apoio também se fazem extremamente necessárias para a construção da política de educação especial, apesar de não constarem nas principais legislações que definem as diretrizes da educação especial (LBI, LDB, PNA e outros), como afirma Calheiros (2019), ao analisar as redes de apoio à escolarização da educação especial e inclusiva nas escolas básicas.

Nesse sentido, uma formação multiprofissional do NAPNE com diferentes profissionais pode contribuir para um serviço mais efetivo e atuante no âmbito da educação especial, possibilitando um maior envolvimento dos profissionais e integração dos setores que não estão diretamente ligados ao NAPNE, embora façam parte do processo educacional.

Ao mesmo tempo, a rede de apoio externa também se torna complementar e indispensável, principalmente para aqueles Campi que ainda não possuem em seu quadro funcional profissionais especializados na área da educação especial e para atender às demandas dos estudantes nas áreas da saúde, assistência social, trabalho, emprego e outras, pois essa pode ser a realidade de grande parte dos Campi avançados no Instituto Federal do Tocantins.

Sobre as portarias de designação do cargo de coordenação do NAPNE, estas foram criadas após a publicação da Portaria nº 44, de 21 de janeiro de 2022, pelo Ministério da Educação, a qual prevê funções gratificadas destinadas à estruturação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas ou equivalentes, instituídos nas unidades de ensino (Campi e Uned) dos Institutos Federais, dos CEFETs e do Colégio Pedro II. No caso do IFTO, foram previstas para os 11 (onze) Campi e a Reitoria.

É importante destacar que tal conquista teve forte influência dos movimentos sociais organizados por servidores engajados com a política de educação inclusiva nos Institutos Federais e por forças das comunidades de luta e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Para entender um pouco mais sobre as áreas de formação dos coordenadores e da equipe multiprofissional da Comissão ou que estão lotados na

Coordenação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), veja no Tabela 4 como estão representados 04 Campi do IF Tocantins.

Tabela 4 - Áreas de formação dos profissionais que compõem a Comissão do NAPNE ou que estão lotados no núcleo com base nas portarias de criação/designação das comissões e/ou coordenações.

Campus	Área de formação	Quant.
Araguaína	Assistente Social	01
	Bibliotecária	01
	Tradutor Intérprete de Libras	01
	*Professor EBTT	03
	Pedagoga	02
	Profissional especializado em Atendimento Educacional Especializado (AEE)	01
	Relações Públicas	01
Colinas	*Professor EBTT	01
	Tradutor Intérprete de Libras	03 (terceirizados)
	Fonoaudióloga (terceirizado)	01
Gurupi	Tradutor Intérprete de Libras	01 (efetivo)
	Técnica Especializada em Atendimento Educacional Especializado (AEE)	01 (terceirizado)
	Técnica Especializada em Atendimento ao estudante autista	02 (Terceirizado)
	Técnica Especializada em Libras	01 (Terceirizado)
Porto Nacional	Assistente de Aluno	01
	Assistente Social	01
	Enfermeira	01
	*Professor EBTT	03
	Orientador Pedagógico	01
	Tradutor Intérprete de Libras	02 (efetivos) 01 (terceirizado) 01 (Celetista temporário)
	Profissional especializado em Atendimento Educacional Especializado (AEE)	01 (terceirizado)
	Estudantes	02 (Superior e Técnico Subsequente)

*Professor de ensino básico técnico tecnológica (EBTT)

Tabela 5 - Áreas de formação dos Coordenadores dos NAPNEs IFTO.

Campus	Área de formação	Coordenação Remunerada
Araguaína	Tradutor Intérprete de Libras	Sim
Colinas	Tradutor Intérprete de Libras	Sim
Gurupi	Tradutor Intérprete de Libras	Sim
Porto Nacional	Tradutor Intérprete de Libras	Sim

Ao analisar a área de formação contida no Tabela 4, observa-se que existem diferentes profissionais que compõem as equipes dos NAPNEs, incluindo professores, servidores técnicos-administrativos e estudantes. Como a pesquisa se deu em torno de uma análise documental, parte-se do pressuposto, com base nas atribuições e organograma contidos nos regimentos internos dos Campi e no PDI do IFTO, que a maioria desses profissionais, como Assistentes Sociais, Assistentes de Alunos, orientadores e pedagogos, estão lotados em outros setores e dividem funções nas Comissões dos NAPNEs. Embora não seja possível identificar se estão ativamente atuando em alguns dos serviços no âmbito da educação especial, é um estudo a ser investigado.

Nota-se também, no Tabela 4, que existe uma parcela considerável de profissionais que atuam no NAPNE e são especializados em Língua Brasileira de Sinais. São também esses os profissionais que estão à frente da Coordenação de todos os núcleos pesquisados, como aponta o Tabela 5.

A contratação desses profissionais pode ser uma das justificativas para o número considerável de proposições educativas e interventivas ligadas à cultura surda, o que tendencialmente pode ter levado os núcleos a realizarem projetos de ensino e extensão voltados a essas áreas. Da mesma forma, avanços no processo de ensino-aprendizagem no atendimento ao estudante público-alvo da educação especial após a contratação de profissionais especializados para o atendimento educacional especializado (AEE).

Apesar das recentes contratações e das melhorias na educação especial no IFTO, existe uma preocupação encaminhada ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (CONIF), que tem impactado diretamente nas ações inclusivas.

Uma “Carta sobre o cargo de Professor de Educação Especial no contexto da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Atendimento Educacional Especializado” (2021), enviada ao CONIF e representada por 9 Institutos Federais, explica que a extinção do cargo de Tradutor e Intérprete de nível E e a suspensão de novas contratações de cargos de Tradutores e Intérpretes de nível D, por meio do Decreto 10.185 de 2019, impediu o ingresso de profissionais por meio de concursos públicos, bem como o nível de atuação dos tradutores e intérpretes com nível D para atuarem em cursos superiores, especializações e pós-graduações, conforme projeto de Lei nº 5614, de 2020.

Essa reivindicação de cargos efetivos está no reconhecimento do Estado como direito já assegurado pelas legislações vigentes, na tentativa de pleitear a possibilidade de ter esses profissionais no quadro de servidores do campus da Rede EBTT e como docentes da Educação Básica Técnica Tecnológica (EBTT). Tal carta questiona a terceirização na contratação dos profissionais e o cargo técnico, bem como deixa explícita a necessidade de outros cargos (educador especial, pedagogo, psicólogo, T.O, Fono) ainda não contemplados no contexto dos IFs.

No IFTO, como visto na Tabela 4, atualmente existe uma parcela de profissionais efetivos e outros contratados temporariamente por meio de seleção simplificada para o desenvolvimento da função de Técnico Especializado no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para técnico especializado em linguagem de sinais em regime de trabalho de 40 horas, como pode ser conferido na seleção pelo Edital nº 09/2023 REI/IFTO, de 1º de Fevereiro de 2023.

Um outro aspecto observado neste estudo é que existe uma rotatividade temporal dos profissionais que compõem as comissões do NAPNE, assim como da coordenação, o que denota a importância da proposta pedagógica da Proposta de Orientação aos NAPNEs, pois acredita-se que muitos coordenadores estão sob as primeiras experiências junto à Coordenação e uma parcela considerável dos membros que compõem esses núcleos não possui formação na área da educação especial.

Observou-se também que o Instituto Federal do Tocantins vivencia um momento de transição sobre a designação da figura responsável pela condução da equipe multiprofissional do NAPNE, de presidente de Comissão para coordenação nomeado CNAPNE, da Coordenação de Inclusão e Diversidade (PDI, 2020) para a

coordenação denominada CNAPNE Reitoria, como responsável pela gerenciamento dos núcleos multicampi.

Isto é, o NAPNE nos Campi passa a ser responsável pela coordenação dos trabalhos dos NAPNEs, assim como o presidente da Comissão, conforme pode ser observado no regulamento do Campus Gurupi (Art. 7º), e o NAPNE Reitoria é responsável pela coordenação geral dos NAPNEs multicampi, com função específica de gerenciamento dos núcleos e difusão da política pública, cuja posição organizacional permanece junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, como prevê o “Plano de Desenvolvimento Institucional” (PDI, 2020-2024).

Outro ponto observado nas análises é que alguns profissionais Tradutores Intérpretes de Libras não constam nas referidas comissões instituídas por meio de portarias, apesar de atuarem junto à equipe multiprofissional, como indica o relatório de gestão e portaria da comissão do Campus Gurupi. Uma condição que aponta as recentes mudanças na estrutura pedagógica dos núcleos e a necessidade de adequações. Este espaço permitiu apontar dentro do produto educacional algumas orientações para criação e composição do núcleo.

4.1.2 Das disposições do regulamento dos NAPNEs IFTO: definição, natureza, objetivos, público-alvo, composição e competências.

Os regulamentos dos NAPNEs no IFTO examinados são dos Campi Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, visto que as unidades Colinas e Reitoria ainda não dispõem deste documento. A Reitoria, talvez pela recente mudança ocorrida na gestão dos núcleos e por constituir uma função diferente dos Campi, está mais voltada para o gerenciamento dos núcleos.

Os documentos que regulam os NAPNEs convergem sobre o principal objetivo do Programa TECNEP, o qual visa promover a “cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade”, conforme define Dalmonech (2023, p. 9) em sua pesquisa sobre a implementação e funcionalidade dos NAPNEs na rede federal de ensino.

Existe também uma definição comum de que os núcleos se constituem por uma composição multidisciplinar, conforme descrito no programa TECNEP, e estão

ligados à Direção e Gerência de Ensino, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2020-2024) do IFTO.

Ao mesmo tempo, percebe-se que os regulamentos apresentam divergências entre suas disposições, especialmente no que se refere ao público-alvo, natureza, objetivos, composição dos membros e outras relacionadas às competências. Assim, a partir das análises documentais, foram selecionadas algumas das principais divergências que requerem atenção do IFTO para uma possível adequação na organização política legal dos NAPNEs.

O Regulamento do Campus Araguaína (Art. 4º), por exemplo, estabelece que o núcleo é um órgão de natureza consultiva, deliberativa e executiva, diferente de Porto Nacional (Art. 2º), que define apenas consultiva e executiva. No entanto, a natureza deliberativa aparece em alguns artigos do seu regulamento, ao citar, por exemplo, que “durante as reuniões, quando for apreciada matéria que envolva assunto sigiloso de algum aluno atendido pelo Napne, será permitida somente a participação de servidores do IF” (Art. 15).

Observou-se também no regulamento do NAPNE Gurupi que, apesar do capítulo II definir como título “Da natureza e finalidade do NAPNE”, não há clareza sobre esse aspecto. Não são mencionadas essas nomenclaturas, mas constam as funções executiva (Art. 9º, 11 e 14), consultiva (Art. 16) e deliberativa (Art. 22) no seu regulamento.

Destarte, a natureza deliberativa se faz presente no Documento Base do Programa TEC NEP (2010), mas há poucas discussões literárias sobre esse assunto Dalmonech et al. (2023, p. 4, apud, Anjos) é uma exceção, ao pesquisar sobre a Implementação e Funcionalidade dos NAPNES da rede federal, explica que “o núcleo é um setor deliberativo da instituição que responde pelas ações de implantação e implementação do Programa TECNEP”.

Acredita-se, no entanto, que essa diretriz (natureza) aparece de uma forma quase que oculta nas disposições que tratam dos objetivos, competências e atribuições dos NAPNE, tendo como base o manual do programa TEC NEP, o que pode fazer com que os núcleos tenham diferentes interpretações e, consequentemente, distinta natureza sobre a funcionalidade e organização dos núcleos.

Acerca do público-alvo dos núcleos, os regulamentos não trazem uma definição consensual, pois há NAPNEs que definem o público-alvo como os

estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo neste caso o público-alvo da educação especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD), assim como aqueles com outras necessidades educacionais. Já outro núcleo, de forma mais ampliada, estabelece que

O NAPNE visa atender não só aos estudantes, mas aos professores e comunidade escolar em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como a comunidade em geral. Além de buscar estimular a cultura de educação para a convivência, aceitação da diversidade, defendendo e assegurando os direitos previstos em lei e buscando a sensibilização da comunidade acadêmica para a necessidade do acolhimento, da valorização das diferenças e da implementação de ações e práticas inclusivas (IFTO, 2017, p. 1-2).

Ao ampliar o atendimento do NAPNE aos professores e à comunidade escolar, pressupõe-se que foram levadas em consideração outras competências do núcleo, como a formação da rede de apoio, parcerias com os centros especializados e assessoria aos servidores. Isso se trata de uma descrição incorporada ao único artigo (Art. 3º) que define a natureza e finalidade do núcleo, o que intrinsecamente leva a essa compreensão.

Outras interpretações coadunam com as ideias de Vilaronga et al. (2022, p. 321) em sua pesquisa nos NAPNEs do IFSP, onde "não há um consenso entre todos os núcleos, enquanto há NAPNEs que atendem ao público definido pelo Decreto no 7.611, de 17 de novembro de 2011, há aqueles que assistem a um público mais amplo". E conforme a pesquisa realizada por Dalmonech et al. (2023, p. 14), que revela que "as divergências acontecem devido a alguns autores entenderem a criação dos mesmos em cada unidade dos IFs". O que demonstra que existem literaturas com diversos entendimentos sobre o público-alvo que deve ser atendido pelo NAPNE no âmbito da EPT.

Embora exista ambiguidade entre os Institutos Federais e entre os próprios Campi sobre a definição do público-alvo do NAPNE, observa-se que a política de inclusão do Instituto Federal do Tocantins (2021) apresenta de forma mais ampla e evidente de quem é público da educação especial (Artigo 8º, IFTO, 2021), da educação inclusiva (Artigo 2º, 1º §, IFTO, 2021), assim como do atendimento educacional especializado, o que ajudou na distinção sobre o público que deve ser

atendido pelos serviços do NAPNE, bem como permitir uma orientação mais concisa na proposta pedagógica (produto educacional).

Vale destacar que o regulamento é uma prerrogativa do Programa TECNEP e também consta na própria Política de Inclusão do IFTO, que define (Art. 22) que “as unidades contarão com os serviços de apoio pedagógico especializado realizados nos NAPNEs, conforme regimento próprio”.

Ainda, ao analisar os regulamentos no universo de 05 NAPNES do IFTO (incluindo a Reitoria), observou-se que somente o núcleo de Gurupi possui regulamento próprio aprovado pela instância pedagógica ou gestão do Campus. As demais, Reitoria e Colinas, não possuem regulamentação do NAPNE, e Araguaína e Porto Nacional possuem o regulamento, utilizando-se de suas diretrizes como base para o desenvolvimento dos serviços inerentes ao NAPNE, porém não constatado registro de aprovação pelas instâncias superiores, o que deixa margem acerca da legitimidade sobre a regulamentação desses núcleos.

A submissão às instâncias superiores está prevista nos regulamentos pesquisados, como é o caso do Campus Gurupi ao dispor que o regulamento “poderá sofrer alterações e adaptações desde que propostas oficialmente pelo NAPNE, devendo ser apreciadas e aprovadas pelo Conselho Pedagógico do campus” (Art. 29). O Campus Porto Nacional estabelece que

Este Regulamento poderá ser alterado, a qualquer tempo, por proposta de qualquer dos membros do Napne de qualquer, desde que aprovada pela maioria absoluta dos membros do Napne e submetida, ainda, à aprovação da Direção de Ensino do Campus (IFTO, 2017, p. 5).

Como a análise partiu dos documentos publicados no portal e disponibilizados pelos NAPNES, leva-se a entender que esse documento ainda não foi submetido à instância gestora, nem mesmo ao conselho pedagógico, haja vista que não possui certificação digital pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IFTO, nem outro tipo de assinatura ou confirmação de submissão por essas instâncias. Ora, se existem ou existiram outros documentos equivalentes, não foram identificados nesta pesquisa.

Diante do exposto, considerando que os NAPNES são oriundos de um mesmo Programa TECNEP no âmbito da Educação Profissional Tecnológica, acredita-se que um regulamento unificado, incluindo o NAPNE Reitoria, seria

fundamental para a organização política, pedagógica e legal das diretrizes e funcionalidades dos núcleos no Instituto Federal do Tocantins. Ou seja, pode delinear os trabalhos das equipes multiprofissionais, tanto na funcionalidade e organização pedagógica quanto para a operacionalização dos seus serviços. Porém, um regulamento que leve em consideração as diferenças e peculiaridades existentes em cada Campus, as estruturas humanas e físicas, curriculares, bem como suas condições internas e externas.

4.2 Das práticas de formação dos educadores no âmbito da educação especial inclusiva desenvolvidas pelos NAPNES

Um outro aspecto observado sobre as ações e práticas inclusivas dos núcleos trata-se da formação da equipe multiprofissional dos NAPNES, que quase não aparece nos relatórios de gestão e planejamento desses núcleos. Apesar da existência, principalmente na semana de jornada pedagógica e em datas alusivas de luta e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, os relatórios, assim como as ações identificadas no site do IFTO, não apresentam tanta evidência.

Não foi identificado, em sua maioria, um plano de formação continuada, tanto para os profissionais do núcleo quanto para os professores da sala regular, o que indica uma maior atenção dos NAPNES no investimento e na organização política de formação continuada de sua própria equipe multiprofissional, assim como dos professores e demais educadores da instituição.

Cabe mencionar que o NAPNE Gurupi foi o único que apresentou um planejamento de formação, e consta a realização de uma formação específica aos membros do núcleo. Ao mesmo tempo, é apoiado pela Coordenação do NAPNE Reitoria, que aponta que têm atuado de forma colaborativa e outros como proponentes nos eventos formativos, alguns ofertados de forma multicampi, online e/ou por meio de projetos de ensino e extensão.

É importante salientar que a pesquisa não teve foco nas análises de formação docente, apenas dos profissionais do NAPNE, embora entendemos ser indissociável e se fazer presente no bojo das discussões, pois são figuras indispensáveis para a efetivação da educação especial.

Apesar dos desafios, observou-se que nos últimos anos o IFTO tem desenvolvido ações formativas em suas unidades, as quais, em sua maioria, se

constituíram dentro de eventos alusivos, possibilitando a participação simultânea de diferentes servidores da educação profissional e tecnológica, inclusive estudantes e comunidade externa. A Tabela a seguir ilustra bem as principais ações, temas, objetivos e o público-alvo.

Tabela 6 - Ações de formação desenvolvidas pelos NAPNES do IF Tocantins no período de 2020 a 2022

CURSO	DESCRIÇÃO/OBJETIVO (S)	PÚBLICO ALVO
Curso de extensão	Curso de extensão DANÇA, MÚSICA E LIBRAS: O SILÊNCIO QUE GRITA! Processo de seleção de estudantes de diferentes cursos por meio de Edital. O objetivo é potencializar as culturas Brasileiras, através da música e da dança em Libras, usando a criatividade, o estudo de Libras e a expressão corporal. Saiba mais.	Servidores, terceirizados, estudantes de todos os cursos e comunidade externa surda ou ouvinte
Curso de Libras	Curso finaliza módulo I com valorização da cultura surda. O curso é fruto do projeto de extensão “Identidade e cultura surda” o curso concentra-se na tradução, interpretação, expressão, cultura e identidade surda, fazendo com que os alunos possam conhecer um pouco mais sobre a cultura surda e suas especificidades, bem como desenvolver atividades práticas de Libras. Sendo pré-requisito para inscrição ter o Ensino Médio.	Estudante do Ensino Técnico Integrado ao Médio
Curso de extensão inclusão surdo	Atividades de extensão diversas como: Grupos de estudos, oficinas, palestras, rodas de conversas e eventos com estudantes interessados, extensionistas e professores, para interação dos estudantes surdos com a comunidade acadêmica e comunidade em geral.	Estudantes de Todos os cursos e professores
Curso de Extensão - inclusão surdo	“Formação: Inclusão do aluno surdo no ambiente educacional” dirigido aos docentes e técnicos administrativos com os seguintes temas: Libras e Surdez; O profissional Tradutor/Intérprete de Libras Educacional; Metodologias de Ensino Adequada para o Aluno Surdo; Relato de Experiência.	Servidores Docentes e Técnicos administrativos
Curso de Extensão em Libras	Chamada pública para curso de extensão em libras por meio de Edital. Curso básico de Língua de Sinais Brasileira - Libras realizada em dois turnos, como único requisito ter o ensino fundamental completo.	Comunidade interna (estudantes, servidores) e externa (sociedade)
Acolhimento em Libras	Treinamento de acolhimento em Libras, a Língua Brasileira de Sinais oferecido aos servidores da Reitoria com o objetivo de promover a inclusão da comunidade surda	Servidores da Reitoria

Fonte: Instituto Federal do Tocantins (2023)

Os dados acima trazem informações sobre os cursos ofertados pelo NAPNE nos últimos três anos (2020, 2021 e 2022) e apontam que o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a inclusão da pessoa surda e sua relação com o ensino-aprendizagem são os principais temas geradores nas formações promovidas

pelos NAPNEs. A justificativa, mais uma vez, pode se confirmar pela crescente entrada de discentes e de profissionais tradutores intérpretes de Libras no IFTO, o que possivelmente tem levado os NAPNEs a trazerem propostas nos cursos de extensão e ensino para essas áreas.

Portanto, dentre as ações formativas, não foi visto capacitação ou qualificação direcionada especificamente para a equipe multiprofissional dos NAPNEs e/ou para os profissionais que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que reafirma um espaço para maior investimento do IFTO em formação continuada nessas áreas, sobretudo nas áreas de ensino técnico e comuns.

Haja vista que o NAPNE é órgão difusor da política de educação especial e responsável pela articulação e apoio no desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas nessa área, assim como responsável pelo planejamento e promoção de formações dos próprios membros do NAPNE.

Como explica Heleno (2022, p. 8), "a escola tem que se organizar e adaptar à diversidade, seja no currículo, no Plano Político Pedagógico, para que assim alcance uma real educação inclusiva".

Braun e Vianna (2011) ainda acrescentam que pensar sobre a formação de redes de saberes capazes de lidar com um espaço de atendimento especializado e com a dinâmica escolar inclusiva precisa considerar que serão necessários diferentes perfis de professores, em razão da caracterização das necessidades educacionais especiais, as quais podem exigir ações diversas como, por exemplo, o domínio de Libras, de Braille, de técnicas de ensino ou de elaboração de materiais.

Entretanto, esses autores chamam a atenção para um nível ainda maior de organização pedagógica no âmbito dos Institutos Federais, que não se limita à equipe multiprofissional dos NAPNES e a um ou dois professores da sala de atendimento educacional especializado. Reporta-se a um investimento em recursos humanos especializados para atender diferentes públicos-alvo da educação especial (PAEE): pessoas com diferentes deficiências cognitivas, motoras, sensoriais. Contudo, um público que abrange diferentes faixas etárias, modalidades e cursos de diversas áreas técnicas, tecnológicas e profissionais.

Um perfil que pode exigir dos IFs profissionais especializados, como professores especialistas no atendimento educacional em autismo, além de investimentos em novas contratações de profissionais de outras áreas como terapeutas ocupacionais e recursos de tecnologia assistiva.

Vale destacar que a formação dos profissionais dos NAPNEs no Instituto Federal do Tocantins se faz extremamente necessária para tornar o processo de organização pedagógica da educação inclusiva escolar/acadêmica nos Campi do IFTO ainda mais célere. Se o NAPNE é considerado o principal responsável pela articulação e difusão da política de educação especial inclusiva nos Institutos Federais, entende-se que a equipe multidisciplinar que atua nesses núcleos deve estar devidamente qualificada para a operacionalização da política em questão.

Apropriar-se da dimensão política, pedagógica e organizacional da educação especial inclusiva na EPT é um passo indispensável para que os demais objetivos da política pública sejam efetivamente almejados e alcançados, principalmente para ampliação dos serviços de atendimento educacional especializado (AEE), promovendo a ação colaborativa entre os professores da sala AEE e da sala regular e com os demais educadores.

O que se nota é a importância dos núcleos criarem um plano de formação inicial e continuada aliado às legislações e literaturas que abordam a educação especial no âmbito da EPT, principalmente para aqueles que estão iniciando suas experiências no núcleo. Tendo em vista que a política da educação especial e inclusiva é abrangente e complexa, e os Institutos Federais oferecem um vasto campo de atuação e possibilidades que podem ser potencialmente aproveitados.

Entende-se que os IFs possuem infraestrutura composta de recursos tecnológicos, físicos e humanos que podem contribuir significativamente para a consolidação da política de educação especial inclusiva e "são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos", como afirma Pacheco (2015, p. 22), podendo ser um aliado para a estruturação da educação especial.

Assim, os resultados das análises apontam que existe um conjunto de situações que precisam ser melhor discutidas e definitivamente estruturadas nos espaços político-pedagógicos dos NAPNEs do IFTO. Profissionais especializados no atendimento educacional AEE e carga horária adequada, uma formação da equipe multiprofissional qualificada, a unificação do regulamento do núcleo, a normatização das salas de recursos multifuncionais e do atendimento educacional especializado, são alguns dos fatores que merecem essa atenção.

4.3 Do serviço de atendimento educacional especializado (AEE) e o uso do

Plano de Ensino Individualizado pelos NAPNES IFTO

Ao examinar os relatórios de gestão e as práticas e ações pesquisadas no portal do IFTO, observou-se que os 04 (quatro) Campi pesquisados (Araguaína, Colinas, Gurupi e Porto Nacional) possuem o serviço de atendimento educacional especializado (AEE) em funcionamento nas suas unidades, mas operacionalizado de diferentes formas e não foi constatada a existência de um documento específico que normatize esse serviço em nenhum dos Campi. Parte-se do pressuposto de que os NAPNES se baseiam na Política de Inclusão do IFTO e/ou em outras legislações nacionais da educação básica.

Acredita-se que a falta de uma regulamentação do atendimento educacional especializado no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica ou especificamente para os Institutos Federais levou o IFTO a criar uma política própria, trazendo as premissas da educação básica, o que Borges (2019) deduz como uma “subsunção da lei ou um esvaziamento”, e que, segundo esse autor, demonstra a irrelevância da política de educação inclusiva no âmbito da EPT.

Outro ponto observado no atendimento educacional especializado do IFTO é que os NAPNES ainda enfrentam questões organizacionais, estruturais, humanas, físicas e pedagógicas. Não existe ainda, na maioria dos Campi, uma conduta de protocolos e fluxogramas do atendimento do NAPNE e do AEE. Além disso, em alguns casos, os atendimentos são realizados na sala do NAPNE, como é o caso de Araguaína e Gurupi.

As análises documentais revelaram o que as pesquisas de Borges (2019) e Vilaronga et al. (2022) já apontaram em outros IFs. A falta de diretrizes e políticas públicas para a educação especial na EPT, assim como a inexistência de uma política para contratação de profissionais especializados efetivos com carga horária adequada para o atendimento AEE, também têm sido problemas no Instituto Federal do Tocantins.

Outros fatores identificados no IFTO que desafiam a política de educação especial referem-se à falta de uma política de recursos financeiros direcionada à estruturação dos ambientes que atendem o público-alvo da educação especial (PAEE), destinados à estruturação das salas de recursos multifuncionais, assim como recursos tecnológicos e/ou tecnologias assistivas. Outro, está relacionado aos aspectos pedagógicos, ou seja, a um plano de formação continuada aplicado, tanto

voltado para a equipe dos NAPNES quanto para os profissionais especializados do AEE e professores da sala regular.

Apesar das dificuldades e das lacunas existentes, vale ressaltar que a Política de Inclusão do IFTO em 2021 trouxe avanços significativos para a organização pedagógica do AEE, uma luz para a equipe multiprofissional dos núcleos, pois não havia diretrizes sobre esse serviço no âmbito do IFTO para nortear o trabalho das equipes multiprofissionais, tampouco sobre os serviços do atendimento especializado para o público-alvo da educação especial na EPT. Desde então, os núcleos se baseavam por um regulamento próprio, cujo conteúdo é mais voltado para a funcionalidade, objetivo e competência do núcleo.

A Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi aprovada pela Resolução nº 48, de 06 de maio de 2021, dispondo de 40 artigos, 12 Capítulos e 13 seções, em sua maioria abordando a educação especial, conforme segue.

Capítulo I: Definição da educação inclusiva, da educação especial

Capítulo II: Do estudante com deficiência

Capítulo III: Da avaliação do estudante para identificação das necessidades do atendimento educacional especializado

Capítulo IV: Da Certificação Especial

Capítulo V: Da organização e funcionamento nos Campi

Capítulo VI: Da rede de educação especial

Capítulo VII: Da acessibilidade

Capítulo VIII: Das classes hospitalidades

Capítulo IX: Da proposta pedagógica

Capítulo X: Dos Profissionais da Educação Especial

Capítulo XI: Da formação dos professores para atendimento educacional especializado

Capítulo XII: Do Comitê de Educação Especial

Como observado, em contraste com o regulamento do NAPNE, a política em questão foca no serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e estabelece diretrizes para a organização pedagógica inclusiva no IFTO, abordando recursos humanos, materiais, didático-pedagógicos, o público-alvo da educação

especial, além de propostas pedagógicas, profissionais especializados e outros.

O 1º § do artigo 2º da Política de Inclusão do IFTO estabelece o público-alvo da Educação Inclusiva, o que é essencial para orientar o atendimento prestado pelo NAPNE em relação ao AEE e à Educação Especial.

Pessoas com deficiências;
Com transtornos globais de desenvolvimento;
Com altas habilidades/superdotação;
Jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem
Pessoas em situação de risco, de origem remota ou de população nômade;
Pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-racial ou culturais, discriminadas, marginalizadas, ou que apresentam vulnerabilidade econômica;
Outras que atendem todas as interfaces da acessibilidade
(IFTO, 2021, p. 2)

Já o artigo 8º desta política define como público-alvo da educação especial (PAEE) pessoas com deficiências, Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), e com Altas habilidades ou Superdotação (HD/SD), conforme estabelece a Política Nacional de Educação Especial (2008).

As Pessoas com deficiência, segundo a política em questão, são aquelas que têm algum impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente.

I - Limitações no processo de desenvolvimento e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem nas atividades curriculares;
II - dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais estudantes
III - Altas Habilidades e Superdotação
(IFTO, 2021, p. 3)

Os estudantes com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD) são definidos pela política como aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com

autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação, bem como quaisquer outros casos que se enquadrem na definição deste item. Já aqueles com altas habilidades ou superdotação (HD/SD) são aqueles que apresentam grande facilidade de aprendizagem e envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

No entanto, observa-se que o público-alvo da inclusão do IFTO é mais complexo e abrangente, contemplando um público muito maior do que a educação especial, na qual também está inserido. Ao mesmo tempo, esclarece que o público-alvo do NAPNE não se resume ao público PAEE, mas também abrange estudantes com outras necessidades educacionais específicas que requerem acessibilidade no processo educacional, como adaptações materiais, curriculares/pedagógicas (idosos, pessoas em situação de obesidade, alunos hospitalizados ou em atendimento domiciliar, entre outros), os quais não necessariamente precisam do atendimento educacional especializado (AEE).

Apesar das legislações existentes, Barbosa et al. (2022, p. 86) explicam que "é preciso que as escolas construam instrumentos que possam contribuir para que os direitos se efetivem ao receber e trabalhar com esse público", de forma a oferecer uma educação de qualidade. Caso contrário, a autora alerta que podem correr o risco de ir na contramão da proposta inclusiva.

Sobre esse aspecto, Vilaronga et al. (2022, p. 71) esclarecem que "a operacionalização da inclusão escolar nos sistemas de ensino com a organização do atendimento ao PAEE é um desafio para a escola como um todo" e explicam que muitos documentos oficiais, que tratam e trazem diretrizes com propostas para o serviço de apoio do AEE, quando aplicados na prática, mostram lacunas. Mas a autora alerta que o planejamento desse atendimento requer discussão e não pode ser visto como algo comum e uniforme a qualquer instituição.

Apesar da autora alertar sobre o risco de uniformidade de um processo de atendimento educacional, entendemos que a sistematização e operacionalização do processo educacional do AEE se fazem necessárias nos IFs, sobretudo numa instituição com uma imensa dimensão política pedagógica, de ensino, pesquisa e extensão, com diferentes níveis e modalidades de ensino e diferentes áreas do conhecimento, inovação científica, tecnológica, artística e cultural.

Acredita-se ainda que a transposição das legislações para um documento

orientador pode contribuir para que os núcleos se encontrem entre a pluralidade de leis e literaturas que abordam a educação especial, contribuindo na instrumentalização e sistematização dos serviços inerentes aos NAPNEs.

A finalidade de criar uma proposta de orientação aos núcleos não é trazer algo rígido ou padronizado, pelo contrário, introduzir elementos que possam nortear o trabalho desses profissionais, bem como sistematizar os processos pedagógicos da política pública de educação inclusiva no âmbito da EPT, além de ampliar as discussões e debates sobre as abordagens que permeiam a educação especial, sobretudo por uma perspectiva transformadora, inclusiva e emancipatória na formação complementar e suplementar dos estudantes no IFTO, pois, como explica Freire (2011, p. 48), "ensinar exige uma consciência do inacabado [...], mas que tem que ser assumida diante dos outros e com os outros".

Nesse sentido, o produto educacional (Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNEs: contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes) se mostra importante e útil e está alinhado a essa concepção. Além de abordar a funcionalidade e organização do NAPNE, traz orientações sobre o atendimento educacional especializado (AEE), a sala de recursos multifuncionais, os profissionais envolvidos e suas funções, a rede de apoio e diversas outras dimensões de atuação pedagógica. Isso dá aos núcleos maior visibilidade e diretrizes para o planejamento e discussões sobre as suas práticas, favorecendo a transposição das diretrizes da educação especial de maneira mais operacional e de forma fundamentada.

Justifica-se a proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral, por entender como "um caminho necessário", como esclarece Pacheco (2015) e Santos (2020), na busca por uma educação básica, técnica e tecnológica de nível médio transformadora para todos. Uma formação omnilateral e emancipatória do ser humano, como defendem Frigotto e Carvalho (2003), que vai além da inclusão das pessoas com deficiência na educação, favorecendo a participação e autonomia nas diferentes relações de aprendizagem da vida escolar/acadêmica, bem como nas relações sociais, econômicas, políticas, éticas e culturais, como explica Ciavatta (2005).

Nessa perspectiva que Scherer (2022) ao pesquisar a diferenciação curricular no ensino médio evidencia a importância de uma educação profissional de qualidade que possibilite ações inclusivas voltadas para a independência, a autonomia e a

emancipação dos estudantes com deficiência.

Já no que se refere ao Plano de Ensino Individualizado (PEI), foram analisados 03 documentos dos Campi Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. As demais unidades não apresentaram evidências sobre o uso do PEI. No caso do Campus Colinas, não foi identificado na pesquisa o uso desse tipo de documento, e a Reitoria não constatou nenhum documento relacionado. Vale destacar que o NAPNE Reitoria considera o núcleo responsável pela gestão dos núcleos dos demais Campi.

O NAPNE Araguaína utiliza um instrumento denominado “Formulário para Alunos com Necessidades Específicas” para o atendimento aos alunos do NAPNE, composto por duas partes. A primeira contém informações como a identificação do aluno, dados familiares, informações institucionais educacionais pregressas e atuais, avaliação geral no âmbito familiar (situação social, econômica, expectativas familiares sobre o aluno) e escolar (sobre as necessidades educacionais do aluno na visão da família), avaliação do aluno (condições de saúde geral, necessidades educacionais especiais do aluno, características do desenvolvimento do aluno - percepção, cognitiva, memória, linguagem, raciocínio lógico, desenvolvimento e capacidade motora, função emocional, afetiva e social).

A segunda parte, denominada Plano Pedagógico Especializado, é mais ampla e refere-se ao planejamento do atendimento educacional especializado com base no diagnóstico realizado inicialmente com os dados da primeira fase.

Tal plano contém informações como o período de execução, o nome do professor especializado no AEE, a forma de organização da oferta do AEE (sala de recursos, intérprete em Libras, monitor sala regular, hospitalizado, domicílio e outros), a frequência semanal e tempo do atendimento, composição do atendimento (individual, grupo, na sala regular), se haverá outros profissionais envolvidos, as áreas de desenvolvimento que serão trabalhadas com o aluno e os objetivos a serem atingidos (áreas cognitiva, motora, linguística, afetiva e social), as atividades que pretende desenvolver com os estudantes (se complementar ou suplementar, os tipos de adequação curricular, comunicacional, material e outros), metodologias, critérios e período de avaliação, além da assinatura do professor AEE.

O NAPNE Gurupi, conforme evidenciado em seus relatórios de gestão, possui uma estrutura física e organizacional pedagógica que possibilita a oferta do serviço de atendimento educacional especializado em pleno funcionamento, contando com

recursos pedagógicos e tecnologia assistiva. O atendimento AEE é conduzido por dois profissionais: um professor especializado no atendimento educacional especializado e outro no atendimento educacional especializado em autismo.

Para a operacionalização da prática do AEE nesta unidade, a equipe multiprofissional utiliza o plano de atendimento educacional especializado, que consiste em um conjunto de instrumentos com diferentes abordagens de cunho curricular, pedagógico, comportamental, social, entre outros.

O plano de AEE, conforme definido pelo NAPNE Gurupi, é composto por 8 anexos e abrange um conjunto de condutas centradas no estudante: identificação, avaliação diagnóstica, desenvolvimento do aluno, termo de aceite, termo de desistência/recusa, plano de atendimento educacional especializado (Plano AEE), avaliação processual e relatório final.

Na identificação, são tratados os dados pessoais e escolares, endereço, nome dos pais e necessidades educacionais específicas do estudante, tanto em relação aos recursos materiais, como guia, mesa adaptada, materiais de Braille, quanto aos recursos pedagógicos.

A avaliação diagnóstica é abrangente e contempla aspectos históricos da escolarização prévia ao ingresso no IFTO, além de aspectos pedagógicos e dimensões relacionais do desenvolvimento do aluno, tanto individual quanto social, na individual aspectos como atenção, memória, linguagem, raciocínio lógico e habilidades motoras. Esta avaliação é realizada pelo coordenador do NAPNE em conjunto com o professor do atendimento educacional especializado (AEE).

Entretanto, acredita-se que a fase denominada aplicação do Plano AEE coincide com a intervenção do Plano de Ensino Individualizado, que envolve a elaboração da proposta de ensino, sua aplicação e avaliação.

No Campus Porto Nacional, há uma sala de recursos multifuncionais e um professor especializado no atendimento do AEE para atender o público alvo da Educação Especial (PAEE) e outros estudantes com necessidades específicas. Além disso, utiliza-se o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para operacionalizar essa prática, embora com uma nomenclatura diferente. Esse documento contém informações como identificação do estudante, condições gerais de saúde, histórico educacional, situação educacional atual, detalhes do atendimento especializado, bem como orientações e adaptações (metodologias, materiais de apoio, métodos de avaliação e habilidades).

Nesta unidade, a equipe do NAPNE realiza o cadastro dos estudantes ingressantes que possam fazer parte do público-alvo do NAPNE, visando encaminhamentos necessários, como atendimento educacional especializado, adaptações de materiais e outros tipos de assistência, que não necessariamente se limitam ao atendimento educacional especializado.

No entanto, observou-se que existem diferenças nas denominações dos instrumentos de operacionalização da prática do atendimento AEE, bem como em suas abordagens, condições reveladas em outras pesquisas no âmbito dos IFs, como explica Santos (2020, p. 29) ao afirmar que "existem diferentes concepções e nomenclaturas para o planejamento do público-alvo da educação especial na EPT" e Tannús-Valadão e Mendes (2018, p. 13) ao referir que "existe uma variação entre os modelos de planejamento centrado na pessoa, que se refere à abrangência ou ao escopo do planejamento".

Sobre isso, analisamos alguns pontos. O Plano de Atendimento ao Estudante utilizado na unidade de Gurupi é composto por um conjunto de outros instrumentos. Em seu processo de atendimento ao estudante PAAE, envolve a participação de uma equipe multidisciplinar, tanto da EMPs do NAPNE quanto da rede de apoio externa. Ao mesmo tempo, identificou-se que o envolvimento da família aparece no Plano AEE no momento da assinatura do termo de aceite ou recusa do atendimento educacional especializado, embora se faça necessário aprofundamento sobre o viés investigativo subjacente que pode aparecer por meio de relatórios sociais, por exemplo.

Dentre os NAPNEs analisados, o Campus Araguaína é o único que aborda em seu regulamento o serviço de atendimento educacional especializado (Art. 6º), estabelecendo como prioridade o atendimento ao público-alvo da educação especial (Art. 6º, § único).

As literaturas apontam o Plano de Ensino Individualizado (PEI) como a melhor estratégia para a operacionalização do atendimento educacional especializado, que, segundo Santos (2020, p. 33), "é pautado na individualização do planejamento". Ele explica que esse modelo exige respeito ao currículo formal do estudante público-alvo da educação especial, levando em consideração as múltiplas necessidades de aprendizagem complementares e suplementares a esse currículo. Mas, esse modelo "não deve ser entendido como uma regra", como explica Vilaronga et al. (2022, p. 71).

Mas, como esta pesquisa buscou focar acerca dos documentos utilizados para o atendimento/planejamento individualizado do estudante PAEE (na organização pedagógica), sobre uso ou não do PEI, não foi possível trazer aqui referências de como o ensino na classe comum é planejado e se relaciona com o AEE, mas foi possível observar que os modelos possuem convergências em alguns aspectos (o diagnóstico, o planejamento, a intervenção, fatores sociais, comportamentais, educacionais (habilidades e dificuldades) e outros) e acenam para alguns princípios do PEI utilizado na educação de ensino médio nos Estados Unidos apontado por Santos (2020) e Tannús-Valadão e Mendes (2018), embora, um estudo que merece ser aprofundado.

Acerca especificamente do ambiente de atendimento AEE no IFTO, o entendimento do Programa TECNEP é que a equipe multiprofissional dos NAPNEs exerça uma equiparação nas ações da sala de recurso multifuncional. Mas como isso acontece no IFTO Tocantins? Como estão organizados esses ambientes? Existe uma regulamentação ou normativa?

Em busca dessas respostas, a partir das análises documentais (relatório de gestão), constatou-se que dos 04 Campi pesquisados, somente o Campus Porto Nacional possui sala de recurso multifuncional exclusiva na unidade, além da sala da coordenação do NAPNE.

Os campi que não possuem SRMs realizam o atendimento ao estudante público-alvo da educação especial (PAEE) em ambientes como a própria sala do NAPNE, como é o caso dos Campi Araguaína e Gurupi, ou talvez em outros ambientes, como salas de aulas que podem ser utilizadas no contraturno dos horários de aula do estudante PAEE. Pressupõe-se que, nesses casos, o atendimento ao estudante pode acontecer sem os recursos acessíveis como geralmente ocorre na sala SRMs.

Apesar de não ser obrigatório o uso da sala de recursos multifuncionais, como esclarecem as legislações, recomenda-se que o atendimento ao estudante seja realizado em sala estruturada com recursos didático-pedagógicos, tecnologias assistivas e profissionais especializados.

Não foi observado também nessas unidades regulamento ou normativa específicos para esses ambientes ou outros documentos que orientem como deve ser o uso da SRM ou mesmo o serviço de atendimento educacional especializado. Acredita-se que os profissionais que atuam nessas áreas e/ou a equipe do NAPNE

têm como base a política de inclusão do IFTO e/ou os regulamentos internos do NAPNE ou mesmo as legislações da educação básica, como o Plano Nacional de Educação Especial (2008).

Constatou-se ainda que os regulamentos dos três NAPNEs examinados (Araguaína, Gurupi e Porto Nacional) definem como deve ser o funcionamento e estrutura da sala do núcleo, porém em nenhum dos artigos faz menção sobre a sala de recurso multifuncional.

Sobre esse aspecto, o parágrafo único do Artigo 13 do Regulamento do NAPNE Campus Porto Nacional, por exemplo, “garante que a Gerência de Ensino proporcionará os meios e as condições materiais, além dos recursos humanos necessários ao pleno funcionamento do núcleo”, além da infraestrutura de pessoas e administrativa necessária para esse fim. Já o artigo 19 do Regulamento do Núcleo Campus Gurupi esclarece que o NAPNE deverá ter acessibilidade física e ser destinado ao setor de recursos como “mesa, computadores, telefone, cadeiras, mesa de reuniões, recursos didáticos específicos para atendimento do público e um servidor que garanta o atendimento”.

Essas disposições levam à mesma compreensão de Santos (2020) de que “o NAPNE tem a mesma função que a sala de recurso tem nas escolas municipais, estaduais e distritais”.

Embora seja importante destacar que o atendimento educacional especializado (AEE) requer um ambiente estruturado com recursos físicos, humanos e tecnologias assistivas e, em alguns casos, em sigilo de trabalho, havendo a necessidade de uma sala exclusiva e devidamente estruturada para isso. Dessa forma, a sala da coordenação do NAPNE pode e deve ser utilizada pela equipe multiprofissional para outras finalidades, como outros tipos de atendimento ao aluno e às famílias, professores, serviços administrativos, uso para produções por parte dos tradutores intérpretes de Libras, reuniões do núcleo e desenvolvimento de outras atividades.

Nessa perspectiva, a Política de Inclusão do IFTO estabelece que o atendimento educacional especializado “deve ser ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (IFTO, 2021, p. 2). No entanto, como a política foi aprovada em 2021, nota-se que essas prerrogativas não foram atualizadas nos regulamentos dos

NAPNES, o que pode resultar em diferentes interpretações pela equipe multiprofissional dos núcleos.

Apesar de as diretrizes da educação especial básica servirem de base na EPT, existem diferenças na atenção dada pela educação básica e educação profissional e tecnológica pelo Ministério da Educação, pois nos IFs ainda não existe um programa de incentivo financeiro ou pedagógico específico para implementação da SRM ou para aquisição de recursos pedagógicos acessíveis, como acontece no ensino regular (ensino básico).

É salutar, como explica Vilaronga et al. (2022), que os IFs possuem autonomia jurídica para implementar as próprias diretrizes relacionadas ao funcionamento interno da instituição. No entanto, nota-se uma necessidade emergente de ampliar essas discussões entre os NAPNES a fim de criar ou consolidar uma política financeira destinada à estruturação da educação especial.

Outro ponto a se destacar é a inexistência de uma política de contratação de professores especializados em cargos efetivos para o atendimento educacional especializado. As contratações, em sua maioria, estão sendo realizadas de forma terceirizada, como aponta a Carta de Manifestação dos Representantes dos NAPNES e setores correspondentes nas Instituições Federais de Ensino Superior, enviada ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania em 2023. Essa é uma realidade também vivenciada no Instituto Federal do Tocantins.

Além disso, a insuficiência de normatização e leis mais claras sobre os serviços do AEE na EPT pode estar fragilizando o desenvolvimento da política de educação especial nos Institutos Federais, fazendo com que a organização política, pedagógica e financeira caminhe a passos lentos.

Vale ressaltar que no Ministério da Educação foi restabelecido o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, que tem como objetivo a destinação de recursos financeiros para equipar salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos, destinadas ao atendimento educacional especializado, visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola. Contudo, esse programa abrange apenas as escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da Educação Básica, como estabelece a Resolução nº 15, de 7 de outubro de 2020 (Brasil, 2020). Geralmente, não funciona de forma permanente, sendo realizado por meio de credenciamento em chamamento público.

As Salas de Recursos Multifuncionais, no âmbito da educação básica, são os espaços mais difundidos para a realização do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sustentado pelo Art. 208 da Constituição Federal, destinado a estudantes público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), sendo obrigatória a oferta do AEE nas escolas básicas, preferencialmente em Salas de Recursos Multifuncionais.

Embora a sala de recurso seja um ambiente importante para o AEE, Santos (2020) explica que o distanciamento das práticas realizadas nas SRMs, aliado à ausência de um planejamento que englobe todos os processos de ensino e aprendizagem do estudante Público Alvo da Educação Especial (PAEE), resulta em uma atuação que acaba sendo realizada de forma segregada do currículo formal da escola.

Apesar da dimensão pedagógica, da estrutura física e humana, das políticas de acesso e apoio pedagógico, de assistência estudantil e outras existentes nos IFs serem diferenciais entre as Instituições de Ensino no país e contribuirão potencialmente para a inclusão, permanência e êxito dos estudantes com necessidades específicas nos IFs, nota-se que os NAPNES sem a sala de recursos multifuncionais, sem uma organização política pedagógica do AEE, sem profissionais especializados suficientes para atendimento integral dos estudantes, dificilmente atenderão todas as demandas estudantis no âmbito da educação especial. Sobretudo, o cumprimento das legislações dos direitos das pessoas com deficiência que visam à dignidade humana, não apenas garantindo a inclusão na educação, mas também a sua participação nas diferentes áreas de conhecimento, o direito de aprender e de participar de todas as formas de aprendizagem como os demais estudantes ingressados nos IFs.

4.4 Das ações afirmativas, educativas e de outras práticas desenvolvidas pelos NAPNEs do IFTO

A partir das análises de conteúdo, realizadas por meio de buscas na plataforma digital do IFTO, foi possível identificar que os NAPNEs do IFTO têm desenvolvido um conjunto de ações e práticas inclusivas. Dentre as ações identificadas, estão: acolhimento; eventos alusivos às datas de luta e defesa dos

direitos das pessoas com deficiência, principalmente relacionados à cultura dos povos surdos; projetos de ensino e extensão; calendário inclusivo; jornada pedagógica inclusiva; palestras, oficinas e saraus relacionados à LIBRAS; panfleto de orientação sobre o NAPNE; programa de monitoria para bolsistas atuarem no NAPNE; seminário de Educação Especial; e tradução do edital de seleção/vestibular em Libras. Assim, veja na Tabela a seguir o tipo de cada ação, uma breve descrição da(s) ação(ões) e o público-alvo atingido.

Tabela 7 - Ações afirmativas, educativas e demais projetos desenvolvidos pelos NAPNES

Tipo da ação	Descrição	Público Alvo	Fonte
Acolhimento em Libras	Treinamento de acolhimento em Libras, a Língua Brasileira de Sinais oferecido aos servidores da Reitoria com o objetivo de promover a inclusão da comunidade surda	Servidores da Reitoria	http://www.ifto.edu.br/noticias/servidores-da-reitoria-passam-por-treinamento-de-acolhimento
Acolhimentos Estudantes Ingressantes	Acolhimento dos estudantes de todos os cursos com a participação dos NAPNES com objetivo de explicar as atribuições e competência do núcleo.	Calouros dos Cursos Técnicos Integrados e Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio	http://www.ifto.edu.br/noticias/unidades-do-ifto-retornam-as-aulas-nesta-semana/acolhimento-dos-alunos-2020.pdf/view
Alusão ao Dia Mundial de Conscientização do autismo	Live Ação em alusão ao dia Mundial de Conscientização do autismo. Um bate-papo com mediação de uma profissional Técnica Especialista em Autismo, estudante autista e família.	Todos os cursos	http://www.ifto.edu.br/noticias/ifto-campus-gurupi-realiza-live-em-alusao-ao-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo
Alusão ao dia nacional de libras	Ação de sensibilização e conscientização aos estudantes e servidores, em razão do Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS. A ação envolveu a confecção de uma moldura e caixa temáticas que foram posicionadas em um espaço de convivência do campus, onde membros da equipe do NAPNE abordaram estudantes e servidores que transitavam pelo ambiente convidando-os a participarem do momento.	Estudantes e servidores	http://www.ifto.edu.br/noticias/napne-do-campus-gurupi-realiza-acao-em-razao-do-dia-nacional-da-libras
Alusão ao dia Nacional de LIBRAS	Ações que façam referência ao setembro amarelo, mês em que se promove e se intensifica a valorização da vida e prevenção ao suicídio, bem como do setembro azul, que é o mês escolhido para dar visibilidade à comunidade surda. Temas abordados: Live: A importância da família no bem-estar do estudante; Live: Saúde Mental e bem estar no home office; Tempo de Cuidar: Vamos conversar sobre bem-estar e saúde mental? e	Estudantes, pais de estudantes, servidores, colaboradores e comunidade externa.	Não disponível

	outras.		
Bolsista colaborador do NAPNE	Processo seletivo simplificado para seleção de bolsistas colaboradores de cursos da área da licenciaturas para atuarem junto ao NAPNE, dentre os objetivos auxiliar alunos com necessidades específicas nas atividades em sala de aula e extraclasse sob supervisão docente.	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/paraíso/campus-paraíso/seletivos/processo-seletivo/processo-seletivo-simplificado-para-a-selecao-de-bolsistas-colaboradores-do-campus-paraíso-do-tocantins-do-instituto-federal-de-educacao-ciencia-e-tecnologia-do-tocantins-1
Calendário Inclusivo	Calendário inclusivo com datas que fazem alusão aos dias nacionais ou internacionais da pessoa com deficiência ou com alguma necessidade educacional específica como: 04 de janeiro: Dia Mundial do Braille e 25 de janeiro: Dia Nacional de Combate e Prevenção da Hanseníase (Lei 12.135/2009). Saiba mais.	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/araguaina/campus-araguaina/ensino/napne/documentos/calendario-2018-napne.odt/view
Ciclo de Palestra	Em comemoração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, o I Ciclo de Palestras sobre a temática. Inicialmente dois alunos com necessidades educacionais específicas fizeram um relato de suas experiências, desafios e perspectivas, seguida das palestras com os temas “Como vencer obstáculos”; Os desafios da pessoa com deficiência na sociedade contemporânea. Descubra o que pode te fazer feliz. O objetivo do evento é levar as pessoas a refletir sobre a inclusão e o respeito às pessoas com deficiência.	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/noticias/napne-realiza-i-ciclo-de-palestras
Curso de extensão	Curso de extensão DANÇA, MÚSICA E LIBRAS: O SILÊNCIO QUE GRITA! Processo de seleção de estudantes de diferentes cursos por meio de Edital. O objetivo é potencializar as culturas Brasileiras, através da música e da dança em Libras, usando a criatividade, o estudo de Libras e a expressão corporal. Saiba mais.	Servidores, terceirizados, estudantes de todos os cursos e comunidade externa surda ou ouvinte	http://www.iftto.edu.br/noticias/divulgada-a-lista-de-selecionados-para-o-curso-de-extensao-danca-musica-e-libras
Curso de Extensão - Inclusão Surdo	“Formação: Inclusão do aluno surdo no ambiente educacional” dirigido aos docentes e técnicos administrativos com os seguintes temas: Libras e Surdez; O profissional Tradutor/Intérprete de Libras Educacional; Metodologias de Ensino Adequada para o Aluno Surdo; Relato de Experiência.	Docentes e TAEs	http://www.iftto.edu.br/noticias/napne-oferta-capacitacao-para-servidores-de-gurupi
Curso de Extensão em Libras	Chamada pública para curso de extensão em libras por meio de Edital. Curso básico de Língua de Sinais Brasileira - Libras realizada em dois turnos, como único requisito ter o ensino	Comunidade interna e externa	http://www.iftto.edu.br/noticias/divulgado-chamada-publica-para-curso-de-libras/edital-chamada-publica-curso-de-extensao-em-libras

	fundamental completo.		as.pdf/view
Curso de extensão - Inclusão Surdo	Atividades de extensão diversas como: Grupos de estudos, oficinas, palestras, rodas de conversas e eventos com estudantes interessados, extensionistas e professores, para interação dos estudantes surdos com a comunidade acadêmica e comunidade em geral.	Todos os cursos, professores	Não possui link de acesso disponível.
Curso de Libras	Curso finaliza módulo I com valorização da cultura surda. O curso é fruto do projeto de extensão "Identidade e cultura surda" o curso concentra-se na tradução, interpretação, expressão, cultura e identidade surda, fazendo com que os alunos possam conhecer um pouco mais sobre a cultura surda e suas especificidades, bem como desenvolver atividades práticas de Libras. Sendo pré-requisito para inscrição ter o Ensino Médio.	Ensino Médio	http://www.iftto.edu.br/noticias/curso-finaliza-modulo-com-valorizacao-da-cultura-surda
Documentário em alusão ao dia nacional de LIBRAS	A ação envolveu a produção de um mini documentário, com participação de todos os estudantes surdos que já estudaram e estudam na Instituição, bem como, dos profissionais que atuam na unidade. "O mini documentário constrói uma linha do tempo, alinhando a história do campus junto à aplicação da Lei de Libras, destacando o papel da unidade no cumprimento dessa legislação". Documentário disponível no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=LQulHe4ju4U	Estudantes e servidores	http://www.iftto.edu.br/noticias/unidade-de-gurupi-produz-documentario-em-alusao-ao-dia-nacional-da-lei-de-libras
Evento de Extensão em Alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência e ao Setembro Azul	Evento de extensão em alusão ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência e ao Movimento da Comunidade Surda Setembro Azul. Das ações, declamação em libras a poesia "O balé das mãos", além de uma apresentação sobre "O papel de uma associação para o fortalecimento da comunidade surda", palestra com o tema "Educação Inclusiva e permanência da pessoa surda no mercado de trabalho: limites e possibilidades" e mesa redonda. Saiba mais.	Comunidade interna e externa	http://www.iftto.edu.br/noticias/unidade-promove-evento-alusivo-ao-setembro-azul
Eventos Multicampi em Alusão ao Setembro Azul	Diferentes ações realizadas pelos NAPNES de cada Campus com apoio da Coordenação de Inclusão e Diversidade, atualmente Coordenação do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (PNE-Reitoria) ligada Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis em alusão ao Setembro Azul: mês da visibilidade da Comunidade Surda Brasileira. Das	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/noticias/unidades-do-iftto-realizam-acoes-pelo-setembro-azul

	ações, oficinas de Libras, cine com o tema ""O Milagre de Anne Sullivan", roda de conversa com estudantes dos cursos Técnico em Informática e Técnico em Agricultura, palestra sobre a "Importância da Comunicação em Libras no Ambiente Educacional", Técnica de ensino para surdos. Saiba mais.		
Eventos Multicampi em Alusão ao Setembro Azul	O mês de setembro é também conhecido como Setembro Azul: mês da visibilidade da Comunidade Surda Brasileira. A campanha busca conscientizar sobre a acessibilidade e a comemoração das conquistas obtidas pela comunidade surda ao longo dos anos. Várias oficinas foram ministradas de forma multicampi com diferentes temas como: "Práticas e contextualização de ensino para estudantes autistas e com deficiência intelectual", além de outras. A abertura ficou por conta dos professores especialista e tradutores intérpretes em libras por meio de um "Aulão de Libras" que pode ser revisto pelo Youtube (Acesse: https://www.youtube.com/watch?v=wEY_u3LYaamo).	Comunidade interna e externa	http://www.iftto.edu.br/noticias/setembro-azul-iftto-Conta-com-programacao-diversificada-nas-unidades
Exposição em LIBRAS	Garantir a visibilidade ao ensino de LIBRAS, o NAPNE promoveu uma exposição de materiais em LIBRAS	Estudantes e servidores	http://www.iftto.edu.br/noticias/napne-promove-exposicao-de-materiais-em-libras
Jornada Pedagógica Inclusiva	Jornada Pedagógica como tema central "O fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas". Dentre as ações, palestra com o tema " Adaptação Curricular para pessoas Neuro divergentes" e uma oficina "Quem sou eu e Atendimento ao Estudante Surdo". Saiba mais.	Docente e técnicos administrativos da área de ensino	http://www.iftto.edu.br/noticias/fortalecimento-de-praticas-pedagogicas-inclusivas-foi-tema-de-jornada-pedagogica-palestra-oficina-e-capitacao-fizeram-par-te-da-programacao
Oficina	Ação de sensibilização e conscientização aos estudantes e servidores, em razão do Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS celebrado oficialmente em 24 de Abril conforme Lei a lei 10.436/2002. Os participantes receberam informações acerca da ação realizada, da Lei de LIBRAS e os benefícios que a mesma trouxe para a comunidade surda. Escolhiam um termo com seu respectivo sinal em Libras para aprenderem a sinalizar. Em seguida foi gravado uma sequência de vídeos curtos para montagem de um vídeo em homenagem à data.	Estudantes e servidores	http://www.iftto.edu.br/noticias/napne-do-campus-gurupi-realiza-acao-em-razao-do-dia-nacional-da-libras

Oficina	Tenho um colega surdo, e agora?" Oficina <i>online</i> gratuita e com certificação para todos os públicos. Faz parte da programação do evento "Setembro Azul: Educação, Cultura e Protagonismo".	Todos os cursos e servidores	http://www.iftto.edu.br/noticias/inscricoes-abertas-para-oficina-2017-setembro-um-colega-surdo-e-agora
Oficina	Oficina: "Práticas de inclusão: atendimento a alunos com deficiência" dentro do evento Jornada Pedagógica dirigida aos servidores do Campus com objetivo de compartilhar os conhecimentos e práticas entre os educadores	Docentes e Técnicos Administrativos	http://www.iftto.edu.br/noticias/iftto-palmas-realiza-jornada-pedagogica-para-promover-integracao-e-troca-de-conhecimentos
Oficina	Oficinas temáticas em alusão ao dia 21 de setembro, data em que marca o Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência. Dos temas discutidos: Tecnologia Assistiva Educacional; Atendimento ao Público em Libras, Oficina Sensorial - TEA e Síndrome de Tourette, Tiques, Tocs e os Caminhos para combater a discriminação. Aberta ao público interno (servidores e alunos) e externo (comunidade).	Comunidade interna e externa	http://www.iftto.edu.br/noticias/inscricoes-abertas-para-oficinas-acessibilidade
Oficina de Libras	Oficina de Libras com o objetivo de disseminar a língua de sinais, bem como despertar o interesse dos alunos pela cultura surda, além de proporcionar o primeiro contato com o assunto, visto que faz parte da grade curricular do curso"; Cine Debate com a participação de alunos do 1º ano do curso técnico em Agropecuária. A #Hora da Inclusão, jogos de voleibol na modalidade sentado, inspirado nos jogos paralímpicos, de modo a sensibilizar os alunos para prática da inclusão na instituição.	Técnico Subsequente Superior	Não disponível.
Palestra	Palestra na Semana Pedagógica do Campus com o tema "A importância de Libras no ambiente Escolar" ministrada pelo representante do NAPNE.	Docente e técnicos administrativos	http://www.iftto.edu.br/noticias/capacitacao-visa-o-a-perfeicoamento-dos-servidores/folder_programacao_da_ix_de_28_a_29_de_janeiro.pdf/view
Palestra	Palestra ocorreu no evento Encontro Pedagógico com o tema "Educação especial: conhecer para respeitar" ministrado pela representante do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).	Docentes e Técnicos Administrativos	http://www.iftto.edu.br/noticias/campus-paraiso-do-tocantins-realiza-encontro-pedagogico
Palestra	Palestra em alusão ao dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência com objetivo de reafirmar a luta da pessoa com deficiência pela cidadania e participação plena em igualdade de condições. Nesta ação, realizado apresentação da função do Núcleo de	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/noticias/palestra-no-campus-avancado-pedro-afonso-marca-o-dia-nacional-da-luta-da-pessoa-com-deficiencia

	Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (Napne) e seus representantes.		
Palestra	Alusão ao Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais, comemorado no dia 24 de abril. "Tenho um colega surdo e agora?", que apresentou abordou a legislação sobre Libras, desmentiu mitos relacionados à Língua e ressaltou a importância do conhecimento sobre o tema em prol da inclusão dos surdos. Seguida de uma palestra "Tenho um aluno surdo e agora?" destinada, principalmente, para estudantes dos cursos de Licenciatura.	Todos os cursos	http://www.iftto.edu.br/noticias/palestras-abordam-convivencia-com-pessoas-surdas-no-ambiente-escolar
Palestra e Oficina	Jornada Pedagógica, que teve como tema central: O fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas. Palestra com o tema " Adaptação Curricular para pessoas Neurodivergentes" e oficina "Quem sou eu e Atendimento ao Estudante Surdo". Saiba mais.	docentes	https://www.iftto.edu.br/noticias/fortalecimento-de-praticas-pedagogicas-inclusivas-foi-tema-de-jornada-pedagogica-palestra-oficina-e-capitacao-fizeram-parte-da-programacao
Panfleto de orientação sobre NAPNE	Orientação ao público em geral do que é NAPNE, público alvo, seus objetivos e suas principais ações.		http://www.iftto.edu.br/iftto/reitoria/pro-reitorias/proae/inclusao-e-diversidade/documentos-e-normas/panfletodo-napne-gurupi/panfleto-napne-3-1.pdf/view
Programa de Monitoria	Programa de monitoria para estudantes com necessidades específicas (estudantes surdos e cegos). As aulas de monitoria ocorrem em uma sala de recursos, e são ministradas conforme um plano de estudo elaborado pelo Napne, juntamente com os professores.	Estudantes surdos e cegos	http://www.iftto.edu.br/noticias/iftto-oferece-monitoria-para-estudantes-com-necessidades-especificas
Programa de Monitoria	Abertura de edital para seleção de monitores remunerados para atuar em atividades de ensino no âmbito da educação especial, neste caso, para atuar nas atividades de ensino apoiado pelo NAPNE. Contribuir para realização de atividades de ensino para a recomposição da aprendizagem com vistas à permanência, inclusão e diversidade na perspectiva do êxito aos estudantes matriculados no IFTO.	Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e Cursos Superiores	http://www.iftto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/seletivo/edital-no-22-2023-selecao-de-monitor-remunerado-para-atuar-em-atividades-de-ensino-presencial-do-campus-gurupi-do-iftto
Projeto de Ensino "IF Acessível"	O projeto "IF Acessível" teve por objetivo promover a inclusão escolar e social dos estudantes com necessidades específicas atendidos pelo Napne do Campus Gurupi através da proposta pedagógica de tutoria de pares (Peer Tutoring) e produzir materiais didáticos acessíveis e tecnologia assistiva de baixo custo utilizando o Espaço Maker da unidade.	Estudantes com necessidades educacionais específicas	https://www.youtube.com/watch?v=DpARsgieO2k

Projeto de Ensino Batalha Naval Química adaptada à LIBRAS	O projeto Batalha Naval Química Adaptada à Libras foi desenvolvido por um Professor e apoiado pelo NAPNE com o intuito de ampliar a base sobre Química de um aluno surdo. Metodologia voltada à inserção de discentes com deficiência auditiva e a surdez. Além da contribuição ao aluno surdo, o projeto estimula os alunos ouvintes a aprenderem Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante as aulas da disciplina.	Ensino Médio	http://www.iftto.edu.br/noticias/batalha-naval-quimica-adaptada-a-libras-recebe-primeiro-lugar-em-evento-da-ufma
Projeto de Extensão Integração socioeducacional e cultural dos estudantes surdos	O projeto visa ampliar as possibilidades comunicativas da sociedade e diminuir barreiras ainda presentes entre Surdos e ouvintes, com enfoque na LIBRAS e na cultura e realidade Surda Brasileira no contexto escolar e sócio-cultural. Consiste em encontros presenciais no formato de grupos de estudos, oficinas, palestras, rodas de conversas e eventos com estudantes interessados, extensionistas e professores.	Estudantes e professores	Não possui link de acesso disponível.
Sarau em LIBRAS	"Sarau em Libras: Setembro Azul", ação culminante para as datas presentes no mês de setembro que envolvem a comunidade surda. O objetivo é proporcionar espaço para expressões culturais de cunho artístico protagonizadas por surdos e ouvintes, promovendo assim um espaço de interação social e cultural com a disseminação da Libras.	Estudantes, servidores e comunidade externa	http://www.iftto.edu.br/noticias/campus-gurupi-realiza-sarau-em-libras-em-alusao-ao-setembro-azul
Seminário de Educação Especial	Evento voltado à comemoração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, comemorado no Brasil no dia 21 de setembro. Um Seminário de forma presencial com inscrições limitadas para público interessado, direcionada principalmente para estudantes e servidores. Dentre as ações, minicurso com o tema "Organização da escola para o aluno surdo", oficina "Braille para todos, tecnologias inclusivas" e outros. O objetivo de gerar uma reflexão sobre a inclusão das pessoas com deficiência na Instituição de Ensino.	Estudantes todos os cursos e servidores	http://www.iftto.edu.br/noticias/campus-palmas-realiza-i-seminario-de-educacao-especial-na-proxima-sexta-feira-20
Tradução de Edital em Libras	A tradução completa de um edital em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos processos seletivos e vestibulares do IFTO visando facilitar o ingresso dos surdos à instituição.	Povos surdos (comunidade externa)	https://www.youtube.com/watch?v=7MzuiYVcvcw

Fonte: Instituto Federal do Tocantins (IFTT, 2023).

É evidente que os NAPNEs do IFTO têm se esforçado e empreendido um conjunto de ações nos últimos anos, contribuindo para a ampliação dos serviços prestados aos estudantes com deficiência ou outras necessidades educacionais específicas ingressados no IFTO, bem como aos servidores e à comunidade externa.

Essas iniciativas demonstram o quanto o IFTO tem avançado no desenvolvimento da política de educação especial e na luta e difusão dos direitos das pessoas com deficiência. No entanto, também revelam alguns aspectos que merecem atenção por parte dos núcleos.

Ao revisar os objetivos e o público-alvo do NAPNE, conforme previsto em seus próprios regulamentos e no Programa TECNEP, surge a questão de como os NAPNEs têm se preparado para atender o público-alvo da educação especial. É importante lembrar que os núcleos devem atender todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo de deficiência - seja ela intelectual, física, motora, sensorial ou múltipla, além daquelas com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e/ou até mesmo outras necessidades educacionais específicas, como idosos com mobilidade reduzida ou pessoas hospitalizadas.

Nesse sentido, observa-se que as ações identificadas no Tabela 5 não contemplam parte dessas áreas, em alguns casos, nem mesmo aparecem dentre as ações, como é o caso de temas relativos aos estudantes com alta habilidade ou superdotação (HD/SD), no que diz respeito à formação suplementar no âmbito da educação especial. Isso não significa que não exista estudante com essa especificidade no IFTO, mas pode apontar lacunas que os núcleos ainda precisam avançar. Essa condição pode se repetir com outros públicos, como os estudantes com dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), etc., o que requer um estudo aprofundado sobre o assunto.

Essa situação ressalta aos NAPNEs a importância de ampliar os serviços para garantir igualdade de condições na formação suplementar e complementar para todos os estudantes com necessidades educacionais específicas que frequentam os Institutos Federais, principalmente aqueles do público-alvo da educação especial (PAEE). Isso também indica a necessidade de direcionar as formações das equipes multidisciplinares para essas áreas, desenvolver estratégias

no processo de avaliação diagnóstica do estudante e oferecer um atendimento educacional especializado para esse público, entre outras intervenções.

4.5 Do acesso a informação sobre os serviços dos NAPNES

A acessibilidade comunicacional e a difusão das práticas pedagógicas e ações do NAPNE foram pontos importantes observados durante as análises. Ao pesquisar os dados no portal do IFTO, referentes às informações básicas do NAPNE, observou-se que apenas 02 (dois) Campi possuem espaço de divulgação dos serviços no portal digital do IFTO, que é um dos principais meios de comunicação digital com os estudantes, servidores e sociedade.

Os dados publicados pelos NAPNES são de acesso público, um desses Campi, encontra-se disponível pelo endereço eletrônico <http://www.iftto.edu.br/paraíso/campus-paraíso/ensino/napne>, no campo de ensino, contendo os seguintes conteúdos:

- I) Descrição do que constitui o napne com o seu principal objetivo;
- II) Contato de e-mail do napne;
- III) Ações realizadas pelos multicampi (de forma geral);
- IV) Calendário inclusivo.

Sobre esse aspecto, o Campus Gurupi criou recentemente (em setembro de 2023) um canal na plataforma de vídeos online na tentativa de ampliar a comunicação com o público-alvo do NAPNE, bem como com os servidores e a sociedade em geral. Nesse canal, são disponibilizadas informações sobre a funcionalidade e os objetivos do NAPNE, assim como temas relativos à inclusão das pessoas com deficiência, por meio de séries rápidas, como a série "Acessando o NAPNE. O que é o NAPNE?", disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=HdYgMYP50rg>.

É nítido que os NAPNES têm divulgado seus trabalhos e ações por meio do portal do IFTO, mas poucos divulgam seus serviços de forma permanente. Isso aponta para a urgente necessidade de criação de uma janela de informação própria dos núcleos no portal do IFTO, com dados atualizados e de forma contínua, a fim de que a comunidade estudantil se aproprie das informações sobre os serviços oferecidos pelo NAPNE, desde as políticas de acesso (reservas de vagas e ações afirmativas) até as ações de permanência e êxito.

Por sua vez, a divulgação das informações no portal serve tanto para subsidiar os profissionais que atuam no NAPNE na divulgação de relatórios de gestão e projetos, por exemplo, além de ser um canal de comunicação para divulgação das ações do núcleo com todos os educadores da instituição (gestores, professores, técnicos administrativos), principalmente para a difusão com o público que necessita acessar os serviços (os estudantes e famílias), cujas informações básicas são fundamentais para disseminação e transparência pública.

Vale destacar que a Lei de Inclusão Brasileira (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em seu artigo 2º (alínea d) define barreiras nas comunicações e na informação como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Conforme a Política Brasileira de Inclusão, a comunicação engloba diversas formas de interação dos cidadãos, incluindo línguas, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, sistemas de sinalização ou comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos multimídia, linguagem simples, escrita e oral, sistemas auditivos, meios de voz digitalizados e formas alternativas de comunicação, incluindo tecnologias da informação e comunicação (Brasil, 2015).

O Artigo 63 desta mesma lei é claro ao estabelecer que a acessibilidade nos sites de empresas com sede ou representação comercial no país, bem como nos sites de órgãos governamentais, é obrigatória para o uso das pessoas com deficiência.

Alguns dos pontos positivos observados no site do Instituto Federal do Tocantins são a acessibilidade à comunicação por meio de um tradutor digital VLibras, instalado para acesso às pessoas surdas que necessitam da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quando não há tradutor humano disponível, além da tradução dos editais de seleção de estudantes. O VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) do Português para Libras. Por outro lado, não observamos nesse mesmo site programas para garantir a comunicação para pessoas cegas ou com baixa acuidade visual, conforme as legislações garantem.

Com base nesse entendimento, o produto educacional proposto traz sugestões para a criação de um canal de comunicação do NAPNE na plataforma do

IFTO, bem como nas redes sociais, além de um Manual de Acessibilidade de Documentos Digitais para auxiliar na produção de documentos acessíveis, com exemplos práticos para a elaboração de "artefatos digitais" acessíveis a pessoas com limitações físico-motoras, cognitivas, sensoriais ou com outras necessidades específicas. Esse recurso foi desenvolvido pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pelo Centro Tecnológico de Acessibilidade.

4.6 Do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): O que diz sobre os NAPNES?

É importante salientar que o plano de desenvolvimento institucional do IFTO é o mecanismo norteador de todas as ações que serão implementadas pela Instituição em todas as áreas de atuação. De acordo com o PDI, a Coordenação de Inclusão e Diversidade é vinculada à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil no âmbito do Ensino. Assim sendo, a coordenação “atua em conjunto com os núcleos para a efetivação da referida política, que encontra-se em processo de formalização com o intuito de assegurar os direitos do público destinatário das ações” (IFTO, 2019, p. 155).

Sobre a dimensão da política de inclusão do IFTO, o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFTO, 2019, p. 81) faz menção de como as políticas de assuntos estudantis se associam às políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação do IFTO ao Ensino, definindo como a Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID) pode atuar de forma verticalizada no ensino técnico e profissional, conforme o Tabela a seguir.

Tabela 8 - Coordenação de Inclusão e Diversidade e as Políticas de Ensino, Extensão e Pesquisa do IFTO

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
c) Inclusão e Diversidade: Estudantes com deficiência: Ingresso (Cores: envio de laudos aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs ou setor equivalente); Plano de ensino individualizado; Formação docente para atendimento e	c) Inclusão e Diversidade: Produção de pesquisas dos núcleos;	c) Inclusão e Diversidade: Ações dos núcleos com comunidade externa; Parcerias externas; Participação em conselhos;

adaptações metodológicas e didáticas; Temas transversais: Ações dos núcleos de atendimento (NAPNE, NEABI, NAIDHIG – NEGES) sobre temas transversais presentes nos PPCs.		
---	--	--

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional, IFTO, 2020-2024.

Segundo o PDI, a Coordenação de Inclusão e Diversidade (CID) da PROAE atua em conjunto com os núcleos para a efetivação da referida política, que encontra-se em processo de formalização com o intuito de assegurar os direitos do público destinatário das ações. O Tabela 8 traz apenas menção de uma forma genérica e geral de como a CID pode atuar por meio dos núcleos, por sua vez, não apresenta distinção entre os níveis de ensino, o que pode levar a um entendimento sobre a ótica verticalizada da educação especial no âmbito da educação profissional e tecnológica pelo Instituto Federal do Tocantins.

Por outro lado, observou-se que o PDI faz menção principalmente à adoção de medidas para o acesso do estudante com algum tipo de deficiência, como as provas adaptadas e tradução dos Editais de seleção/vestibulares em LIBRAS e da necessidade de cadastro dos estudantes. No entanto, não faz referência ao atendimento educacional especializado ou ao público-alvo da educação especial, nem mesmo sobre a dimensão do público que deve ser atendido pelo NAPNE, tampouco sobre os dispositivos pedagógicos do atendimento educacional ao estudante PAAE.

De acordo com Dalmonech citado por Mendes (2017), uma das evidências da não observância consistente da política de educação especial nos Institutos Federais é a percepção abstrata do público-alvo a ser atendido pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). Isso também se reflete no documento PDI do IFTO para o período 2020-2024.

É importante destacar que um projeto educacional deve buscar não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas "a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social" (Pacheco, 2015). Não basta apenas incluir as pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas na EPT, pois além do direito ao acesso, é necessário construir uma educação participativa, em que os estudantes com deficiência tenham condições de

participar em todas as dimensões da educação, possibilitando uma oportunidade de aprendizagem como os demais, de forma que possibilite a autonomia nas relações escolares/acadêmicas e nas múltiplas relações sociais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional é taxativo ao dispor que "o processo de ensino é voltado para o estímulo à autonomia dos educandos" (PDI, 2019, p. 155), sendo o professor um mediador da (re)construção do conhecimento, de forma a contribuir na formação de estudantes proativos e críticos, capazes de solucionar problemas dentro e fora do contexto educacional, o que leva a uma rápida interpretação sobre os caminhos de uma educação politécnica.

No entanto, apesar do PDI trazer características sobre o egresso "crítico e autônomo", suas diretrizes têm que revelar o caminho dessas premissas. Um plano com poucas evidências sobre a política pública, sem uma definição clara sobre suas diretrizes, pode sustentar uma narrativa apenas para discurso, distanciando de uma ação prática inclusiva e humanística, sobretudo, no caminho da perspectiva da "formação humana integral" (Ciavatta, 2005; Pacheco, 2015).

Cunha apud Rech (2012) alerta que a política da inclusão faz parte das estratégias da sociedade capitalista para manter sua hegemonia do Estado e aparece de maneira mais expressiva na política educacional com o intuito de incluir determinados públicos, historicamente excluídos da lógica mercantil, em busca de sociabilidade e controle social.

Frente a isso, Carvalho (2003, p. 132) define que a "escola unitária e o ensino politécnico, como forma de sua realização, continuam em pauta e que segundo os autores Frigotto e Carvalho (2003) o seu debate é crucial na sociedade Brasileira contemporânea para buscar romper com todas as formas de exclusão social e para construir um industrialismo e um processo educativo que caminhe rumo à formação omnilateral e à emancipação humana.

Adequar às diretrizes da educação especial inclusiva no documento PDI de forma clara e objetiva faz-se extremamente necessário para caminhar nessa perspectiva de educação técnica profissional, assim como nos regimentos internos e demais documentos regulatórios do IFTO, de forma que a Instituição dê passos adiante da organização política pedagógica da educação especial, contudo abarque as diretrizes nacionais e internacionais dos direitos da pessoa com deficiência. "No caso dos IFs, esse planejamento amplo integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)" como explica Vilaronga et al. (2022, p. 73).

Vale destacar ainda que a resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Brasil, 2001), dispõe que as flexibilizações e adaptações curriculares podem ser realizadas nos conteúdos básicos, nas metodologias de ensino, nos recursos didáticos e nos processos avaliativos para viabilizar o ensino de conteúdos, desde que estejam propostas no projeto pedagógico da escola.

Nesse sentido, para que a educação básica, técnica e tecnológica caminhe numa perspectiva transformadora, emancipatória e para todos, é preciso que os documentos que organizam e normatizam a Instituição apontem esses rumos, se integrem em todas as políticas públicas da Instituição, não somente nos projetos políticos de cursos, nos planejamentos pedagógicos, no plano de formação dos educadores, dentre outros.

4.7 Análises e discussões da avaliação e aplicação do produto educacional

Como a proposta pedagógica tem caráter propositivo e orientador sobre as práticas e ações dos NAPNES no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica na perspectiva da formação humana integral dos estudantes, a aplicação do produto educacional deu-se por meio de apresentação aos próprios trabalhadores que atuam com a política pública, aos coordenadores e à equipe multiprofissional dos NAPNES. Esse momento proporcionou aos participantes espaços de discussão, questionamento e opiniões sobre o produto educacional e os resultados da pesquisa.

A pesquisa avaliativa consistiu em fazer uma leitura acerca da intenção dos participantes quanto à usabilidade do produto educacional para o trabalho da equipe multiprofissional dos NAPNES, bem como para a organização pedagógica desses núcleos. Contudo, identificar as impressões dos próprios atores que atuam junto ao núcleo acerca do conteúdo apresentado nas quatro seções da Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES.

Este processo permitiu identificar o nível de concordância dos participantes sobre o produto educacional proposto. Para isso, utilizou-se como escalas as seguintes variáveis: i) Discordo totalmente (1), ii) Discordo parcialmente (2), iii) Não sei responder (3), iv) Concordo parcialmente (4), v) Concordo totalmente (5). Além disso, uma questão discursiva (item 7) foi incluída para manifestação dos

participantes, como apontamentos, críticas e sugestões acerca da proposta pedagógica.

A aplicação do produto educacional consistiu na apresentação da Proposta Pedagógica aos coordenadores e à equipe multiprofissional dos NAPNES e ocorreu de duas formas: presencial e digital. A apresentação presencial foi realizada para os núcleos de Porto Nacional e Reitoria, nos dias 18 e 25 de março de 2024, respectivamente. Já as demais unidades, Araguaína, Colinas e Gurupi, foram realizadas de forma online por meio da plataforma Google Meet entre os dias 19 de março e 02 de abril do mesmo ano.

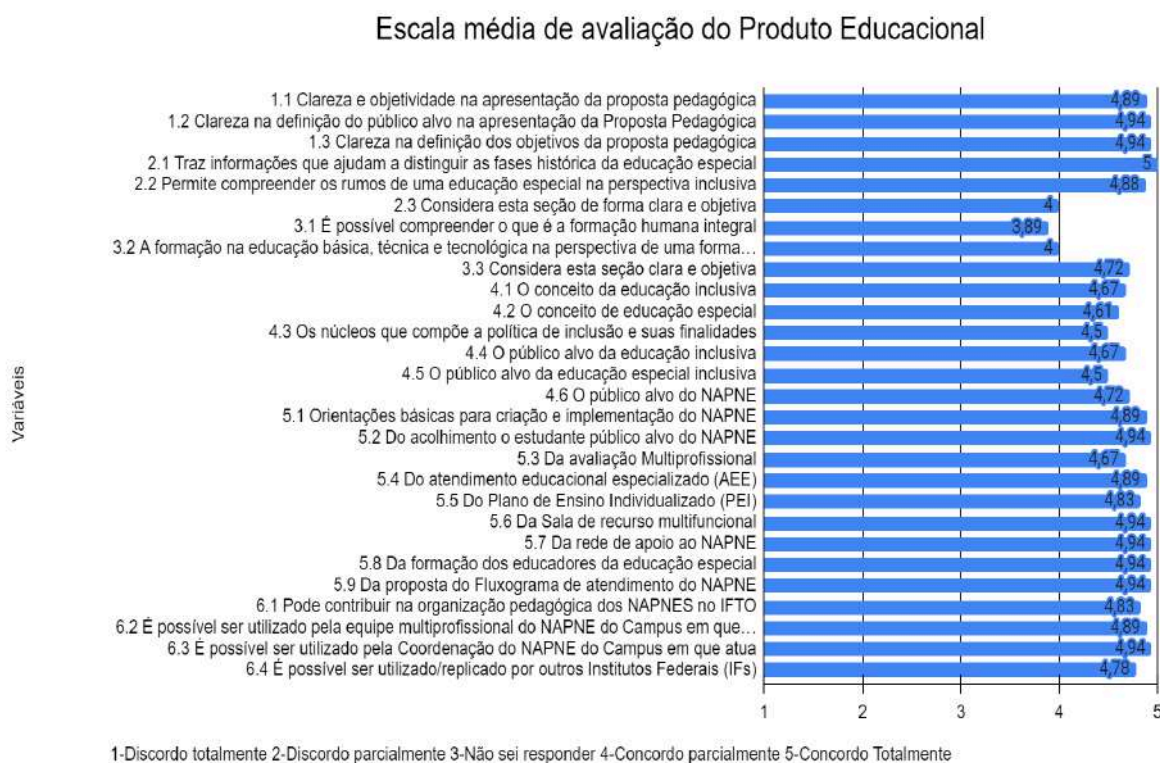
Esse momento proporcionou às equipes dos NAPNES espaços de discussão e questionamento, tanto sobre o produto educacional quanto sobre os resultados da pesquisa teórica e documental. Além disso, permitiu esclarecer acerca dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos interessados em participar da pesquisa, disponibilizando o link do questionário de avaliação do produto educacional aos voluntários da pesquisa.

4.7.1 Dos resultados e análises da avaliação

A análise dos dados, utilizando como instrumento de coleta o modelo de escala Likert, baseou-se na soma das respostas dos participantes sobre o conteúdo de todas as seções do produto educacional sobre a escala de 1 a 5, sendo 1 para discordo totalmente e 5 para concordo totalmente, sendo 3 (não sei responder) como a escala mediana.

Assim, veja no gráfico abaixo as variáveis correspondentes às perguntas do questionário de avaliação, a escala média dessas variáveis que correspondem às respostas de 18 (dezoito) profissionais dos NAPNES do IFTO que participaram da pesquisa avaliativa.

Gráfico 1 - Avaliação do Produto Educacional pelas equipes multiprofissionais dos NAPNES do IFTO



Fonte: Autores (2024)

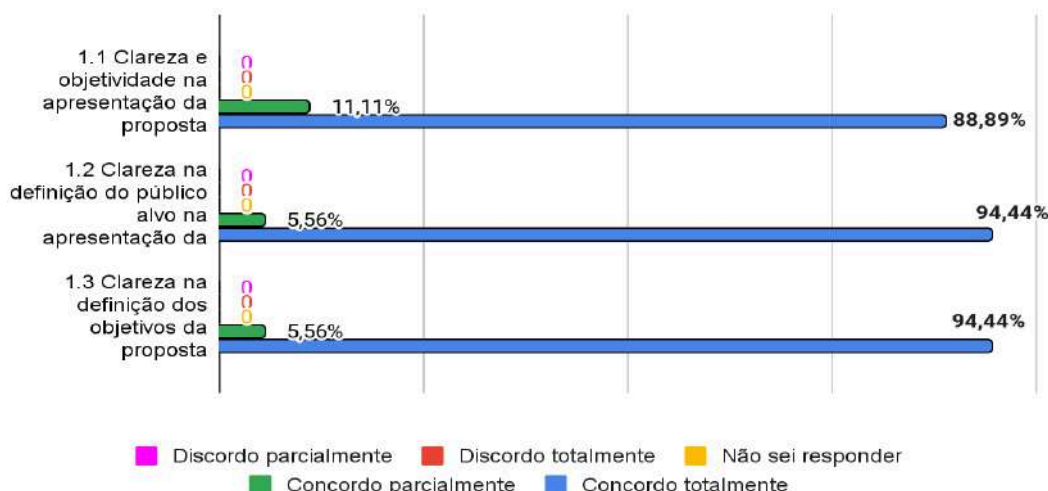
Como pode ser observado no Gráfico 1, a escala de 4 (concorda parcialmente) e 5 (concorda totalmente) são as que mais representam as respostas dos participantes sobre todas as 29 variáveis do questionário. Tal escala revela um conceito elevado de satisfação dos profissionais acerca do conteúdo da apresentação, objetivos e sobre as quatro seções do produto educacional, o que denota a relevância da proposta pedagógica para os NAPNES, além de acenar uma possível usabilidade por parte desses núcleos no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Não somente revela a importância da Proposta Pedagógica para os profissionais dos núcleos do IFTO, mas de como essa ferramenta pode contribuir para a organização político-pedagógica dos núcleos, consequentemente para melhoria da formação suplementar e complementar dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

Optamos por transpor essas escalas em percentuais, nos gráficos a seguir, a fim de mostrar uma visão ainda mais detalhada de como os profissionais avaliaram cada seção do produto educacional, iniciando pela apresentação e objetivos.

Gráfico 2 - Avaliação dos participantes sobre a apresentação e objetivos do produto educacional.

Da apresentação e dos objetivos da Proposta Pedagógica

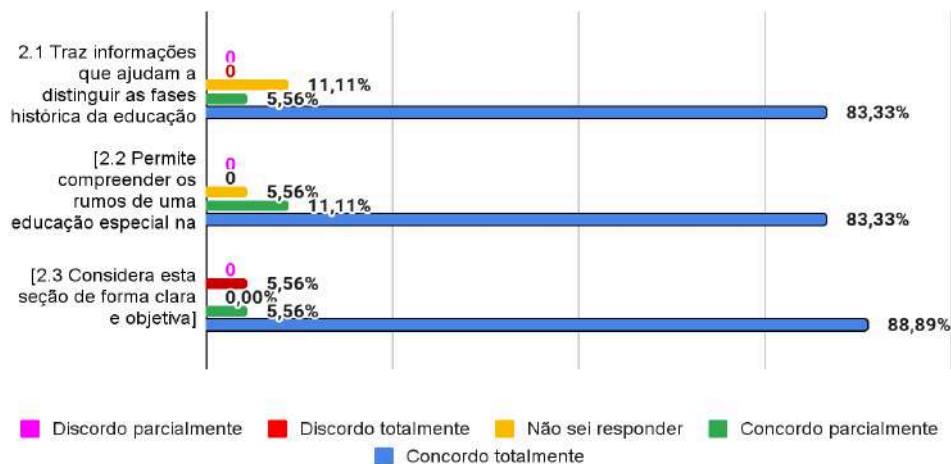


Fonte: Autores (2024)

As primeiras perguntas da avaliação do PE buscaram identificar a opinião dos participantes quanto à objetividade na apresentação e clareza na definição do público-alvo e dos objetivos. O gráfico 2 representa um percentual médio de concordância total que chega a 92,59%, somando as três respostas, o que leva a entender que a maioria dos profissionais assimilaram a finalidade da proposta. Somado aos que responderam que concordam parcialmente, representa 100% dos participantes da pesquisa.

Gráfico 3 - Avaliação das participantes sobre a seção I que dispõe sobre a memória da educação especial na perspectiva inclusiva.

Seção I - Memória da educação especial na perspectiva inclusiva



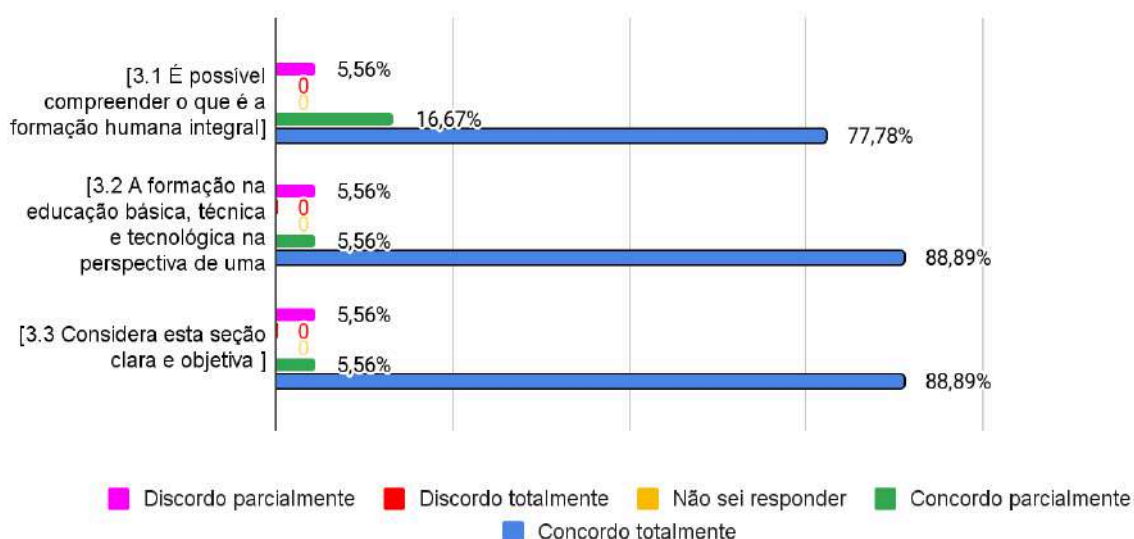
Fonte: Autores (2024)

Esta seção, conforme revela o gráfico 3, demonstra uma escala positiva sobre as três variáveis que dispõem sobre as fases históricas da educação especial e os rumos de uma educação especial sob a perspectiva inclusiva. Ao perguntar se a seção está de forma clara e objetiva, 83,33% responderam que concordam totalmente e 5,56% parcialmente, 11,11% que discordaram totalmente, o que indica que a maioria dos profissionais assimilaram essa distinção das fases histórica do atendimento da educação especial para as pessoas com deficiência, sobretudo, os rumos de uma educação inclusiva.

É importante referenciar "que o processo de exclusão escolar ocorre a partir do momento em que os sistemas de ensino universalizam o acesso ao ensino", como explica Machado (2016, p. 1355), pois é nesse momento que ocorre a hegemonia do grupo escolar e pode ocorrer a exclusão escolar. Nesse sentido, as orientações sobre a exclusão educacional elencadas na seção II permitem trazer ao leitor uma concepção sociológica do processo histórico da relação das pessoas com deficiência e a educação, por a luz as memórias da educação das pessoas com deficiência e sobre o espaço social que essas pessoas ocupam na escola.

Gráfico 4 - Avaliação das participantes sobre a seção II que dispõe a Perspectiva para Formação Humana integral dos estudantes na EPT.

Seção II - Perspectiva para Formação Humana Integral dos Estudantes na EPT



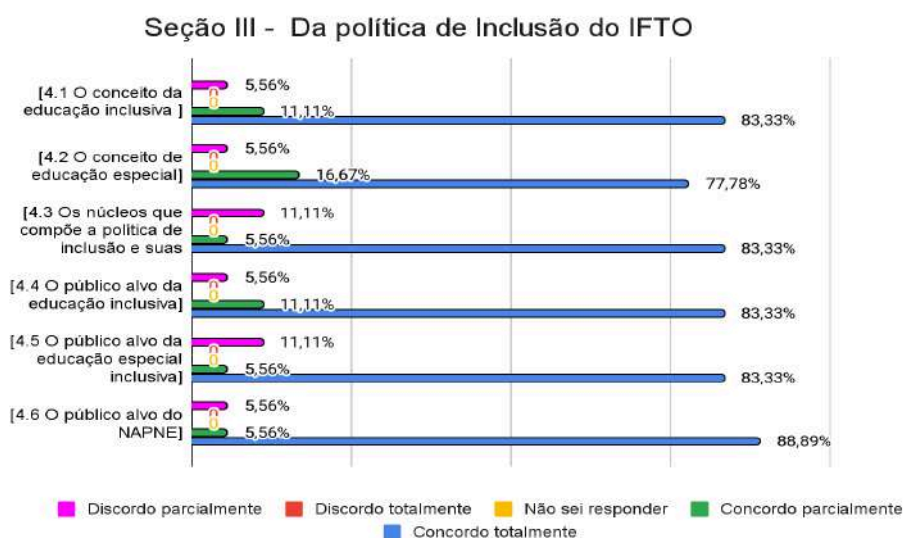
Fonte: Autores (2024)

Em relação às opções indicadas pelos profissionais (Gráfico 4), a maioria deles respondeu que é possível compreender o que é a formação humana integral (77,78%), bem como a formação da educação básica, técnica e tecnológica sob essa perspectiva (88,89%), sendo que 88,89 indicaram que a seção está clara e objetiva. No entanto, nota-se que 5,56% deles discordam parcialmente em todas as três perguntas apresentadas.

Apesar da baixa representatividade da não concordância nas respostas, entende-se a importância de esclarecer melhor o tema, o que possivelmente pode facilitar a esses e outros profissionais que porventura apresentem alguma dificuldade para compreensão do que é a formação humana integral. Por isso, optou-se pela complementação de um vídeo explicativo nesta seção.

Destarte, a formação humana integral enquanto categoria é complexa e necessita de aprofundamento para compreender sua gênese conceitual, ontológica e histórica. Entende-se que a proposição e ação sobre a sua perspectiva não necessariamente precisam da sua menção, mas que se faz presente na proposta pedagógica com o sentido de aproximar o leitor acerca do tema e permitir conhecer algumas premissas que norteiam a formação humana integral. Ainda que de forma sintética, os caminhos para uma educação básica, técnica, profissional e tecnológica transformadora, inclusiva e autônoma para formação dos sujeitos que dela acessam, sobretudo dos grupos minoritários como as pessoas com deficiência.

Gráfico 5 - Avaliação das participantes sobre a seção III que dispõe sobre a política de Inclusão do IFTO.

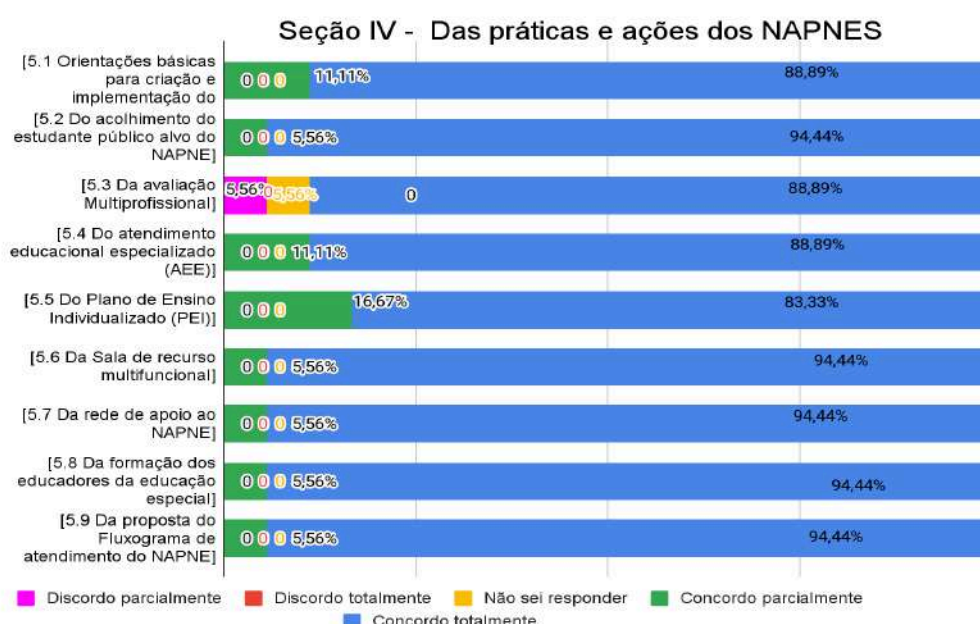


Nota-se, pelo gráfico 5, na primeira variável que houve um consentimento da maioria (88,89% e 5,56%) que concordam totalmente ou parcialmente com o conteúdo que define o público da educação especial, de educação inclusiva, de quem é o público-alvo da educação especial, da educação inclusiva e principalmente sobre o público-alvo do NAPNE, que representam o maior valor entre as 06 perguntas desta seção (88,89%), embora tenha havido discordância (5,56%).

Dessa forma, entende-se que os profissionais compreenderam com clareza as atribuições do NAPNE, do público-alvo, principalmente a distinção do público-alvo da educação inclusiva e da educação especial, o que pode trazer mais clareza sobre o público-alvo do núcleo. Contudo, melhorar o atendimento aos estudantes que necessitam deste serviço.

É imprescindível destacar que a política de inclusão do IFTO, composta por 40 artigos, trouxe clareza não somente nas definições do público-alvo, mas em diferentes serviços da educação especial do Instituto Federal do Tocantins. Considera-se um marco legal e político-pedagógico para o IFTO, cujas suas definições contribuíram significativamente para as orientações no produto educacional.

Gráfico 6 - Avaliação dos participantes sobre a seção IV que dispõe sobre as práticas e ações pedagógicas do NAPNE.



Fonte: Autores (2024)

O gráfico 6 representa uma avaliação majoritária do produto educacional, composta por 09 variáveis (perguntas), haja vista que é nessa seção que estão a maioria das ações e práticas de orientação e sugestão ao NAPNE contidas no produto educacional, desde orientações básicas para criação do núcleo até a avaliação diagnóstica e de atendimento especializado ao estudante (AEE).

Para cada variável contida nesta seção foi perguntado se o conteúdo está claro e objetivo. Todas as 9 (nove) variáveis possuem um percentual acima de 83% que concordam totalmente com o conteúdo da seção, o que representa um elevado nível de satisfação. Nesse sentido, elegemos alguns deles para uma análise mais aprofundada dos dados.

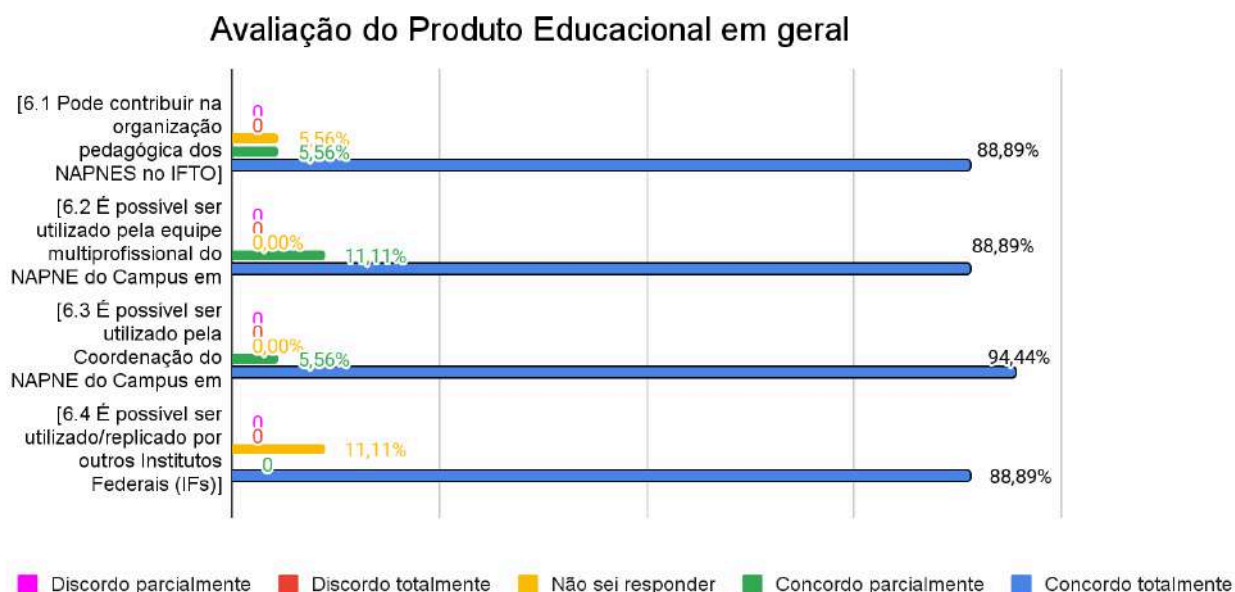
Ao perguntar sobre as orientações básicas de criação e implementação do NAPNE, 88,89% responderam que concordam totalmente e 11,11% sinalizaram que concordam parcialmente. Sobre o acolhimento do estudante, 94,44% marcaram que concordam totalmente e 5,56% parcialmente. Da avaliação multiprofissional do NAPNE, 88,89% concordam totalmente e 5,56% parcialmente, sendo que 5,56% discordam parcialmente.

Sobre o atendimento educacional especializado (AEE), 88,89% concordam totalmente, sobre o plano de ensino individualizado (PEI), 83,33%, e sobre a sala de recurso, 94,44%. Os que concordam parcialmente, respectivamente 11,11%, 16,67% e 5,56%.

Quando perguntado sobre as orientações relacionadas à rede de apoio ao NAPNE, à formação dos educadores e à proposta do fluxograma de atendimento ao aluno do NAPNE, todas as três possuem um percentual igual de respostas (94,44%), responderam que concordam totalmente. Da mesma forma, a resposta quanto ao percentual de concordância parcial, 5,56% para cada.

Nota-se nesta seção um elevado índice de aceitação entre os participantes, cujas as propostas dos 5.1 a 5.9 tiveram concordância total ou parcial, sendo a concordância total com maior nível de aceitação 94,9%. Dessa forma, entendemos que os profissionais avaliaram que as práticas e ações do NAPNE estão claras e objetivas e atendem às suas expectativas.

Gráfico 7 - Avaliação dos participantes sobre o produto educacional em geral.



Fonte: Autores (2024)

O gráfico 7 revela com clareza os resultados sobre o produto educacional em geral, se o produto é exequível para os NAPNES, para as equipes multiprofissionais, coordenação do núcleo e se é possível ser replicado em outras Instituições de Ensino. Assim, observe que 89,89% concordam totalmente que a proposta pedagógica é uma ferramenta útil e pode contribuir significativamente para os NAPNES, tanto para a realização dos trabalhos das EMPs (88,89%), quanto aos coordenadores desses núcleos (94,44%) e para outras instituições no âmbito da EPT (88,89%). Esses dados, portanto, representam uma reafirmação do que já foi apontado nos resultados e discussões das análises documentais, contudo, uma resposta à problemática e aos objetivos levantados nesta pesquisa.

Em se tratando das discordâncias dos participantes na avaliação do produto educacional, observamos que essas escalas correspondem às seções II e III, (gráficos 5 e 6). Embora as escalas de concordância correspondam à satisfação majoritária dos participantes em todas as 29 variáveis do produto educacional, considera-se importante as opiniões atenuantes dos participantes para uma possível revisão ou complementação do conteúdo apresentado.

Em se tratando das respostas discursivas, veja a tabela a seguir uma análise do resultado das avaliações sobre o produto educacional.

Tabela 9 - Respostas discursivas da avaliação do produto educacional.

Categorias	Análises de conteúdo das respostas da avaliação do produto educacional		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Satisfatório ao NAPNE	4	16,66%	“vem ao encontro com as necessidades dos NAPNES” “vem ao encontro com as nossas necessidades” “auxiliar os NAPNES” “atende satisfatoriamente”
Não satisfatório	0	0%	Não houve resposta

Fonte: Organizado pelos autores (2024)

Ao analisar as considerações, sugestões ou críticas acerca do conteúdo da proposta pedagógica (da apresentação, das 04 seções e sobre o produto em geral), ao interrogar os participantes no item 7 do questionário de avaliação (Apêndice E), do total de 18 participantes, 04 manifestaram suas opiniões de forma discursiva. Todos eles apresentam que o produto educacional atende aos anseios e necessidades dos trabalhadores do núcleo.

Assim, não houve sugestões ou críticas que pudessem apontar ajustes ou complementação em nenhuma das seções discordadas, seja total ou parcial. Sobre aqueles que discordam em algumas das seções avaliadas, houve manifestação apenas de um dos participantes, a qual descreveu que o PE “atende as necessidades do núcleo”, o que não corresponde ao fator atenuante da resposta escalonada.

Elegemos trechos das respostas de dois participantes:

Resposta 1 - “vem ao encontro das necessidades dos NAPNES”

Resposta 2 - “auxilia no trabalho das equipes”

Observa-se que as respostas são comuns ao afirmar que o produto educacional vem ao encontro de suas necessidades de trabalho enquanto

profissionais e membros do NAPNE. Todavia, vem apenas confirmar as indagações acerca do problema levantado no projeto de pesquisa, de que o documento orientador pode contribuir com o trabalho das equipes multiprofissionais e na organização pedagógica dos NAPNES do IFTO de forma significativa, considerando ainda as diferentes manifestações dos participantes nos gráficos anteriores.

Apesar dos resultados das escalas da pesquisa avaliativa elegerem o produto educacional uma proposta usual aos NAPNES, optou-se por fazer uma complementação de um vídeo explicativo do que é a formação humana integral na seção II, a fim de auxiliar melhor os leitores na compreensão.

Após a aplicação/avaliação, realizou-se a diagramação final para defesa da dissertação e possível publicação no observatório do ProfEPT.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de educação inclusiva não é algo fácil, requer o envolvimento de toda a instituição de ensino, os educadores, famílias e sociedade. Para as pessoas com deficiência, não se trata apenas de romper as barreiras estruturais, mas principalmente atitudinais, como superar as práticas tradicionais da escola e alcançar a aceitação por parte dos atores educacionais. Isso demanda o engajamento conjunto de toda a instituição, forças individuais e coletivas dos educadores, alunos e famílias, contudo, na compreensão do seu papel no processo de ensino.

Os NAPNEs têm um papel importante na Educação Profissional e Tecnológica para articular e fomentar políticas de educação especial sob a perspectiva inclusiva, a fim de garantir a igualdade de condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e êxito para as pessoas com deficiência ou para aquelas que possuem alguma necessidade educacional específica.

No IFTO, os resultados da pesquisa desenvolvida neste estudo revelam como os NAPNEs têm promovido diferentes ações e práticas inclusivas nos últimos anos, trazendo importantes avanços para a educação especial, como a recente aprovação da política de inclusão, a contratação de profissionais especializados, ainda que de forma terceirizada, a criação de coordenações dos NAPNEs com função gratificada, entre outras. Por outro lado, os resultados desta pesquisa revelam também alguns desafios.

Dentre os principais, apontam o que outras pesquisas já demonstraram sobre a organização dos NAPNEs nos IFs. "Existe uma distinção na funcionalidade e organização dos NAPNEs entre os Institutos Federais do Brasil ", como explica Borges (2019). No Instituto Federal do Tocantins, essa diferença ocorre entre os seus próprios campi, tanto na estrutura física e humana quanto na organização política pedagógica.

Ao analisar os documentos que tratam sobre a educação especial no âmbito do IFTO, resoluções, portarias, regulamentos e a própria política de inclusão do IFTO, observou-se que apesar de existir uma concordância acerca de algumas disposições como a funcionalidade, competência e objetivos dos NAPNEs, há ainda um descompasso no que confere a composição, organização pedagógica e operacionalização dos serviços, desde os aspectos regimentais dos próprios

regulamentos até a operacionalização do atendimento educacional especializado (AEE), os ambientes da sala de recurso multifuncional e dos profissionais especializados que operacionalizam os serviços.

Algumas condições estão relacionadas à insuficiência na formação continuada dos membros dos núcleos, à falta de um plano estratégico de formação continuada para professores (dividido por áreas de conhecimento comum, técnicas e tecnológicas). Outro ponto consiste na fragilidade das ações colaborativas dos serviços operacionalizados pelos NAPNEs, pois não existe na maior parte desses núcleos uma definição clara sobre os processos educacionais do serviço do núcleo (ex: fluxos, protocolos, planejamentos de formação e outros).

O IFTO vivenciam ainda um momento de transição sobre a designação da figura responsável pela condução da equipe multiprofissional dos NAPNES, de presente de Comissão para coordenação nomeado CNAPNE, e da Coordenação de Inclusão e Diversidade (PDI, 2020) para a coordenação denominada CNAPNE Reitoria, como responsável pelo gerenciamento dos NAPNES multicampi.

Observou-se também uma rotatividade na função de coordenação dos NAPNES, apesar da maioria serem tradutores intérpretes em libras como aponta a pesquisa, alguns estão lidando pela primeira vez com esta política pública. Além disso, muitos deles não possuem formação na área da educação especial, o que reforça a importância de um plano de formação continuado.

Essas condições, somadas a outros fatores como a falta de profissionais especializados e a ausência de diretrizes da política de educação especial no âmbito da EPT, podem ser algumas das condições que estejam interferindo diretamente na qualidade do atendimento aos estudantes públicos do NAPNE, conseqüentemente, em sua plena participação, aprendizagem, permanência e até mesmo êxito no IFTO.

Não basta apenas às leis, é necessário haver uma ação conjunta, um investimento do Governo Federal em recursos humanos, físicos, além de uma força didático-pedagógica que efetivamente faça com que as leis sejam materializadas e operacionalizadas na prática, de forma que proporcione ao estudante a equidade na relação ensino-aprendizagem como os demais estudantes, possibilitando alcançar outros patamares nas relações sociais, sua inclusão no mercado de trabalho, a participação política e cultural, dentre outras dimensões da vida social.

Nessa perspectiva surge-se a “Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNEs: contribuições na perspectiva da formação humana integral” (Apêndice A)

dentro do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica na linha de organização e memórias, afim de contribuir com o trabalho dos NAPNEs do IFTO e para a organização pedagógica da educação especial na perspectiva inclusiva nesta Instituição, pois durante os estudos, constatou-se que não existia ainda um documento orientador nesse formato que pudesse contribuir com o trabalho dos EMPs dos núcleos no Instituto Federal do Tocantins.

Tal proposta foi apresentada a 21 profissionais que atuam nos NAPNEs de Araguaina, Colinas, Gurupi, Porto Nacional e Reitoria, seguida de uma pesquisa avaliativa com a participação de 18 profissionais.

Dos resultados da avaliação, ao somar as respostas dos profissionais que afirmaram que concordam total ou parcialmente com o produto educacional, 99,45% responderam que a proposta pode contribuir na organização pedagógica dos NAPNEs, com o trabalho das EMPs (100%), e com o trabalho dos coordenadores que atuam na gestão dos NAPNEs (100%). Além disso, 100% dos participantes responderam que concordam de alguma forma, totalmente ou parcialmente, que a proposta pedagógica pode ser replicada por outras instituições no âmbito da EPT.

Esses resultados, portanto, permitiram responder à problemática e aos objetivos levantados nesta pesquisa, de que um documento orientador pode contribuir significativamente com os trabalhos das equipes multiprofissionais e na organização pedagógica dos NAPNEs. Todavia, a finalidade não é trazer algo rígido e acabado, mas introduzir elementos que possam nortear o trabalho dos profissionais dos núcleos, além de ampliar discussões e debates sobre as abordagens que permeiam a educação especial na perspectiva inclusiva, sobretudo na perspectiva da formação humana integral.

Espera-se que a proposta seja operacionalizada pelos núcleos do Instituto Federal do Tocantins, bem como por outras Instituições de Ensino no âmbito da EPT, devidamente adequadas às suas realidades.

Os resultados e discussões deste estudo permitiram enxergar novos horizontes para continuidade de estudos ligados a essa temática, tanto na linha de organização e memórias, quanto ligadas às práticas pedagógicas no âmbito da educação especial e inclusiva na EPT. Dos quais podemos citar relativos ao Plano de Ensino Individualizado (PEI) para os diferentes públicos da educação especial ou mesmo no campo da formação dos educadores para as equipes dos núcleos, para os professores da sala regular e AEE, metodologias de ensino para os estudantes

PAEE, pois entendemos que são espaços que merecem ser avançados no âmbito da educação especial do IFTO.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cláudia Mendes de. **Os saberes históricos escolares e o currículo de história como uma possibilidade emancipatória no ensino médio da educação de jovens e adultos**. 2011. 243 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/handle/tede/4643>. acesso em: 10/02/2024.

AGUIAR, Bernardo; CORREIA, Walter; CAMPOS, Fábio. **Uso da escala likert na análise de jogos**. Salvador: SBC-Proceedings of SBGames Anais, v. 7, n. 2, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabio-Campos-7/publication/266051378_Uso_da_Escala_Likert_na_Analise_de_Jogos/links/54b1b66e0cf28ebe92e18fdb/Uso-da-Escala-Likert-na-Analise-de-Jogos.pdf acesso em: 10/02/2024.

ALMEIDA, Sabrina Araújo. **Representações Sociais das práticas e do papel do professor na inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil e exclusão**. 2016. 161 f. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. acesso em: 10/02/2024.

BARBOSA, Vânia Benvenuti; CARVALHO, Marcos Pavani. **Análise de um plano educacional individualizado no contexto da educação profissional e tecnológica**. Ensino & Pesquisa, v. 20, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/4428>. Acesso em: 10/02/2024.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BORGES, Rosângela Lopes. **Caderno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)**. Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/594>. Acesso em: 15 de set de 2022.

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. **Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico**. Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, p. 23-34, 2011. Disponível em: https://eduinclusivapesq-uerj.pro.br/wp-content/uploads/2020/04/BraunMarin.AEE_2011.pdf. Acesso em: 15/07/2022.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de Setembro de 2020. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, DF: 2020. Disponível

em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 10/01/2022.

_____. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Recuperado de** <http://www.ritmodeestudos.com.br>, 2010. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=CONSTITUI%C3%87%C3%83O+FEDERAL+DO+BRASIL&btnG=. Acesso em: 13/10/2022.

_____. Secretaria de Educação Técnica e Profissionalizante - Educação, Tecnologia e Profissionalização para alunos com Necessidades Educacionais Especiais. **Documento Base**. Brasília, 2010.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, DF: 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 12/02/2024.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF: 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12/02/2024.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01/04/2024.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de fev. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 31/10/2023.

_____, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso: 12/08/2022.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1166

[3-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 31/10/2023.

CALHEIROS, David dos Santos. **Rede de apoio à escolarização inclusiva na educação básica: dos limites às possibilidades**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11292>. Acesso em 21/07/2022.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>. Acesso em: 23/09/2022.

DALMONECH, Jaqueline Zanotti et al. **A implementação e funcionalidade dos Napnes na rede federal de ensino**. Educação, p. e54/1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/67428>. Acesso em: 20/03/2023.

DE SOUZA, Aline Cristina; VILARONGA, Carla Ariela Rios; FRANCESCHINI, Aline Raquel. **A experiência do atendimento educacional especializado no contexto do Instituto Federal de Educação**. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 8, n. 1, p. 113-128, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/10785>. Acesso em: 28/07/2022.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; GARCIA, SR de O. **O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná**. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, p. 148-173, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. In: Ensino médio integrado: concepção e contradições. p. 175-175. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polisssemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, p. 168-194, 2009.

FURTADO, Keytt Dayane Pirovani. **Formação docente para adequação curricular por meio do plano de ensino individualizado**. 2022.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Ed. 2º, tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2001.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Goiânia: Ed. da UCG, 355p. 2016.

HELENO, Alex Rezende. **Educação Inclusiva: Legislação, Escola e Sociedade**. Rein-Revista Educação Inclusiva, v. 7, n. 2, p. 363-374, 2022. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 06/02/2024.

IFTO. **Resolução nº 81/2019/CONSUP/IFTO, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (PDI-IFTO). Palmas: Consup, 2019. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/planos/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf>. Acesso em: 11/01/2023.

_____. **Resolução CONSUP/IFTO nº 48, de 6 de maio de 2021**. Dispõe sobre a Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Palmas: Consup, 2021. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/politicas/politica-de-inclusao-do-ifto/politica-de-inclusao-ifto.pdf>. Acesso em: 17/09/2022.

_____. **Resolução nº 23/2015/CONSUP/IFTO**. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Didática Pedagógica (ODP) dos cursos médio técnicos do IFTO. Palmas: Consup, 2015. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamento-s/cursos-tecnicos/regulamento-odp-cursos-medio-tecnico-presenciais-ifto-2educacao.pdf>. Acesso em 09/05/2022.

_____. **Resolução n.º 24/2011/CONSUP/IFTO**. Dispõe sobre o Regulamento da Organização Didática Pedagógica (ODP) dos cursos superiores do IFTO. Palmas: Consup, 2016. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/regulamentos-cursos-graduacao/regulamento-da-organizacao-didatico-pedagogica-dos-cursos-de-graduacao-do-ifto.pdf>. Acesso em 09/05/2022.

_____. **Regulamento do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)**. Gurupi, Conselho Pedagógico, 2017. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/gurupi/campus-gurupi/ensino/napne/documentos/regimento.pdf>. Acesso em: 09/05/2022.

KRAEMER, Graciele Marjana. **A educação das pessoas com deficiência no Brasil**. Ed. 1°. Porto Alegre: UFRGS, 2020. p. 12. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216083/001118141.pdf?sequence=1>. Acesso em, 20/06/2023.

MACHADO, Tuane Lima. **Educação inclusiva entre o ideal e o real: estudo de caso em uma escola da rede municipal de Sinop**. Revista Eventos Pedagógicos, v. 7, n. 3, p. 1348-1362, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9884>. Acesso em: 20/04/2023.

MALDANER, Jair José. **O papel da formação docente na efetividade das políticas públicas de EPT no Brasil - período 2003-2015: implicações políticas e pedagógicas na atuação de professores**. 2016. 207 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/20814>. Acesso em: 28/03/2023.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Ed. Alínea. São Paulo. 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOURA, Dante Henrique et al. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista brasileira de educação, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782015000400013&script=sci_abstract. Acesso em: 20/08/2023.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de história da educação**, v. 7, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/> Acesso em: 10/03/2023.

NEPOMUCENO, Maristela Ferro; DE ASSIS, Raquel Martins; DE CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda. **Apropriação do termo “Pessoas com Deficiência”**. Revista Educação Especial, v. 33, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288017/313162288017.pdf>. Acesso em: 20/10/2023.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

SALTON, Bruna Poletto et al. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. 2017.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros**. 2020.

Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13112>. Acesso em 03 Março de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

_____, Romeu Kazumi et al. **Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano, v. 5, p. 6-9, 2003.

_____, Romeu Kazumi. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. In: **Revista fórum**. 2002. p. 9-18. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PARADGMA+DA+INCLUS%C3%83O+ROMEU+SASSAKI&btnG=. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2023.

SAVIANI, D. **O choque teórico da politecnia**. Trabalho, educação e saúde, v. 1, p. 131-152, 2003.

_____, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. **Revista Brasileira de educação**. Campinas, v.12, n.32, jan. abr. 2007. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782007000100012&script=sci_abstract. Acesso em: 27/11/2023.

SCHERER, Renata Porcher. **Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 22, p. e11492-e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 21/11/2023.

SILVA, Judson Franciel Barros. **A educação inclusiva no Campus Colinas do Tocantins do IFTO**. Trabalho de Conclusão de Curso. Colinas do Tocantins, TO, p. 72. 2023.

SOARES, Gilvana Galeno; DE MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira. O Programa TEC NEP e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte–IFRN. **Cadernos de Educação**, n. 54, 2016.

SONZA, Andréa Poletto; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Os NAPNEs e o plano educacional individualizado nos Institutos Federais de Educação**. Revista Educação Especial, v. 36, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288069/313162288069.pdf>. Acesso em: 22/03/2023.

SOUZA, Poliana Cavalcante; DE LIMA, Andreza Maria. **Inclusão de Estudantes com Deficiência nos Institutos Federais: A Produção Científica na Pós-Graduação Brasileira (2014-2018)**. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_M D1_SA20_ID4962_30082020192811.pdf. Acesso em: 13/10/2022.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países**. Revista Brasileira de Educação, v. 23, p. e230076, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdHJSg/>. Acesso em: 22/12/2023.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2933>. Acesso em: 22/12/2023.

VILARONGA, Carla Ariela Rios et al. **Inclusão escolar nos Institutos Federais Brasileiros: serviços e possibilidades de atuação**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/inclusao-escolar-nos-institutos-federais-brasileiros.pdf>. Acesso em: 12/11/2023.

WANDERLEY, B. Mariangela, VÉRAS, Maura, JODELET, Denise, PAUGAM, Serge, CARRETEIRO, C. Tereza, MELLO, L. Sílvia, GUARESCHI, Pedrinho A. **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Ed. 6°, Ed. vozes. Petróles, RJ, 2006. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/download/7772/5620>. Acesso em: 11/09/2023.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; SANTOS, Jéssica Rodrigues. **Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. e0196, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/nccRhD3yhzFM8HwjGjvYCdv/>. Acesso em: 12/04/2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Produto Educacional

PROPOSTA PEDAGÓGICA DE ORIENTAÇÃO AOS NAPNES

CONTRIBUIÇÕES NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO
HUMANA INTEGRAL DOS ESTUDANTES



Ismael Aires Matos

Mestre em Educação
Profissional e
Tecnológica PROFEPT

Jair José Maldaner

Doutor em Educação

Um produto educacional que visa contribuir com o trabalho da equipe multiprofissional do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Traz informações básicas sobre os serviços, ações e práticas pedagógicas inclusivas no âmbito da educação especial, preferencialmente nos cursos técnicos de nível médio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Podendo ser utilizado por quaisquer Instituição da rede EPT que interessar criar o NAPNE em sua unidade.

Autorizo, a reprodução e a divulgação parcial ou total deste produto educacional, para fins de estudo ou pesquisa, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Texto: Ismael Aires Matos

Orientação: Prof. Dr. Jair José Maldaner

Imagens: Canva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M425n Matos, Ismael Aires

Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral / Ismael Aires Matos, Jair José Maldaner. – Palmas, TO, 2024.
193 p. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, PALMAS, TO, 2024.

Orientador: Dr. Jair José Maldaner

1. Proposta pedagógica. 2. Formação humana integral. 3. Educação profissional e tecnológica. I. Maldaner, Jair José., IV. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ISBN: 978-65-01-06316-4

Título: Proposta Pedagógica de orientação aos NAPNEs: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes

Formato: Livro digital (Proposta Pedagógica Digital)



Descrição da Imagem: mãos dadas ao centro da página representado por diferentes pessoas

Organização (Autores)

Ismael Aires Matos

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Jair José Maldaner

Doutor em Educação

Apoio:

Aline Cardoso Alburquerque

Coordenadora do CNAPNE Reitoria IFTO

Lelma Nunes Silva

Coordenadora do NAPNE Campus Porto Nacional IFTO

SUMÁRIO

Apresentação	5
Objetivos	6
Seção I - Memórias da educação especial	7
Seção II - Perspectiva para uma formação humana integral na EPT	11
Seção III - Educação especial inclusiva no Instituto Federal do Tocantins	16
Seção IV - Práticas e ações multiprofissionais do NAPNE	22
Por onde começo?	23
Que ações desenvolver?	24
Considerações	44
Referências	45

COMUNICAÇÃO DIGITAL PARA SURDOS E LEITOR DE TELAS PARA CEGOS E/OU BAIXA ACUIDADE VISUAL

O IFTO adota como forma de língua, comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais, o Sistema Braille, tecnologias assistidas e outras ferramentas que propiciem a melhora do processo educativo para os estudantes com deficiência (IFTO, 2021).

Os aplicativos de tradução apresentados a seguir não substitui um intérprete humano, trata-se apenas de uma ferramenta para contribuir na tradução deste produto educacional na ausência de um Tradutor Interpretre de Libras e/ou na falta de descritor em brille.

SUPORTE LIBRAS



A suite VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas. Embora seja importante destacar que o aplicativo VLibras não substitui um intérprete humano, trata-se apenas de um auxílio em caso de inexistência de um Tradutor Interpretre em Libras. (MGIS, 2023) Disponível pelo link [aqui](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras/) ou endereço eletrônico: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras/>

SUPORTE LEITOR DE TELA



Aplicativo EyeFy é uma das ferramentas gratuitas que utiliza das técnicas avançadas de inteligência artificial e aprendizado de máquina para reconhecer textos e efetuar a leitura deles em voz alta. O app acessará a câmera do celular e então é só apontar a lente para o texto desejado, segurando o dedo sobre a tela por alguns segundos. Ao soltar o dedo, o aplicativo reconhecerá o texto no quadro e o lerá em voz alta. O EyeFy já está disponível para download na [Play Store](#) e estará na App Store.



Apresentação

A "Proposta Pedagógica de Orientação ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): contribuições na perspectiva de uma formação humana integral dos estudantes" consiste em um produto educacional direcionado à equipe multiprofissional que compõe o NAPNE, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de ações e práticas na formação complementar e suplementar dos estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como contribuir para a organização pedagógica.

Traz em seu bojo uma abordagem sobre a educação especial no âmbito da EPT sob a perspectiva da formação humana integral, incluindo orientações e procedimentos que podem contribuir para a organização pedagógica dos espaços de trabalho do NAPNE. Compõe orientações para a criação e implementação dos serviços inerentes ao núcleo, além de uma série de práticas e ações interventivas, educativas e formativas no âmbito da educação especial como relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), plano de formação da equipe do NAPNE e outros. Tal produto pode ser utilizado por diferentes Instituições de Ensino no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica que desejem constituir o núcleo em sua unidade.

A proposta pedagógica é composta por quatro seções complementares: i) Memórias da educação especial; ii) Perspectiva para uma formação humana integral dos estudantes; iii) Conhecendo a educação inclusiva do Instituto Federal do Tocantins; e iv) Práticas e ações multiprofissionais do NAPNE (Por onde começo? Que ações desenvolver?), além dos objetivos e considerações. Vamos conhecer?

Objetivos

- Conhecer a política brasileira de educação especial inclusiva, suas memórias e como se constitui no Instituto Federal do Tocantins.
- Compreender as premissas que fundamentam a educação profissional e tecnológica na perspectiva de uma formação humana integral no ensino técnico de nível médio.
- Orientar sobre procedimentos que podem contribuir para a implementação dos NAPNEs e oferta dos serviços de atendimento especializados.
- Mostrar as ações e práticas que podem ser desenvolvidas pela equipe multiprofissional do NAPNE.



Fonte:

<https://www.canva.com/design/DAFXXVOPzqw/aZapzcyT78nqu7UPV-kFVtg/edit>



SEÇÃO I

MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação e inclusão das pessoas com deficiência

TERMINOLOGIAS, RETROCESSOS E AVANÇOS

“Queremos nos deter sobre esse rio do tempo que é a memória e o lugar que ocupa na escola, permitindo aflorar lembranças e formas de ser que constituem uma identidade” (Ciavatta, 2005 p. 11)

“Não devemos nos desprender das histórias e memórias, pois entendemos que são fundamentais para que não haja retrocesso e indicar os rumos a serem seguidos para uma educação transformadora e inclusiva” (Os autores, 2023)

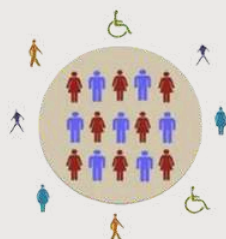


Imagem

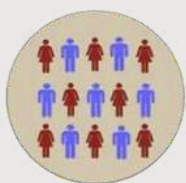
Fonte: <https://diariodainclusaosocial.com/2018/10/03/conheca-as-principais-barreiras-que-impedem-a-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em 03 de abril de 2023.

EXCLUSION

Da exclusão até inclusão. Vamos (re) memorar o que diz a história?



Exclusão: não havia atenção educacional. A atenção era direcionada à assistência à saúde e à caridade. Era comum que pessoas nascidas com alguma deficiência fossem deixadas à própria sorte, pois eram consideradas um peso para suas famílias ou um sinal de impureza e pecado (Sousa, 2004 Apud Carvalho).



Segregação institucional: havia uma absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens com deficiência. Assim, suas famílias se uniam para criar escolas especiais, onde até mesmo hospitais e residências eram utilizados como locais de educação especial.



Integração: havia seletividade das pessoas destinadas à escola regular; somente as crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, assim como para classes especiais e salas de recursos.



Inclusão: todas as pessoas são incluídas nas salas comuns. Os ambientes físicos e os procedimentos educativos são adaptados para acomodar a diversidade do alunado. As escolas levam em consideração as necessidades de todos os alunos.

(Fonte: Sassaki, 2003, p 3).

Imagens:

Fonte: <https://www.cloudcoaching.com.br/o-que-torna-uma-empresa-inclusiva/>.

Acesso em 03 de abril de 2023.



DESVENDANDO CONCEITOS!

CONCEITOS E DEFINIÇÃO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ao discorrer sobre a educação especial e inclusiva, surgem termos já conhecidos e outros que ainda não conhecemos. Conhecer esses termos, os conceitos e a terminologia é fundamental para auxiliar na compreensão dos processos que permeiam esta política pública. Por isso, apresentamos alguns conceitos utilizados nas seções desta Proposta Pedagógica:



Tecnologia Assistiva: engloba recursos e serviços que têm como finalidade oferecer possibilidade de acesso, uso e participação às pessoas com deficiência.

Fonte: Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015)

Barreiras arquitetônicas: sem barreiras físicas,

Comunicacionais: sem barreiras na comunicação entre pessoas,

Metodológicas: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.,

Instrumentais: sem barreiras em instrumentos, ferramentas, utensílios etc.,

Programáticas: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e

Atitudinais: sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência.

(SASSAKI, 2009. p. 1)

Flexibilização curricular: conteúdos e objetivos direcionados a todos os estudantes, com alterações nas estratégias das práticas, mantendo os conteúdos e objetivos.

Adaptação curricular: é direito do discente e deve ser realizada quando a flexibilização não é suficiente para que ele tenha acesso ao currículo em decorrência das limitações impostas pela deficiência. Alterações nos conteúdos, nos objetivos, nos recursos e nas práticas pedagógicas (de acordo com a necessidade e possibilidade do estudante).

(CAPELLINI, 2018)



SEÇÃO II

PERSPECTIVAS PARA UMA FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A INCLUSÃO PELA EMANCIPAÇÃO

O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, se constroem a possibilidade de transformação do educando em sujeito de sua própria história [...] temos de abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacífica [...] (Pacheco, 2015, p. 11).

**UMA EDUCAÇÃO BÁSICA,
TÉCNICA E TECNOLÓGICA
TRANSFORMADORA ...**

**.... CAPAZ DE PREPARAR O
ESTUDANTE PARA AS SUAS
RELAÇÕES SOCIAIS, PARA ALÉM DO
TRABALHO.**





UMA FORMAÇÃO HUMANISTA, TRANSFORMADORA E PARA TODOS NOS CURSOS DE NÍVEL MÉDIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

“Por uma formação que visa garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país” (Ciavatta, 2005).

A formação humana integral visa superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí (Pacheco, 2015, p. 29).

O ensino médio tem uma função estratégica central dentro da construção do país no âmbito cultural, social, político e econômico para uma relação soberana e não subalterna e aponta os Institutos Federais como a melhor instituição para cumprir essa tarefa, sendo necessária para uma nova política educacional (Grifo nosso) (Frigotto, 2005, p. 74).

Assista vídeo clicando aqui e entenda mais o que é a formação humana integral (ou acesse pelo endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=jUvz6avDg1Q>)



UMA AÇÃO COLABORATIVA ENTRE PROFESSORES, GESTORES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, ESTUDANTES E FAMÍLIA

“Todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa, sendo estes Professores, técnicos, funcionários e tantos outros são todos trabalhadores em educação, suas atuações devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa” (Pacheco, 2015, p. 9).

São esses arranjos que permitem a construção da autonomia de cada unidade, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional.

O que se propõe não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometida com a emancipação dos setores excluídos de nossa sociedade (Grifo nosso).

(Pacheco, 2015, p. 10)

A Educação Profissional e Tecnológica favorece esse processo e, na medida em que conseguimos conhecer as possibilidades e potencialidades setoriais e profissionais dentro da Instituição, assim como as políticas públicas existentes nos espaços internos e externos no Campus que atuamos, podemos compreender a força sinérgica para a promoção de uma educação inclusiva e transformadora para todos os estudantes.

(Os autores, 2023)

Vamos refletir? Se a educação especial na perspectiva inclusiva permeia todos os educadores, setores, pelos próprios estudantes, suas famílias e até mesmo pelas parcerias externas, todos terão que fazer parte desse processo educacional para que ela aconteça em sua plenitude.

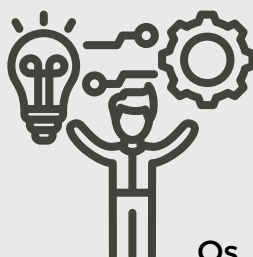
A seguir, nas próximas seções, veremos estratégias que podem contribuir com esse processo.



A DIMENSÃO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Na experiência educativa, é preciso movimentar com clareza a prática que se exerce, assim como "é preciso conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, o que pode tornar mais seguro o próprio desempenho" (FREIRE, 2011, p. 67).

Extensão



Ensino

Pesquisa

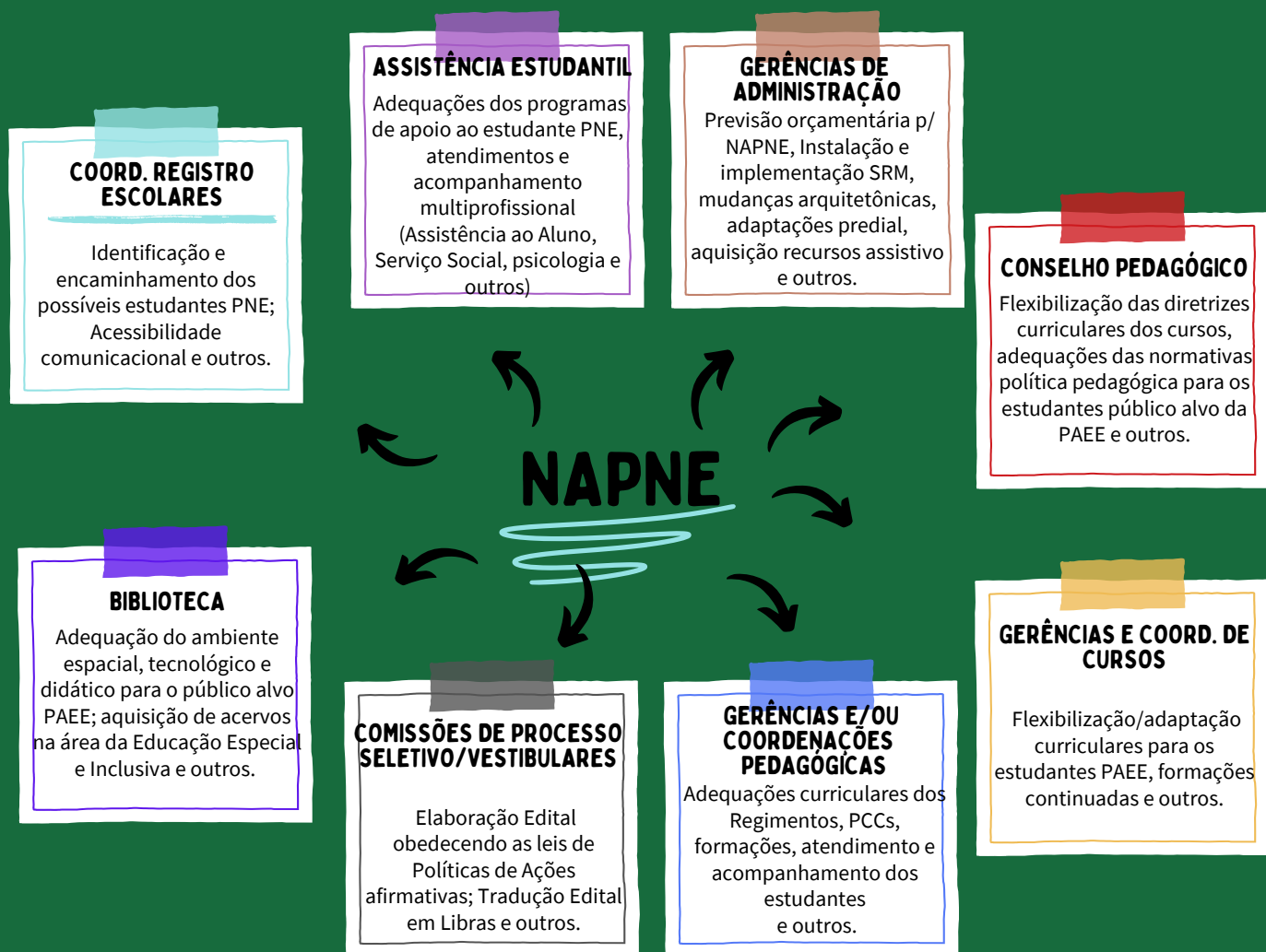
Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia possuem um amplo espaço pedagógico que vai além da sala de aula, onde os NAPNEs podem agir de forma propositiva, consultiva e executiva, de forma colaborativa nas áreas de extensão, pesquisa e ensino, com o envolvimento de alunos, servidores, famílias e sociedade.

Mas como fazer?

As seções seguintes trazem alguns exemplos de práticas e ações pedagógicas que podem auxiliar os NAPNEs a percorrerem por essas áreas.

A verticalidade da EPT permite aos profissionais da educação, não só aos professores, a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão (PACHECO, 2015, p. 22).

A DIMENSÃO DO ESPAÇO PEDAGÓGICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS PERMITE AO NAPNE A ARTICULAÇÃO COM DIFERENTES SETORES



Fonte: Produção própria, baseado no Regimento Interno do Campus Porto Nacional e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2020-2024) do IFTO.

O NAPNE é quem articula pessoas e setores para implementação das ações inclusivas nos IFs (Borges, 2019, p. 7).

Os Institutos Federais possuem uma posição privilegiada com recursos humanos e físicos, além de autonomia nas decisões pedagógicas, curriculares e orçamentárias (Pacheco, 2015).

Nesse sentido, é importante que o núcleo dialogue com esses setores/profissionais, sugira fluxos e protocolos, ponha luz as legislações existentes aos conselhos, comissões pedagógicas e aos gestores, incentive e busque a adequação e flexibilização curriculares necessárias, não apenas sob a égide do cumprimento das legislações nacionais e internacionais, mas da dignidade, do respeito e da ética humana.



SEÇÃO III

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO)

O que diz a política de inclusão do IFTO?

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO)

A educação inclusiva é o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético, ético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência e o êxito de todos os estudantes no IFTO, especialmente dos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação; e dos estudantes jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e com transtornos específicos da aprendizagem, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada estudante (IFTO, art. 2º, 2021).

A forma de linguagem, comunicação e expressão:

- Língua Brasileira de Sinais
- Sistema Braille
- Tecnologias assistidas
- Outras ferramentas que propiciem a melhora do processo educativo para os estudantes com deficiência.

A **Educação Especial** se insere no âmbito da **Educação Inclusiva** e consiste em:

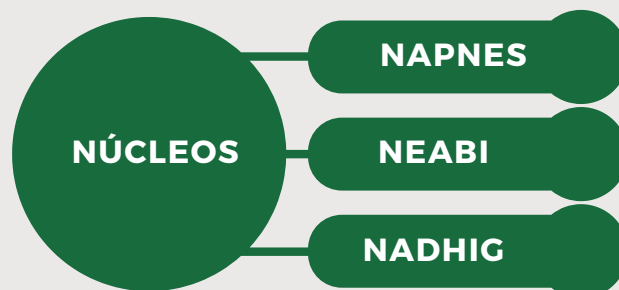
- Uma das modalidades da educação nacional que perpassa o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.
- Oferecida na educação básica, técnica, superior e na pós-graduação do IFTO.
- Um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e suplementar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência permanente ou transitória.
- Visa garantir a esses estudantes seu desenvolvimento integral e suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação cidadã, necessária para aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a aprender.
- Tem como objetivo fazer com que os estudantes consigam prosseguir nos estudos e progredir no trabalho, respeitadas as características individuais e a igualdade de direitos entre todos os seres humanos (IFTO, art. 3º, 2021).

Núcleos que compõe a Política de Inclusão do IFTO

NÚCLEOS DE INCLUSÃO E SUAS FUNÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS (IFTO)

NAPNE: O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas é um órgão institucionalizado por intermédio do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – TEC NEP. O objetivo é a implantação e a consolidação de políticas inclusivas no IFTO, com vistas a garantir o acesso e a permanência do estudante com necessidades educacionais específicas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

NEABI: O Núcleo de Atendimento e Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFTO é constituído por grupos de ensino, pesquisa e extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações alinhados às questões étnico-raciais. Está voltado para as ações afirmativas e, em especial, para a área do ensino sobre África, cultura negra e história do negro no Brasil, conforme prescrito na Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e sobre as questões indígenas, conforme disposto na Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento e nas ações pedagógicas.



NADHIG: O Núcleo de Atendimento aos Direitos Humanos e à Igualdade de Gênero (NADHIG) do IFTO é estruturado por grupos para desenvolver ações educativas de ensino, pesquisa e extensão ligadas às questões de gênero, diversidade e sexualidade. Tal núcleo tem por objetivo o cumprimento da legislação (nacional e internacional) direcionada à dignidade da vida humana, ao respeito às diferenças, à promoção da diversidade e à inclusão necessária para a eliminação do preconceito e da discriminação.

Fonte: Política de Inclusão, IFTO, 2021.



AUDITIVA



FÍSICA OU MOTORA



INTELLECTUAL OU MENTAL

Público alvo da Educação Inclusiva (IFTO, Art. 2º § 1º, 2021)

- Pessoas com deficiências;
- Com transtornos globais de desenvolvimento;
- Com altas habilidades/superdotação;
- Jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem;
- Pessoas em situação de risco, de origem remota ou de população nômade;
- Pessoas pertencentes a minorias linguísticas, étnico-raciais ou culturais, discriminadas, marginalizadas ou que apresentem vulnerabilidade socioeconômica;
- Outras que atendem todas as interfaces da acessibilidade.



MOBILIDADE REDUZIDA



OBESIDADE



VISUAL



Fonte das Imagens: <https://sp.unifesp.br/epe/desc/noticias/pessoa-com-deficiencia-2020>

Público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva

(IFTO, Art. 8º 2021)

Pessoas com deficiências: Aquelas que têm algum impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, das quais apresentam:

- I - Limitações no processo de desenvolvimento e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem nas atividades curriculares;
- II - Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciada dos demais estudantes;
- III - Altas Habilidades e Superdotação.





Transtornos Globais de Desenvolvimento: Aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição estudantes com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação, bem como quaisquer outros casos que caibam na definição deste item.

Acesse um vídeo pelo link [aqui](https://www.youtube.com/watch?v=bxeV5IjTaBk) e saiba mais. Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=bxeV5IjTaBk>

Altas habilidades ou Superdotação (HD/SD): Aqueles que apresentam grande facilidade de aprendizagem, envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. **Acesse um vídeo pelo link [aqui](https://www.youtube.com/watch?v=ZmOddUp40s0) e saiba mais. Endereço eletrônico:** <https://www.youtube.com/watch?v=ZmOddUp40s0>

Fique atento! A educação especial e inclusiva se diferenciam e se incorporam. Portanto, é preciso compreender como funciona esse processo.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL É OFERECIDA DE FORMA:

A) COMPLEMENTAR



Pessoas com deficiências



Transtornos Globais de Desenvolvimento

B) SUPLEMENTAR



Altas habilidades ou Superdotação

Acesse um vídeo clicando [aqui](#) e saiba mais sobre essa diferença,



Endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=IXhOxzThiNU>

Acesse a Política de Inclusão do IFTO na íntegra pelo link [aqui](#) e saiba mais.
Endereço eletrônico: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/politicas/politica-de-inclusao-do-ifto>



SEÇÃO IV

PRÁTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS DOS NAPNES



NAPNE

Entenda como funciona o NAPNE!

Como já nos referimos na seção anterior, o NAPNE é um núcleo de natureza **consultiva e executiva**, de composição multidisciplinar que responde pelas ações do programa TEC NEP do Ministério da Educação. Suas ações visam o cumprimento da legislação (nacional e internacional) direcionado à dignidade da pessoa humana, ao respeito as diferenças, a promoção da diversidade [...]

Sua finalidade é promover a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na Instituição, de forma a promover a inclusão de todos na educação.

O NAPNE deve atender

- Os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (Público Alvo da Educação Especial - PAEE).
- Estudantes com outras necessidades educacionais específicas que requerem acessibilidade no processo educacional, tais como adaptações materiais, curriculares ou pedagógicas (gestantes, pessoas em situação de obesidade, alunos hospitalizados ou em atendimento domiciliar, jovens, adultos e idosos com algum tipo de transtorno específico da aprendizagem (Ex: TDHA, Dislexia e outros), que não necessariamente se enquadram como público-alvo da educação especial (PAEE) e/ou do atendimento educacional especializado (AEE).



Por onde começo?

Se a sua Instituição de Ensino da Educação Profissional e Tecnológica ainda não possui o NAPNE constituído, veja a seguir alguns passos básicos para a criação do núcleo. Essa fase é bem simples, no entanto, é importante que a mobilização e organização do núcleo ocorram com a participação dos gestores, estudantes e famílias, compostos por profissionais que manifestem interesse em contribuir na implementação da política de educação especial na perspectiva da inclusão. É importante considerar que existem outras fases com maior complexidade, as quais exigem esforços coletivos e envolvimento de toda a Instituição. Vamos começar?

Passos básicos para criação do NAPNE

1

Reúna-se com um grupo de profissionais (professores, tradutores intérpretes de Libras, psicólogos, assistentes sociais, orientadores pedagógicos, estudantes, famílias e outros) e apresente a proposta pedagógica de criação do NAPNE e dos serviços especializados. Proponham a criação do NAPNE por meio de uma Comissão Permanente.

2

Criação da Comissão Permanente do NAPNE por meio de portaria do Campus, assim como a designação da Coordenação CNAPNE. A função da coordenação é gratificada e no IFTO por ato designado pela Reitoria, autorizado pela Portaria nº 44, de 21 de janeiro de 2022, do Ministério da Educação.

3

Aprovar o Regulamento do NAPNE no seu Campus. Alguns IFs possuem Regulamento unificado, neste caso, consulte junto à Reitoria ou ao órgão responsável pela gestão da política em questão. No IFTO, este processo está em fase de transição e o responsável é a Coordenação do CNAPNE na Reitoria (cid.reitoria@ifto.edu.br). **Acesse o link clicando [aqui](#) e veja modelo de regulamento unificado no âmbito dos IFs.**

4

Crie o Planejamento anual das ações dos NAPNE, iniciando pelo Plano de Formação da equipe multiprofissional do NAPNE, para depois prosseguir com a implantação dos demais serviços: atendimento educacional especializado AEE, implantação da sala de recurso e outros. Oriente-se pela Política de Inclusão do IFTO, regulamento do NAPNE e legislações da educação especial. **Veja na página 41 algumas legislações.**

Que práticas e ações desenvolver?

São inúmeras as ações que podem ser desenvolvidas pelos NAPNEs. É importante salientar que sua atuação é multidisciplinar e em regime de colaboração com as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Veja algumas delas.

- Promover junto à comunidade escolar ações de sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional. As seções seguintes contêm alguns exemplos que podem ajudar a inspirar ou adaptar à sua realidade.
- Articular parcerias e convênios para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva.
- Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas.
- Prestar assessoria aos professores, coordenadores e dirigentes dos Campi em questões relativas à inclusão de pessoas com necessidades específicas.
- Estimular o espírito de inclusão na comunidade escolar e externa, a fim de contribuir para o processo formativo do estudante, de modo que alcance os conhecimentos técnicos e científicos que os levem à autonomia e à participação nas relações sociais (culturais, econômicas, éticas, políticas).
- Estimular a prática da pesquisa em assuntos relacionados à Educação Profissional Tecnológica inclusiva, por meio de parcerias como o **Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)**.
- Elaborar e sistematizar ações de atendimento aos estudantes com necessidades específicas no NAPNE e nos demais setores do Campus. **Veja na página 29 em diante** informações sobre a organização e funcionamento do atendimento educacional especializado AEE e uma sugestão do fluxo de atendimento do CNAPNE.

- Atuar junto às coordenações de cursos, à equipe pedagógica e aos colegiados dos cursos, com o apoio da Direção/Gerência de Ensino e demais setores, na adequação curricular, oferecendo suporte no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas.
- Desenvolver programas, projetos e ações de acesso, permanência e êxito para pessoas com necessidades específicas, no âmbito do IFTO, a fim de contribuir com o desenvolvimento de políticas que promovam a inclusão.
- Promover uma cultura educativa que reconheça a importância da diversidade e pluralidade dos sujeitos.
- Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software, material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas e estimulando a aquisição e desenvolvimento de Tecnologias Assistivas.
- Prestar assessoramento aos diversos setores do IFTO no que diz respeito à inclusão da pessoa com necessidade específica.
- Contribuir para a promoção da acessibilidade atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e procedimental.

Fonte: Autores (2023), elaborado com base nos objetivos e competências dos NAPNEs IFTO.

Dica: O calendário inclusivo é uma das estratégias que permite ao núcleo situar as datas alusivas de lutas e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, assim como definir os períodos de formação. **Mas atenção**, busque criar em sua unidade uma cultura de atividades continuadas com um planejamento estratégico.

Veja exemplo de um calendário no âmbito dos IFs pelo link [aqui](#)

AÇÕES ESTRATÉGICAS

São inúmeras as ações que o NAPNE pode desenvolver! Dessa forma, procure traçar as prioridades anuais por meio de metas e com um plano de ação. Para isso, indicamos a matriz do Plano 5H2W, uma técnica simples geralmente utilizada na administração, mas que pode auxiliar no planejamento das ações dos núcleos.



Identificando e acolhendo o estudante público alvo do NAPNE

ESTRATÉGIAS QUE PODEM CONTRIBUIR NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E ACOLHIMENTO DO ALUNO PÚBLICO ALVO DO NAPNE

Algumas das áreas estratégicas que podem/devem ser articuladas pelos NAPNEs no processo de identificação e abordagem do seu público-alvo:



Pela Comissão do Processo Seletivo: os estudantes que passaram pelas políticas de reservas de vagas e ações afirmativas já institucionalizaram sua identificação como público-alvo do NAPNE. Cabe ao NAPNE sistematizar esse processo junto às Comissões, por meio dos resultados dos Editais e matrículas, e iniciar os procedimentos iniciais de abordagem, atendimento e orientações, entre outros.



Pelo Setor de Registros Escolares: muitos estudantes que possuem deficiência ou algum tipo de necessidade educacional específica não declaram isso no processo de seleção, mas sim na matrícula. Dessa forma, é importante que o NAPNE crie um protocolo de identificação desses alunos junto aos setores de registros escolares no seu Campus, para tornar mais célere o processo de diagnóstico e intervenção. É importante que isso seja realizado nas primeiras semanas do semestre letivo. Encaminhamentos por e-mail ou sistemas acadêmicos são facilitadores nesse processo. Acesse aqui um modelo de encaminhamento.

É importante que os mecanismos implementados sejam amplamente divulgados entre os setores da instituição e que os profissionais desses setores passem por formações específicas que auxiliem na identificação, no encaminhamento e na orientação dos serviços aos estudantes e às famílias (Os autores, 2023).



[...] Identificando e acolhendo o estudante público alvo do NAPNE

Pelos profissionais da educação: os docentes e demais profissionais da educação (diretores/gerentes e coordenadores de cursos, assistentes sociais, orientadores pedagógicos, psicólogos, bibliotecários e outros profissionais), ao observarem um estudante que possa ser público-alvo do NAPNE, podem e devem encaminhá-lo ao núcleo. Para isso, é importante criar mecanismos de encaminhamento de forma sistematizada, seja por meio dos sistemas acadêmicos, e-mails, grupos de serviços digitais de mensagens institucionais ou impressos, de modo a fornecer aos educadores elementos instrutivos sobre o público demandado ao NAPNE.



De forma espontânea e pela família: os estudantes e suas famílias, ao terem direito à educação inclusiva, também têm o dever de informar à instituição a condição específica do estudante, facultando-lhes o acesso ao atendimento educacional especializado, desde que isso não viole as disposições previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Nesse sentido, é essencial que o NAPNE leve ao conhecimento das famílias os serviços oferecidos pelos núcleos e suas responsabilidades como participantes do processo educacional.

Os efeitos de uma escola excludente são resultado do abandono escolar, da aprovação sem as devidas competências, da negação das diferenças humanas e sociais, e da desorganização curricular não adaptada à realidade do estudante e distante de suas possibilidades de realização (Machado, 2016, p. 1356 e 1358).

Da avaliação Multiprofissional do NAPNE

PROCEDIMENTOS, INSTRUMENTOS E ABORDAGENS

O Campus, ao **receber o estudante com deficiência**, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades educacionais específicas, conforme a Política de Inclusão do IFTO, deverá:

1. Realizar uma avaliação circunstanciada ou diagnóstico devidamente endossado por profissionais de áreas especializadas (Equipe multiprofissional do NAPNE). Veja na página 35 desta seção exemplo de instrumento que pode ajudar a introduzir nesse processo.
2. Circunstanciar os relatórios de forma que deixem claro as potencialidades e as dificuldades do estudante no contexto escolar/acadêmico. Isso servirá como indicador das condições para a aprendizagem dos estudantes com deficiência recém-admitidos na Instituição, além de auxiliar nos planos de ensino dos professores.
3. Caso identifique como público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) algum estudante com necessidade de adaptação material ou pedagógica, deve buscar propiciar o apoio e os recursos necessários à aprendizagem. (Art. 9º, Política de Inclusão, IFTO, 2021).

A equipe multiprofissional do NAPNE utilizará suas técnicas e abordagens para emitir relatórios que possam fundamentar e circunstanciar as potencialidades e/ou dificuldades do estudante e definir o encaminhamento, ou não, para o atendimento educacional especializado (AEE). Esta equipe inclui os próprios professores do AEE (Os autores, 2023).



- Apesar de relevante, o direito das pessoas com deficiência à educação não pode ser cerceado pela exigência de laudo médico, uma vez que o serviço da AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico (Nota Técnica, Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE).
- Nem todos os estudantes necessitam de um planejamento específico e detalhado, e alguns podem não precisar de adaptações curriculares. É necessário avaliar caso a caso para evitar uma visão capacitista (Vilarongas, 2022, p. 78).



Mas o que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

CONCEITO, OBJETIVOS, PÚBLICO ALVO E SERVIÇO ESPECIALIZADO

AEE

É um conjunto de ações realizada de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes do ensino básico, mas que pode ser realizado para outras modalidades de ensino.

O que faz?

"[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2007).

Quem faz?

- **A atuação na sala de AEE**, são os Professores especializados em educação especial, mas com a participação do professor sala regular, profissionais de multiáreas, famílias e rede de apoio.
- Projeto Político Pedagógico em sintonia com as premissas que fundamentam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, transformadora e para todos.

Seu principal objetivo

Garantir a igualdade de condições para acesso, participação, permanência e êxito com demandas específicas no processo de aprendizagem em todos os ambientes do IFTO.

Público Alvo da AEE na EPT

Estudantes com deficiência, transtorno globais de desenvolvimento, alta habilidades ou superdotação ou com outras necessidades específicas.

Como acontece

- Prioritariamente na sala de recurso multifuncional (SRM), podendo ser realizado em escolas especializadas.
- Sempre no turno inverso da escolarização (contraturno)
- Com professores especializados
- Serviço obrigatório na Instituição de Ensino, mas facultativo à família (estatuto da pessoa com deficiência).

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Elabore a proposta pedagógica do serviço AEE na sua unidade. Busque fundamentar-se nas legislações vigentes, como a política de inclusão interna (quando existir), a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, o artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, CF, 1998), a LBI, a LDB e demais legislações pertinentes. Reúna a equipe EMP do núcleo, articule junto aos dirigentes e conselhos gestores a proposta de criação/implementação do AEE e da Sala de Recurso Multifuncional (SRM).



O que diz a legislação sobre AEE

DIRETRIZES PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFTO

A política de inclusão do IFTO define AEE:

- complemento ou suplemento escolar, destinado a atender melhor às especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- Deve ser oferecido a jovens, adultos e idosos com deficiência em educação ao longo da vida e transtornos específicos da aprendizagem, de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada estudante, podendo ser realizado tanto nas classes comuns do ensino regular quanto no Atendimento Educacional Especializado;
- Deve ser oferecido em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (Art. 37, IFTO).

A Política de Inclusão do IFTO, em seus artigos 15 a 23, trazem orientações para organização e funcionamento desse serviço.

Acesse pelo link [aqui](#) a política na íntegra e saiba mais!

Ou pelo endereço:

<http://www.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proae/inclusao-e-diversidade/documentos-e-normas/politica-de-inclusao>

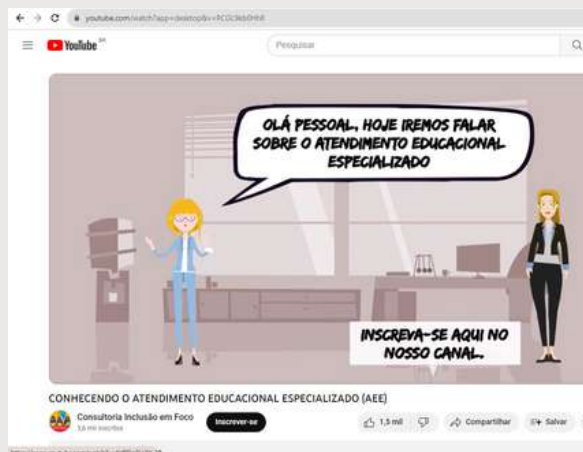
O Conselho Nacional de Educação no âmbito da Educação Básica diz que:

- A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular.
- Mas deve ser realizado com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (Artigo 9, RESOLUÇÃO 4, 2009, CNE/CEB)

Fique atento! Atendimento educacional especializado não é aula de reforço e nunca substitutivo a sala regular **(seja no ensino de nível médio, superior ou pós graduação)**

DESVENDANDO O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM.....

04:00
MINUTOS



ACESSE VIDEO pelo link [aqui](https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=RCGL9kb0Hh8) ou pelo endereço eletrônico:
<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=RCGL9kb0Hh8>

Nesta seção, você assistiu como o atendimento educacional especializado no âmbito da educação básica requer um conjunto de ações articuladas. **Na Educação Profissional e Tecnológica o que difere é a sua abrangência**, deve ser articulada, transversal e verticalizada, de uma forma que os serviços interajam por diferentes níveis de ensino, áreas técnica, profissionalizante e tecnológica, visto que os estudantes dos Institutos Federais podem percorrer do ensino médio ao doutorado e por diferentes áreas de conhecimentos.

Como sugestão, veja um Produto Educacional intitulado “**Guia Orientador para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica**” com um modelo metodológico de Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) onde trazem princípios norteadores sobre uma perspectiva humanista e colaborativa para o atendimento educacional especializado (AEE).



ACESSE a proposta pedagógica pelo link [aqui](http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1607/1/2022_produto_nf_ribeiro.pdf) ou pelo endereço eletrônico:

http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1607/1/2022_produto_nf_ribeiro.pdf

Fonte: Ribeiro et. al (2022)



Dos profissionais da AEE **PROFISSIONAIS E SERVIÇOS** **ESPECIALIZADOS**

São professores especializados em Educação Especial aqueles com formação:

- I - em cursos de especialização e/ou de pós-graduação stricto sensu em Educação Especial;
- II - em programas especiais de complementação pedagógica em Educação Especial nos termos da legislação vigente; ou
- III - em outras especializações e/ou pós-graduação stricto sensu com carga horária específica para a formação em Educação Especial ou Inclusiva.

(Art. 33, Política de Inclusão, IFTO)

- “Os documentos normativos brasileiros, referentes à garantia de uma escolarização efetiva para estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE), dão subsídios aos institutos federais para a implementação de ações, como a contratação do professor especializado em Educação Especial, para que este contribua no percurso escolar com êxito dos estudantes PAEE matriculados nos IFs”. (Zerbato Et. Al., Santos, 2021).
- “A Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, cujo artigo 9º, inciso XII, prevê a admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação” (Zerbato Et. Al., Santos, 2021).

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A AEE exige profissionais especializados no atendimento educacional, embora o atendimento consista uma ação multisetorial, multidisciplinar, multiprofissional e com a rede de apoio externa. Nos IFs o NAPNE tem um papel fundamental na articulação desse profissional, na implementação do serviço e na formação continuada (Os autores, 2023).



Plano de Ensino Individualizado (PEI)

PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO AO ESTUDANTE PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E/OU COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

O que é PEI?

Sua essência consiste na elaboração de um documento (uma espécie de contrato) que direcione o estudante, a família e todos os profissionais da Instituição de Ensino que atuam junto a esse estudante o caminho a ser percorrido para que ofereça condições de potencializar o processo de aprendizagem (Santos, 2020, p. 34).

Ainda sobre o PEI:

- a) Recomenda-se que seja realizado no prazo de 60 dias a contar da data de solicitação pela família ou da autorização da mesma ou quando a demanda partir da escola (Santos, 2020, p. 29).
- b) Visa nortear o processo de transição educacional para a vida adulta, nos casos dos alunos que cursam o ensino médio ou superior (Santos, 2020, p. 34).
- c) É preciso uma ação colaborativa do Professor Especialista e da sala regular. (Vilarongas et al, 2022; Política de Inclusão do IFTO, 2021).
- d) A elaboração do PEI é uma tarefa complexa, envolve uma relação do que vai ser ensinado, do que vai ser avaliado, o responsável por cada ação, além de adaptações curriculares, físicas e estruturais. Por isso, a necessidade de envolvimento multiprofissional e uma formação sólida da rede interna e externa no IFTO.



Assista um video no link [aqui](https://www.youtube.com/watch?v=Bact3W1-qiQ) e saiba mais sobre PEI.

Endereço eletrônico:

<https://www.youtube.com/watch?v=Bact3W1-qiQ>

(Prof Janaina de Jesus Fernandes Belato (Secretaria de Educação Especial do Estado Mato Grosso do Sul)



Acesse um video no link [aqui](https://www.youtube.com/watch?v=7kuOKYM5HCA) e saiba mais sobre Ensino Colaborativo.

Endereço eletrônico:

<https://www.youtube.com/watch?v=7kuOKYM5HCA>

(Dra. Carla Ariela Rios Vilaronga (IFSP e PPGEs/UFSCar).

PEI: Do diagnóstico à proposta de intervenção no AEE:



- O uso de técnicas e instrumento PEI permite identificar fatores emocionais, cognitivos, sensorial, dentre outros, tanto no contexto escolar, familiar e social (a história de vida, suas habilidades, seus potenciais, suas dificuldades e outros (Poker, 2013).
- O diagnóstico se completam de forma multiprofissional. Se NÃO for de competência da área profissional do professor especialista, deve acionar as parcerias (Poker, 2013).

“Um planejamento independente, na classe comum e nos serviços especializados” dificilmente trará avanços no processo de escolarização do estudante” (Tannús-Valadão e Mendes, 2018, p.13)

Veja a seguir **práticas pedagógicas com o uso do PEI e do PDI para operacionalização do atendimento educacional especializado (AEE)**



Plano de Ensino Individualizado - **Acesse o link [aqui](#)**



Plano de Desenvolvimento Individualizado para o atendimento Educacional Especializado - **Acesse link [aqui](#)**

As práticas e instrumentos acima são apenas para auxiliar na compreensão sobre o atendimento educacional ao estudante PAEE. Existem diferente instrumentos, métodos, técnicas e abordagens. O planejamento desse tipo de atendimento requer discussão e não pode ser visto como algo comum e uniforme a qualquer instituição” (Vilarongas et al, 2022, p. 71)

“Usar um único método para todas as situações de ensino integrado seria um equívoco, pois há uma miríade de procedimentos que, em função da matéria, dos alunos e das finalidades educacionais específicas, podem favorecer a ampliação da compreensão do mundo” (aFrigotto, 2009, p. 63) .

Da sala de recurso multifuncional (SRM)

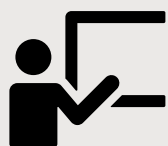
AMBIENTE DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO ESTUDANTE PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (PAEE)

Uma **Proposta Pedagógica** para o atendimento ao estudante público da educação especial e/ou necessidades educacionais específicas deve ser constituída por vários elementos:

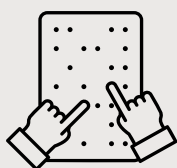
- curriculares; didáticos pedagógicos; Metodológicos; recursos materiais; tecnologia assistiva; e outros.

Um desses elementos são as “**condições físicas/materiais**” (Art. 27) **como** é o caso da **salas de recursos multifuncionais** (Art. 6º) que deve ser devidamente estruturada de recursos humanos e físicos - acessíveis.

Fonte: Política de inclusão do IFTO, 2021.



Professor Especializado



impressora Brille



Mesa com computador e teclados adaptáveis



Lupas manuais ou eletrônicas

[Outros....]

O MEC possui um **Manual de Orientação na Educação Básica** que pode servir aos NAPNES na organização desses ambientes (SRMs).

Acesse link [aqui](http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursosmultifuncionais-novo) ou pelo endereço eletrônico:

<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursosmultifuncionais-novo>

Veja também **Instrução Normativa (IN) da sala de recurso multifuncional** no âmbito do Instituto Federal que pode ajudar a regulamentar esse ambiente no seu Campus ou mesmo de forma multicampi.

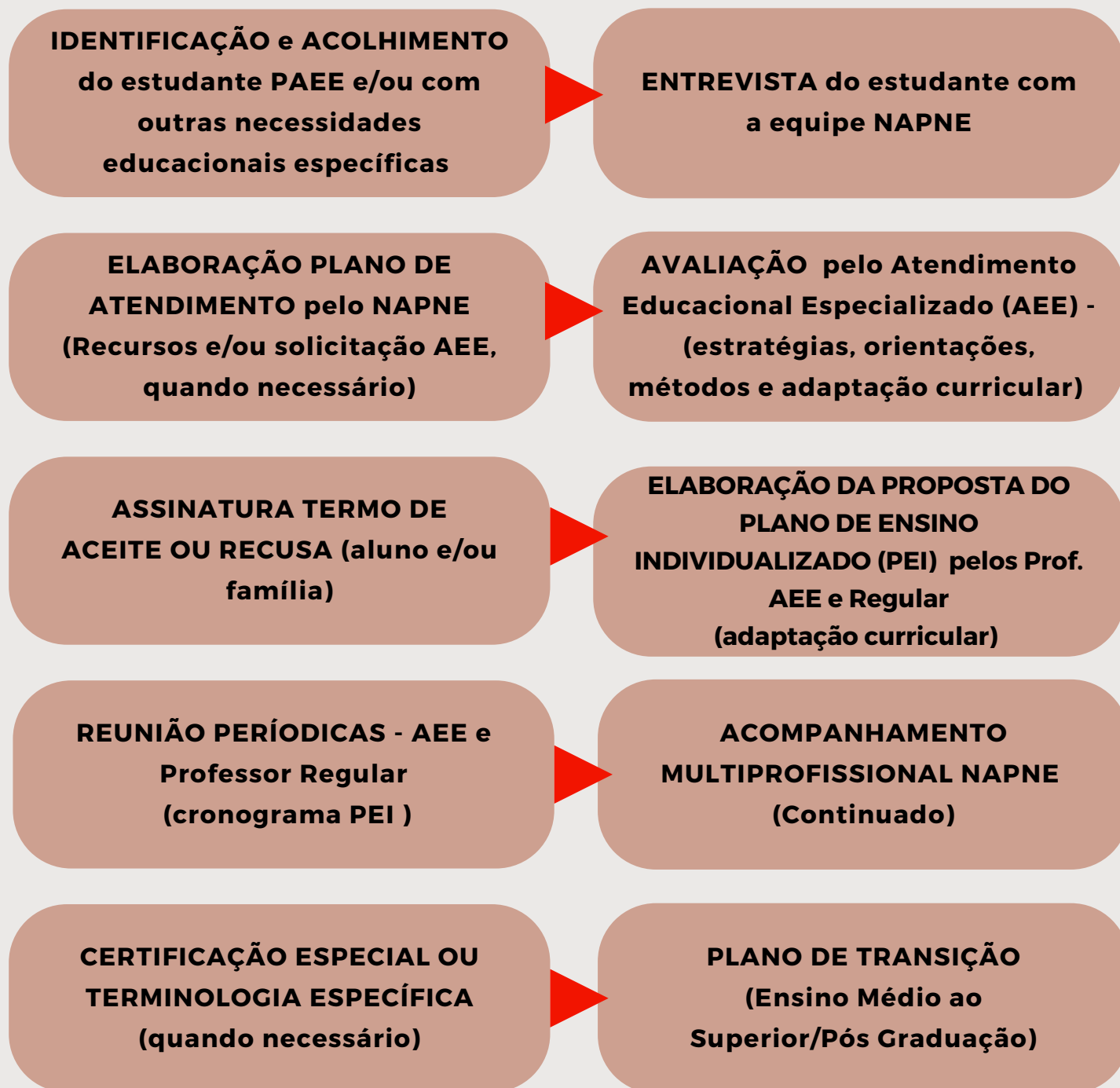
Acesse link [aqui](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proen/instrucaonormativa/2020/IN_N%C2%BA2_2020_DAE_PROEN_IFSULDEMINAS_-_Copia.pdf) ou no endereço eletrônico:

https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proen/instrucaonormativa/2020/IN_N%C2%BA2_2020_DAE_PROEN_IFSULDEMINAS_-_Copia.pdf

Fique atento! O atendimento ao estudante PAEE no âmbito da EPT não compreende apenas o ambiente da sala de recurso multifuncional ou dos centros educacional especializados, se constituem por um conjunto de ações multiprofissionais e intersetoriais (Os autores, 2023).

PROPOSTA DE FLUXOGRAMA CNAPNE

ACESSO, PARTICIPAÇÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES PAEE E COM OUTRAS NECESSIDADES EDUCACIONAL ESPECÍFICAS



Descrição da imagem: Conjunto de retângulos de cor bege clara, organizado de forma cronológica, com setas à direita, indicando o passo a passo do atendimento do CNAPNE.

Da rede de apoio do NAPNE

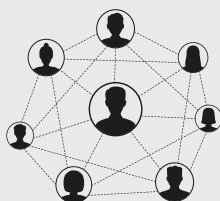
FORMAÇÃO DA REDE DE APOIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO ENSINO DE NÍVEL MÉDIO EPT

Os estudantes com deficiência que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, transporte [...] apoios intensos e contínuos, devem ser atendidos sempre que necessário e de maneira articulada por serviços de outras áreas como de saúde e assistência social (Art. 23, Política de Inclusão do IFTO, 2021)

Apoio no ensino: A articulação com os professores da sala de aula e coordenadores de cursos, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares".

Apoio educacional: Quando observar a necessidade de apoio que não seja apenas da educação especial ou da equipe multiprofissional do núcleo, submeter a rede apoio interna do IFTO, como equipe assistência estudantil, orientadores pedagógicos e outros.

Apoio da família: é uma parceira importante para a obtenção de informações relevantes no diagnóstico/ intervenção, contudo, para o processo de adaptação, aprendizagem, participação e êxito do estudante.



Apoio da rede externa: Os profissionais das Secretarias de educação especial ou centros de atendimento externos, escolas estaduais ou municipais, assim de outras Instituições no âmbito da saúde, assistência social, transporte, trabalho e emprego etc. são importantes para ampliação do atendimento ao aluno e família.

Outros redes: A ENIER é uma rede Nacional denominada "Encontro Nacional da Inclusão Escolar da Rede da Educação Profissional e Tecnológica. Saiba mais pelo link [aqui](https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierp) ou pelo endereço eletrônico: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/enierp>

AÇÕES ESTRATÉGICAS

A institucionalização da rede de apoio da educação especial na perspectiva inclusiva é importante para a consolidação da política pública no âmbito da EPT. Assim, crie no Campus espaços de discussão (ex: fóruns, encontros) e firme parcerias com todas essas redes. A coordenação do CNAPNE Reitoria, os conselhos de direitos, assim como as Secretarias de Educação Especial regional ou Estadual são parceiros que podem contribuir nesse processo.

Da formação dos educadores

PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - NAPNES, PROFESSORES DO AEE E REGULAR, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E GESTORES

Considerando a abrangência, os desafios e complexidade que permeia a educação especial inclusiva é necessário que os Institutos Federais invista em formação continuada dos seus educadores (Os autores, 2023)

Veja algumas estratégias que podem ajudar os NAPNES nesse sentido:

- Estabeleça no calendário inclusivo espaços de reflexões e debates de forma local e multicampi por meio de fóruns, encontros ou reuniões entre os NAPNES.
- Crie no NAPNE um plano de formação semestral ou anual, pois se faz fundamental para uma constância dessas ações.
- Um projeto de formação continuada para os docentes **divididos por áreas ou níveis de ensino** podem trazer maior efetividade nos resultados das formações.
- Tanto o ensino, a pesquisa e extensão, são áreas nos IFs que podem desenvolver e apoiar estudos e formações relativos às metodologias de ensino, serviços e recursos de Tecnologia Assistiva. Acesse o link [aqui](#) e veja exemplo de um desses projetos. Ou pelo endereço eletrônico: <http://www.ifto.edu.br/noticias/campus-gurupi-desenvolve-projeto-de-ensino-que-promove-a-inclusao-no-ambiente-escolar>

Observatório e Repositórios (**ver página 43**) possuem produtos educacionais de formação na área da educação especial inclusiva na EPT.

Acesse os links abaixo e veja dois exemplos desses cursos:

1. **Curso - Desvendo o Plano de Ensino Individualizado** Público Alvo: **Docente que atuam na EPT**. Disponível no link [aqui](#) ou no endereço eletrônico: <https://mooc.cefor.ifes.edu.br/moodle/enrol/index.php?id=215>
2. **Curso - Formação continuada em educação especial para coordenadores do NAPNE**. Disponível no link [aqui](#): <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/367>

A formação de professores das salas regulares para a educação inclusiva e para o atendimento educacional especializado deve ser feita de forma continuada, integrada e concomitante com o trabalho docente, sem prejuízo do disposto no art. 62-A da Lei nº 9.394, de 1996 (Art. 34, IFTO).



Consulta com o NAPNE

AÇÕES CONSULTIVAS DO NAPNE NA EPT

- Assessoria ao Conselho Pedagógico para orientações sobre os princípios e diretrizes da política da educação inclusiva, sobretudo da educação especial.
- Assessoria à Administração no Planejamento Orçamentário do Campus para definição de recursos orçamentários no âmbito da educação especial inclusiva.
- Assessoria nos Conselhos de Classe, a fim de orientar acerca das especificidades do estudante e do processo formativo.
- Apoio à biblioteca na solicitação de acervos que abordam a educação especial e inclusiva na área da Educação Profissional e Tecnológica, do atendimento educacional especializado, tecnologias assistivas, metodologias de ensino e outras.
- Apoio à administração do Campus na orientação sobre os termos de referência para aquisição de materiais acessíveis, assim como na disponibilização de normas operacionais brasileiras para construção ou adaptações arquitetônicas, de acordo com a legislação vigente.
- Participação na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Regimento Interno do Campus e outros, a fim de equiparar/adaptar os currículos com base nas normas e diretrizes curriculares nacionais, atendendo ao princípio da flexibilização na perspectiva da educação especial inclusiva.
- Assessoria às Comissões de Seleção/Vestibular no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas.

(Fonte: Autor (2023), elaborado com base nos objetivos e competências dos NAPNEs do IFTO)

Os Institutos Federais (IFs), por serem autarquias públicas, possuem autonomia jurídica para implementar as próprias diretrizes relacionadas ao funcionamento interno da instituição, desde que estas não destoem das normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Educação (Vilarongas et al, p. 79, 2022).



Ações afirmativas, educativas e formativas

EXEMPLO DE BOAS PRÁTICAS INCLUSIVAS DOS NAPNES ÁREAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Entendemos que a educação especial inclusiva é um grande desafio. O IFTO, por meio dos NAPNEs, ao longo dos últimos anos, tem-se esforçado e promovido um conjunto de ações pedagógicas inclusivas, contribuindo significativamente para a ampliação dos serviços prestados aos estudantes com deficiência ou com outras necessidades educacionais específicas, além da formação e apoio aos servidores e à comunidade externa.

Assim, vejam algumas dessas práticas (de acesso público) para inspiração e socialização entre os núcleos:



Acesse o link [aqui](#)
ou QR-CODE
(acima) e pesquise as
ações pelas áreas do
seu interesse.



LEGISLAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

COMO BASE PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO

- Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do atendimento educacional especializado (AEE);
- Decreto nº 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência/ONU;
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que estabelece diretrizes gerais da educação especial;
- Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE, na educação básica.
- Resolução n.º 2, de 11 de setembro de 2001 - instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
- Portaria Normativa Interministerial n.º 18, de 24 de abril de 2007 - institui o Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola
- Resolução n.º 4, 02 de outubro de 2009 - institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica
- Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011 - dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Decreto n.º 7.612, de 17 de novembro de 2011 - institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146, 06 de julho de 2015 - institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- Lei nº 14.254, 30 de Novembro de 2021 - Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem

LEGISLAÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS QUE TRATAM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

- Resolução CONSUP/IFTO Nº 48, DE 6 DE MAIO DE 2021. Dispõe sobre a Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.



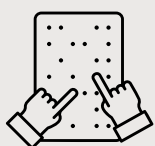
Saiba mais!

No observatório do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) ofertado pelos Institutos Federais (IFs) possui diferentes produtos educacionais de cunho científicos no âmbito da educação especial inclusiva e relacionado ao NAPNE. **Pesquise em:** <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>.



Existem outros observatórios e repositórios que possui dissertações, teses, artigos e produtos educacionais científicos que abordam diferente temáticas como adaptação e flexibilização curricular para educação especial, atendimento educacional especializado, métodos de ensino e outros). **Acesse os links e saiba mais:**

- <https://repositorio.ufscar.br/discover>
- <https://www.oneesp.ufscar.br/publicacoes>



Sabia que existe linha de crédito destinado às pessoas com deficiência (PCDs) para compra de produtos e serviços de tecnologia assistiva (uma resposta ao Artigo 74° da Lei Federal nº13.146/2015), incluindo Projetos arquitetônicos para acessibilidade residencial, auxílios de mobilidade, softwares, impressoras braille e outros. A portaria interministerial ME/MCTI/MMFDH Nº 10.321, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022 **define critérios e uma ampla lista dos bens e serviços**. **Acesse link aqui:** <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-me/mcti/mmfdh-n-10.321-de-6-de-dezembro-de-2022-449344306>



A ativação/reactivação da página do NAPNE no portal digital do IFTO permite aos estudantes, famílias e toda comunidade interna e externa da sua cidade e região o acesso aos serviços especializados as pessoas que dela necessita, contudo, o cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão (Art. 63 da Lei 13.146/2015). As redes sociais é uma estratégia complementar de comunicação e difusão. Veja exemplo de um dos Campi do IFTO no endereço eletrônico: <http://www.ifto.edu.br/gurupi/campusgurupi/ensino/napne>



Muitos dos Conselhos municipais e estaduais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência possui profissionais que atuam na educação especial e podem contribuir para formação da rede de apoio aos NAPNES, na formação dos educadores e outras parcerias. **Identifique se o Conselho da sua cidade está em funcionamento.** Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Tocantins (COEDE-TO) coedetocantins@gmail.com (63) 3218-2058.



O Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS (Bento Gonçalves) criou o Manual de Acessibilidade de Documentos Digitais para auxiliar na produção de documentos acessíveis e traz diferentes exemplos práticos para subsidiar a elaboração de “artefatos digitais”.

Acesse boas práticas no link. <https://drive.google.com/file/d/1prnE3MJfTsxARpWR2cOLbWmtK3x6aLNt/view>



Sabia que as normas da ABNT Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos estabelecem critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Acesse o link aqui e saiba como: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf



Considerações finais

O principal objetivo deste produto educacional consiste em introduzir elementos norteadores por meio de uma proposta pedagógica para contribuir com o trabalho da equipe multiprofissional (EMPs) dos NAPNEs do IFTO, na organização político-pedagógica dos serviços e atendimentos aos estudantes com deficiência ou com outras necessidades educacionais específicas, preferencialmente dos cursos do ensino médio técnico e tecnológico.

O conteúdo desta proposta pedagógica é de caráter orientador e sugestivo. O uso deste deve sempre partir de uma reflexão sobre os elementos pedagógicos constitutivos acerca da realidade do público-alvo, do universo e complexidade que permeia cada Instituição de Ensino no seu âmbito político, pedagógico, estrutural físico e humano. Sua finalidade não é trazer uma proposta fechada e rígida sobre o papel do NAPNE e de seus serviços. Pelo contrário, é uma ferramenta embrionária e que deve passar por constante discussão e atualização.

Esta proposta foi validada por 05 (cinco) CNAPNEs do IFTO, representados por 18 (dezoito) profissionais no total, os quais avaliaram o conteúdo da apresentação, objetivos e das quatro seções desta proposta. Em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco), os resultados apresentaram um valor médio de 4,56 (quatro vírgula cinquenta e seis), o que representa um elevado nível de satisfação das EMPs e a relevância deste produto educacional para os CNAPNEs do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Espera-se que esta proposta sirva de base não apenas ao IF Tocantins, mas também para outras Instituições de Ensino no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica que necessitem de orientações para a criação e implementação dos serviços da ação TEC NEP do Ministério da Educação, apoiado pelo NAPNE. Contudo, possa contribuir na busca incessante por uma educação básica, técnica, profissional e tecnológica cada vez mais inclusiva, transformadora e com qualidade no ensino para todos, em especial para as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rosângela Lopes. **Caderno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)**. Morrinhos, GO: IF Goiano, 2019. Disponível em: https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/594/2/Caderno%20do%20NAPNE_Ros%C3%A2ngela%20Lopes%20Borges.pdf. Acesso em: 15 de set de 2022.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: orientações gerais e educação a distância**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 de Nov. de 2023.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de fev. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 4, de 23 de janeiro de 2014**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 31 Out. 2023.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 05 Fev. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Adaptações curriculares na inclusão escolar: contrastes e semelhanças entre dois países**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 273p.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho Necessário, v. 3, n. 3, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio et al. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. In: Ensino médio integrado: concepção e contradições. 2005. p. 175-175.

_____. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, p. 168-194, 2009.

IFTO. **Resolução CONSUP/IFTO nº 48, de 6 de maio de 2021**. Dispõe sobre a Política de Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Palmas: Consup, 2021. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/politicas/politica-de-inclusao-do-ifto/politica-de-inclusao-ifto.pdf>. Acesso em: 17 de set de 2022.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Tuane Lima. **Educação inclusiva entre o ideal e o real: estudo de caso em uma escola da rede municipal de Sinop**. Revista Eventos Pedagógicos, v. 7, n. 3, p. 1348-1362, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/9884>. Acesso em: 20/04/2023.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

POKER, Rosimar Bortolini et al. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. Editora Oficina Universitária, 2013.

RIBEIRO, Natércia Freitas et al. **Proposta pedagógica orientadora para o atendimento educacional especializado na educação profissional e tecnológica**. 2022.

SALTON, Bruna Poletto et al. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. 2017.

SANTOS, Jessica Rodrigues. **Inclusão escolar e os modos de planejamento educacional individualizado nos Institutos Federais Brasileiros**. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, 2009.

_____, Romeu Kazumi et al. **Terminologia sobre a deficiência na era da inclusão**. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano, v. 5, p. 6-9, 2003.

VALADÃO, Gabriela Tannús. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2933>. Acesso em: 22/12/2023.

VILARONGAS, Carla Ariela Rios et al. **Inclusão escolar nos Institutos Federais Brasileiros: serviços e possibilidades de atuação**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/inclusao-escolar-nos-institutos-federais-brasileiros.pdf>. Acesso em: 12/11/2023.

ZERBATO, Ana Paula; Vilarongas, Carla Ariela Rios; Santos, Jéssica Rodrigues. **Atendimento Educacional Especializado nos Institutos Federais: reflexões sobre a atuação do professor de educação especial**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. e0196, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbee/a/nccRhD3yhFM8HwjGjvYCdv/>. Acesso em: 12/04/2023.

AUTORES:



Ismael Aires Matos

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT)
Especialista em Planejamento e Gestão de Projetos Sociais
Graduado em Serviço Social
Assistente Social do Instituto Federal do Tocantins (IFTO)



Jair José Maldaner

Doutor e Mestre em Educação
Licenciado em Filosofia
Professor na Educação Básica Técnica e Tecnológica (EBTT) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

APOIADORES DESTE PROJETO:



Alini Cardoso de Albuquerque Alves
Coordenador do CNAPNE - Reitoria IFTO



Lelma Nunes Silva
Coordenadora do CNAPNE - Campus Porto Nacional

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e sabedoria. Ao corpo docente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), em especial ao Professor Dr. Jair José Maldaner, pelas valiosas orientações no processo de construção deste produto educacional (PE). A todos os profissionais que atuam junto aos CNAPNEs do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Tocantins, principalmente àqueles que colaboraram com a pesquisa, em especial aos coordenadores do CNAPNE Reitoria e do Campus Porto Nacional, por acreditarem e apoiarem este projeto.

²APÊNDICE B - Roteiro para levantamento de dados documentais junto às coordenações dos NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins

Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado da Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) intitulada “**Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral**” do mestrando Ismael Aires Matos do IFTO Campus Palmas sob orientação do Profº Drº Jair Maldaner do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Consiste em um levantamento de documentos que regulamenta e revele as práticas e ações dos NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) para fins de elaboração do produto educacional “**Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes**” com objetivo contribuir com o trabalho da equipe multiprofissional dos NAPNES do IFTO, na organização pedagógica, assim como subsidiar àquelas Instituições de Ensino, seja na implementação do núcleo, na organização estrutural e humana e no desenvolvimento de práticas sociopedagógicas e serviços de atendimento educacional especializado. Portanto, este estudo não possui perguntas que expressam concepções ou posicionamento de pessoas (coordenadoras ou coordenadores), resguardando o total sigilo de identificação servidores e estudantes que porventura estejam registrados sobre quaisquer documentos enviados ou noticiado. A proposta se divide em quatro tópicos, complementares: *a) Memórias da Educação Especial), b) Perspectiva para formação humana integral c) Conhecendo a educação inclusiva do IFTO d) Práticas e ações multiprofissionais do NAPNE*, além da apresentação, objetivos e consideração.

1. Identificação

Nome do responsável Técnico: _____

Campus: _____

Cargo: _____

Função da coordenação remunerada: () Sim () Não () Em tramitação

² Roteiro elaborado pelo *google forms* para levantamento dos dados dos NAPNES de forma online através de e-mail ou whatsapp.

Contatos do NAPNE: i) Telefone (s) _____ Whatsapp () _____
 E-mail: _____
 Sites, blog ou outros (do NAPNE): _____

2. Roteiro para levantamento dos documentos relativos ao Programa ³TECNEP no IFTO (**Obs: o item 6 oferece opção de enviar todos os documentos simultaneamente, no mesmo arquivo**).

1- Comissão do NAPNE constituída:

Anexar Documento (s)

2- Documento que regulamenta o NAPNE

Anexar Documento (s)

3- Documento (cartilha, caderno etc) que norteia o trabalho da equipe multiprofissional do NAPNE?

Anexar documentos (s)

4- Relatório das ações dos últimos três anos: 2022, 2021 e 2020. Caso não tenha de todos os anos ou de anos anteriores, pode ser enviado o que tem disponível

Anexar documentos (s)

4.1- Outros documentos que descrevem as ações ou práticas do NAPNE (sites, noticiários, projetos e outros)

Anexar documentos (s)

5. Documento que regulamenta o serviço da sala de recursos multifuncional ou sala de atendimento educacional especializado (AEE)

Anexar documentos (s)

6. Plano Educacional Individualizado (PEI) no atendimento educacional especializado (modelo) (caso exista)

Anexar documento (s)

7. Opção de anexar aqui todos os documentos, caso avalie mais fácil.

³ Roteiro elaborado pelo *google forms* para levantamento dos dados dos NAPNES de forma online através de e-mail ou whatsapp.

4APÊNDICE C - Roteiro para levantamento de dados documentais junto à Coordenação Geral do NAPNE da reitoria do Instituto Federal do Tocantins

Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado da Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) intitulada **“Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral”** do mestrando Ismael Aires Matos do IFTO Campus Palmas sob orientação do Profº Drº Jair Maldaner do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Consiste em um levantamento de documentos que regulamenta e revele as práticas e ações dos NAPNEs do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) para fins de elaboração do produto educacional **“Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes”** com objetivo contribuir com o trabalho da equipe multiprofissional dos NAPNES do IFTO, na organização pedagógica, assim como subsidiar àquelas Instituições de Ensino, seja na implementação do núcleo, na organização estrutural e humana e no desenvolvimento de práticas sociopedagógicas e serviços de atendimento educacional especializado. Portanto, este estudo não possui perguntas que expressam concepções ou posicionamento de pessoas (coordenadoras ou coordenadores), resguardando o total sigilo de identificação servidores e estudantes que porventura estejam registrados sobre quaisquer documentos enviados ou noticiado. A proposta se divide em quatro tópicos, complementares: *a) Memórias da Educação Especial), b) Perspectiva para formação humana integral c) Conhecendo a educação inclusiva do IFTO d) Práticas e ações multiprofissionais do NAPNE*, além da apresentação, objetivos e consideração.

Identificação

Nome do responsável Técnico do CNAPNE/Reitoria/IFTO: _____

Cargo: _____

Função da coordenação remunerada: () Sim () Não () Em tramitação

⁴ Roteiro elaborado pelo *google forms* para levantamento dos dados dos NAPNES de forma online através de e-mail ou whatsapp.

Contatos do NAPNE: i) Telefone (s) _____ Whatsapp ()

E-mail: _____
Sites, blog ou outros (do NAPNE): _____

Roteiro para levantamento dos documentos relativos ao Programa ⁵TECNEP no IFTO (**Obs: o final deste formulário oferece opção de enviar todos os documentos simultaneamente, no mesmo arquivo**).

1- Comissão do NAPNE Reitoria constituída:

☐ Sim possui

☐ Não possui

Anexar Documento (s)

1.1- O NAPNE está em funcionamento

☐ Sim

☐ Não

2- Documento que regulamenta o CNAPNE Reitoria

☐ Sim possui

☐ Não possui

Anexar Documento (s)

3- Documento (cartilha, caderno etc) que norteia o trabalho da equipe multiprofissional do CNAPNE Reitoria IFTO

☐ Sim possui

☐ Não possui

Anexar documentos (s)

4- Relatório das ações dos últimos anos da CNAPNE Reitoria de 2021 e 2022 ou do ano corrente, considerando a recente criação do CNAPNE.

☐ Sim tem disponível

☐ Não tem disponível

Anexar documentos (s)

4.1- Outros documentos que descrevem as ações ou práticas do CNAPNE (sites, noticiários, eventos, projetos (pode ser somente o resumo do projeto) e outros)

Anexar documentos (s)

5- Existência de sala específica do CNAPNE Reitoria

☐ Sim

☐ Não possui

☐ Em implantação

6- Existência alguma tipo de atendimento com recursos multifuncional na Reitoria

☐ Sim (sala exclusiva)

☐ Sim, mesma sala do NAPNE

☐ Não

☐ Em implantação de uma sala exclusiva

6.1 Documento que regulamenta o serviço da sala de recursos multifuncional ou sala de atendimento educacional especializado (AEE) na Reitoria.

☐ Sim possui

☐ Não possui

Anexar documentos (s)

7. Política ou documentos de formação da equipe multiprofissional dos NAPNES

☐ Sim possui

☐ Não possui

Anexar documentos (s)

8. Opção de anexar aqui todos os documentos, caso avalie mais fácil (Obs: inclusive outros que não foram citados neste roteiro, mas que contribuem com o trabalho do NAPNE).

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS – *CAMPUS* PALMAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador (a) responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável Ismael Aires Matos, através do telefone: (63) 9-98401-1384 ou através do e-mail ismael.matos@estudante.ifto.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Tocantins (situado na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 Plano Diretor Sul - 77020-450 Palmas – Tocantins pelo telefone: (63) 3229-2237 ou pelo e-mail: cep@ifto.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é de natureza avaliativa e motivada pelo desejo de mensurar a qualidade e usabilidade do produto educacional intitulado “Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na Perspectiva da Formação Humana Integral dos Estudantes” parte do projeto de pesquisa em andamento intitulado “Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral”. Considerando as dificuldades encontradas durante a minha

atuação no NAPNE Campus Porto Nacional - TO, surgiu a inquietação para a realização de uma pesquisa documental não somente neste Campus, mas em outras unidades do IFTO, a fim de compreender como os NAPNES estão se organizando, as ações e práticas pedagógicas inclusivas que estão desenvolvendo, contudo, propor a elaboração de um documento orientador que possa contribuir com os trabalhos das equipes multiprofissionais dos NAPNES no IFTO, assim como na organização pedagógica desses núcleos, consequentemente para formação suplementar e complementar dos estudantes com necessidades educacionais específicas, preferencialmente nos cursos de nível médio.

O objetivo do projeto de pesquisa consiste em identificar e analisar as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e criar uma proposta pedagógica de orientação aos NAPNES que possa contribuir para o trabalho da equipe multiprofissional na perspectiva da formação humana integral dos estudantes, preferencialmente nos cursos de nível médio da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)/IFTO.

Para a coleta de dados da pesquisa avaliativa será utilizado um questionário online, composto por perguntas abertas e fechadas, destinado aos servidores e/ou colaboradores terceirizados que atuam junto a equipe multiprofissional dos NAPNES no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Desconfortos, riscos e benefícios

Os riscos inerentes a você, participante, poderá ser de causar algum constrangimento, podendo gerar descontentamento, incômodo ou reflexão sobre o assunto, por parte do servidor. Dessa forma, o mesmo poderá, a qualquer momento, optar por não responder ou desistir de participar da pesquisa sem nenhuma penalidade.

Será assegurado que apenas o pesquisador terá acesso aos questionários. Os dados da pesquisa serão divulgados por meio de uma publicação científica sem qualquer forma de identificação. Poderá ocorrer dificuldade de acesso à internet e desconforto na hora de responder perguntas sobre o desempenho e atuação desses profissionais, ao mencionarem situações vivenciadas no ambiente laboral e circunstâncias que envolvem o papel na instituição.

Os benefícios diretos oriundos de sua participação na pesquisa serão

disponibilidade de uma ferramenta digital e/ou impressa, um documento orientador com título “Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes” que auxiliará no desenvolvimento do trabalho e a disseminação de conhecimento da atuação destes profissionais, e indireto, as possibilidades de atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Será garantido aos participantes, o acesso aos resultados desta pesquisa.

2. Forma de acompanhamento e assistência

Será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado de acordo com a necessidade apresentada nas circunstâncias que se encontre no momento da realização desta pesquisa. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, será garantido total assistência, tendo o direito à indenização e/ou ressarcimento, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Será garantido que esta pesquisa será conduzida de forma cautelosa e cuidadosamente e quanto a preservação e proteção dos participantes em todas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual. Tomaremos todas as medidas para que os participantes se sintam à vontade para participar, abandonando assim a timidez. Será garantido ao participante da pesquisa o atendimento aos requisitos constantes da RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

3. Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade, você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais

de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. d) garantia de plena liberdade ao participante da pesquisa, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

4. Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, têm direito à indenização e/ou ressarcimento na forma da lei, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

Ciente de acordo como que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “**Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no IFTO: Uma proposta pedagógica na perspectiva da formação humana integral**” de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

_____, _____ de ____ de 2024

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante

APÊNDICE E - Questionário de pesquisa avaliativa do Produto Educacional

Somos do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e responsáveis pela Produto Educacional intitulado Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes.

Como parte fundamental para avaliar a qualidade e exequibilidade dessa proposta, avaliamos importante a participação da equipe multiprofissional dos NAPNES que atuam nos Campi do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Assim, convidamos voluntariamente para o preenchimento deste questionário de avaliação.

Este questionário contém perguntas objetivas respectivas ao conteúdo das 04 (quatro) seções do Produto Educacional intitulado "Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes": Seção I - Memórias da Educação Especial Inclusiva; Seção II - Perspectiva para Formação Humana Integral; Seção III - Política de Inclusão do IFTO; e Seção IV - Práticas e Ações Pedagógicas dos NAPNES. Além de perguntas abertas relacionadas à proposta pedagógica em geral para opinião, críticas, sugestões e ponderações acerca do produto educacional.

Qualquer dúvida relativo a pesquisa ou referente a este questionário poderão entrar em contato pelo telefone 63 98401-1384 ou e-mail ismael.matos@estudante.ifto.edu.br (falar c/ Ismael Aires Matos).

Vamos começar?

Pesquisadores:

Ismael Aires Matos Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT - Campus Palmas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)).

Prof Dr. Jair José Maldaner - Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT - Campus Palmas - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins)

1. Sobre a apresentação e dos objetivos da Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: Contribuições na perspectiva da formação humana integral dos estudantes

1.1 Clareza e objetividade na apresentação da proposta pedagógica

1.2 Clareza na definição do público alvo na apresentação da Proposta Pedagógica

1.3 Clareza na definição dos objetivos da proposta pedagógica

Opções das respostas para cada item (1.1; 1.2; 1.3):

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei responder

2. Sobre a seção I da Proposta Pedagógica (Memória da Educação Especial Inclusiva).

2.1 Traz informações que ajudam a distinguir as fases histórica da educação especial

2.2 Permite compreender os rumos de uma educação especial na perspectiva inclusiva

2.3 Considera esta seção de forma clara e objetiva

Opções das respostas para cada item (2.1; 2.2; 2.3):

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei responder

3. Sobre a seção II da Proposta Pedagógica (Perspectiva para Formação Humana Integral dos Estudantes na Educação Profissional e Tecnológica - EPT).

3.1 É possível compreender o que é a formação humana integral

3.2 A formação na educação básica, técnica e tecnológica na perspectiva de uma formação humana integral

3.3 Considera esta seção de forma clara e objetiva

Opções das respostas para cada item (3.1; 3.2; 3.3):

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei responder

4. Sobre a seção III da Proposta Pedagógica (Política de Inclusão do IFTO) define com clareza e objetividade:

4.1 O conceito da educação inclusiva

4.2 O conceito de educação especial

4.2 Os núcleos que compõe a política de inclusão e suas finalidades

4.3 O público alvo da educação inclusiva

4.4 O público alvo da educação especial inclusiva

4.5 O público alvo do NAPNE

Opções das respostas para cada item (4.1; 4.2; 4.3; 4.4,4.5):

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei responder

5. Sobre a seção IV da Proposta Pedagógica (Práticas e ações pedagógicas dos NAPNES)

5.1 Orientações básicas para criação e implementação do NAPNE

5.2 Do acolhimento o estudante público alvo do NAPNE

5.3 Da avaliação Multiprofissional

- 5.4 Do atendimento educacional especializado (AEE)
- 5.5 Do Plano de Ensino Individualizado (PEI)
- 5.6 Da Sala de recurso multifuncional
- 5.7 Da rede de apoio ao NAPNE
- 5.8 Da formação dos educadores da educação especial
- 5.9 Da proposta do Fluxograma de atendimento do NAPNE

Opções das respostas para cada item (5.1; 5.2; 5.3; 5.4;5.5;5.6;5.7;5.8;5.9):

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

Não sei responder

6. Sobre o Produto Educacional em geral - Proposta Pedagógica de Orientação aos NAPNES: contribuições para uma formação humana integral dos estudantes

6.1 Pode contribuir na organização pedagógica dos NAPNES no IFTO

6.2 É possível ser utilizado pela equipe multiprofissional do NAPNE do Campus em que atua.

6.3 É possível ser utilizado pela Coordenação do NAPNE do Campus em que atua

6.4 É possível ser utilizado/replicado por outros Institutos Federais (IFs)

6. Apresente de forma descritiva suas considerações/sugestões/críticas que avaliam necessária sobre as seções do produto educacional em questão ou sobre o produto em geral.